Goiânia através dos espaços públicos: praças e parques como fator de segregação

Universidade Federal de Goiás
Faculdade de Artes Visuais - Pró-Reitoria de Pós-Graduação
Programa de Pós-Graduação Projeto e Cidade

GOIÂNIA ATRAVÉS DOS ESPAÇOS PÚBLICOS: PRAÇAS E PARQUES COMO FATOR DE SEGREGAÇÃO

Gabriela Cavalcante Lemos Vieira
gabriela.arqdesign@gmail.com
Goiânia
2020

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE ARTES VISUAIS

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei 9.610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

[X] Dissertação [ ] Tese

2. Nome completo do autor

Gabriela Cavalcante Lemos Vieira

3. Título do trabalho

Goiânia através dos Espaços Públicos: Praças e Parques como fator de Segregação

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento [X] SIM [ ] NÃO[1]

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:
a) consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);
b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.
Casos de embargo:
- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.

Documento assinado eletronicamente por **GABRIELA CAVALCANTE LEMOS VIEIRA**, **Discente**, em 03/07/2020, às 16:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Pedro Dultra Britto**, **Professor do Magistério Superior**, em 17/07/2020, às 10:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1421257** e o código CRC **969C7C97**.

GABRIELA CAVALCANTE LEMOS VIEIRA

GOIÂNIA ATRAVÉS DOS ESPAÇOS PÚBLICOS: PRAÇAS E PARQUES COMO FATOR DE SEGREGAÇÃO

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Projeto e Cidade da Faculdade de Artes Visuais da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em *Projeto e Cidade*, sob orientação do Prof. Dr. Pedro Dultra Britto.

Goiânia
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Vieira, Gabriela Cavalcante Lemos
Goiânia através dos espaços públicos: praças e parques como fator de segregação [manuscrito] / Gabriela Cavalcante Lemos Vieira. - 2020.
148 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Dultra Britto.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Artes Visuais (FAV), Programa de Pós-graduação em Projeto e Cidade, Goiânia, 2020.
Bibliografia. Anexos.
Inclui mapas, fotografias, tabelas, lista de tabelas.

1. Direito à cidade. 2. Segregação. 3. Espaço público de lazer. 4. Goiânia. I. Britto, Pedro Dultra , orient. II. Título.

CDU 72

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE ARTES VISUAIS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **06/2020** da sessão de Defesa de Dissertação de **Gabriela Cavalcante Lemos Vieira**, que confere o título de Mestre(a) em **Projeto e Cidade**, na área de concentração em **Projeto, Teoria, História e Crítica**.

Ao/s **cinco de maio de dois mil e vinte**, a partir da(s) **dezesseis horas**, através de webconferência, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **"Goiânia através dos Espaços Públicos: Praças e Parques como fator de Segregação"**. Os trabalhos foram instalados pelo(a) Orientador(a), Professor Doutor **Pedro Dultra Britto (FAV/UFG)** com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor **Thiago de Araújo Costa (UFG)**, membro titular externo; Professor Doutor **Camilo Vladimir de Lima Amaral (FAV/UFG)**, membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho, porém julgou interessante para melhor leitura do trabalho, a inversão da ordem dos capítulos 2 e 3, como também acrescentou alguns apontamentos que merecem pequenas adequações que a aluna concordou em realizar. Ao final a Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Professor Doutor **Pedro Dultra Britto**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, ao(s) **cinco de maio de dois mil e vinte**.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

Documento assinado eletronicamente por **Pedro Dultra Britto**, **Professor do Magistério Superior**, em 11/06/2020, às 14:42, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Camilo Vladimir De Lima Amaral**, **Professor do Magistério Superior**, em 12/06/2020, às 17:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **THIAGO DE ARAÚJO COSTA**, **Usuário Externo**, em 01/07/2020, às 15:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1308577** e o código CRC **FE3A84F3**.

DEDICATÓRIA

Dedico ao meu amado esposo e melhor amigo, Kleber, pelo amor incondicional, por sempre estar ao meu lado, por me ajudar a enfrentar meus maiores medos e não deixar desistir dos meus sonhos. Aos meus amados avós Doan (in memoriam) e Gildete por me mostrarem o mundo com outros olhos, doando, compartilhando, respeitando, convivendo com aqueles que necessitam, proporcionando as melhores recordações da minha vida e contribuindo na construção de quem sou. À minha amada mãe Cristina, eterna amiga e companheira, que me ensinou a trilhar o caminho da vida com mais leveza, amor e alegria.

AGRADECIMENTOS

A Deus, à Nossa Senhora e aos anjos guardiões por guardarem a minha vida, por estarem presentes, por toda força, proteção e por permitir que eu esteja aqui realizando mais um sonho.

Ao meu amado esposo Kleber, meu porto seguro, por ter compartilhado comigo de forma tão doce, amável e compreensiva toda a trajetória do mestrado. Juntos, lutamos e posso dizer que este título é nosso.

À minha querida mãe por todo amor, compreensão e apoio. Pela boa companhia em momentos que não podia ficar sozinha, por toda dedicação, cuidado e conforto. Por conseguir extrair de mim gargalhadas em momentos de profunda dor. Por estar sempre presente e confiante que tudo vai dar certo.

À minha amada avó Gildete, pelo verdadeiro exemplo de vida e de fé. Pela doce companhia e palavras de conforto. Ao meu amado avô Doan, pelas boas recordações e por ser meu refúgio.

Aos meus familiares e amigos pela força, companhia e incentivo.

Ao meu orientador Pedro Britto, referência como docente e ser humano, por sua orientação, compreensão, solidariedade e apoio fundamentais para o desenvolvimento e conclusão deste trabalho. Sua postura profissional e cidadã é inspiradora.

Aos demais professores do mestrado pela experiência e conhecimentos compartilhados.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás pela bolsa de estudos concedida.

“Longe de desanimarmos com a impossibilidade ou dificuldade de realização dos modelos utópicos, devemos mantê-los como princípios norteadores de nossas ações e esperanças, sem fraquejar, sem abandonar o objetivo. Um mundo sem utopias seria um mundo entediado, desanimado, morto. ”
(FREITAG, 2002, p. 189)

RESUMO

Os espaços públicos foram se adaptando ao longo dos anos de acordo com as transformações ocorridas na cidade, assumindo diversas formas de apropriação e transitando por diferentes acepções e conceituações. Desde o final dos anos 1980 há uma afluência de pesquisas sobre o declínio dos espaços públicos, em decorrência de numerosas razões. Em Goiânia, constata-se tal declínio em relações como: a supervalorização do terreno urbano, a segregação urbana, ausência de infraestruturas básicas nos inúmeros loteamentos aprovados, as novas formas de relação de trabalho (e não trabalho), a priorização no uso do transporte motorizado e a revolução tecnológica da comunicação. Segundo David Harvey (2014) as cidades se transformaram em lugares para investir e não para viver, o bem-estar da população deixou de ser prioridade, enquanto o lucro se tornou a principal preocupação no desenvolvimento urbano. Atualmente, a transformação da paisagem da cidade se baseia no jogo de interesses entre os poderes público e privado, e concentra os investimentos em áreas estratégicas para os mesmos. A escolha dos espaços públicos de lazer (praças e parques) de Goiânia como objeto de estudo decorre da necessidade de apontar a ineficiência do poder público em garantir esses espaços para a maioria da população residente na cidade, em regiões espraiadas e carentes da capital. Este trabalho trata dos equipamentos públicos nos bairros pobres (normalmente periféricos), em oposição às áreas de maior poder aquisitivo, buscando desvelar as reais prioridades das políticas públicas e os desequilíbrios na aplicação dos recursos, destacando aquelas relacionadas ao direito à cidade e infraestrutura urbana de lazer na capital. As desigualdades urbanas devem ser evidenciadas de forma a buscar melhorias, tornando mais dignas as regiões negligenciadas pelos poderes público e privado. É imperioso tornar visível este problema urbano, que se reflete no cotidiano de pessoas privadas de espaços onde possam exercer sua cidadania, ou seja, conviver, interagir, usufruir, trocar ideias e compartilhar experiências. Ao estabelecer comparativos entre os equipamentos públicos nos bairros carentes com as áreas de maior poder aquisitivo, apontando as regiões de Goiânia beneficiadas ou não com a implementação de espaços públicos de lazer de qualidade, evidenciamos os fatores de segregação social e territorial. Optamos por incluir na pesquisa experiências do cotidiano de frequentadores dessas áreas, numa tentativa de ampliar a percepção de um grave problema urbano investigado por processos metodológicos são de natureza aplicada e explicativa, evidenciados também em análises quantitativa, qualitativa e investigativa. A pesquisa abordou bairros populosos das regiões administrativas central, leste, noroeste, norte, oeste, sudoeste e sul de Goiânia, implantados em diferentes períodos, e aponta possíveis fatores de desequilíbrio dos investimentos públicos e privados, especulação imobiliária e segregação territorial e social. São analisados os espaços públicos de lazer - praças e parques - por meio de mapas, tabelas e imagens dos aspectos levantados, assim como relatos de vida dos moradores, propondo uma abordagem sob o viés do direito à cidade. [1]

PALAVRAS-CHAVE: Direito à cidade; segregação; espaço público de lazer; Goiânia.

[1] Agência financiadora da pesquisa: Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás FAPEG

ABSTRACT

Public spaces have been adapting over the years according to the transformations that have taken place in the city, taking on various forms of appropriation and moving through different meanings and concepts. Since the late 1980s, there has been an influx of research on the decline of public spaces, due to numerous reasons. In Goiânia, there is such a decline in relationships such as: the overvaluation of urban land, urban segregation, the absence of basic infrastructure in the countless approved subdivisions, the new forms of work relationship (and not work), the prioritization of the use of transportation motorized and the technological revolution of communication. According to David Harvey (2014) cities have become places to invest and not to live, the well-being of the population is no longer a priority, while profit has become the main concern in urban development. Currently, the transformation of the city's landscape is based on the interplay of interests between public and private powers, and concentrates investments in strategic areas for them. The choice of public leisure spaces (squares and parks) in Goiânia as an object of study stems from the need to point out the inefficiency of the public authorities in guaranteeing these spaces for the majority of the population residing in the city, in sprawling and deprived regions of the capital. This work deals with public facilities in poor neighborhoods (usually peripheral), as opposed to areas of greater purchasing power, seeking to unveil the real priorities of public policies and the imbalances in the application of resources, highlighting those related to the right to the city and urban infrastructure. leisure in the capital. Urban inequalities must be highlighted in order to seek improvements, making regions neglected by public and private powers more dignified. It is imperative to make this urban problem visible, which is reflected in the daily lives of people deprived of spaces where they can exercise their citizenship, that is, live together, interact, enjoy, exchange ideas and share experiences. When establishing comparisons between public facilities in poor neighborhoods with areas of greater purchasing power, indicating the regions of Goiânia benefited or not with the implementation of quality public leisure spaces, we highlight the factors of social and territorial segregation. We chose to include in the research everyday experiences of visitors to these areas, in an attempt to broaden the perception of a serious urban problem investigated by methodological processes are of an applied and explanatory nature, also evidenced in quantitative, qualitative and investigative analyzes. The research covered populous neighborhoods in the central, east, northwest, north, west, southwest and south of Goiânia administrative regions, implemented in different periods, and points out possible factors that imbalance public and private investments, real estate speculation and territorial and social segregation. Public leisure spaces - squares and parks - are analyzed by means of maps, tables and images of the aspects raised, as well as reports of residents' lives, proposing an approach under the right to the city. [1]

KEYWORDS: Right to the city; segregation; public leisure space; Goiania

[1] Research funding agency: Research Support Foundation of the State of Goias FAPEG

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 - Praças e Parques em Goiânia.....51

Mapa 02 - Praças e Parques por região administrativa de Goiânia.....52

Mapa 03 - Bairros que não possuem Praças e Parques por região administrativa de Goiânia.....53

Mapa 04 - Praças e Parques da amostra por região administrativa de Goiânia.....57

LISTA DE TABELAS

Tabela 01- Praças e Parques por região administrativa de Goiânia.....54

Tabela 02- Bairros sem Praças e Parques por região administrativa de Goiânia.....55

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....10

CAPÍTULO I - Direito à Cidade no Brasil.....14
1.1 Neoliberalismo e especulação imobiliária.....22
1.2 Cidadania mutilada no Brasil.....28
1.3 Cidade legal x Cidade real.....32
1.4 Segregação e auto segregação nas cidades.....37

CAPÍTULO II - A realidade das praças e parques em Goiânia.....42
2.1 Panorama e análise de praças e parques.....50
2.2 Relatos de vida de moradores.....81
2.2.1 A jovem mãe diarista e babá.....82
2.2.2 O pastor da praça.....85
2.2.3 A casa das seis mulheres.....87
2.2.4 A mulher da casa suspensa.....89
2.2.5 O homem do cachorro marrom.....91
2.2.6 O pipoqueiro observador.....93
2.3 Reflexões sobre os relatos de vida de moradores.....95

CAPÍTULO III - O papel dos espaços públicos de lazer: praças e parques.....100
3.1 A complexa implementação dos espaços públicos.....106
3.2 A função dos espaços públicos em Goiânia.....115
3.3 O marketing imobiliário.....121

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....125

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....128

ANEXO.....136

Introdução

Os espaços públicos foram se adaptando ao longo dos anos de acordo com as transformações ocorridas na cidade, assumindo diversas formas de apropriação e transitando por diferentes acepções e conceituações. Hoje, observamos o declínio dos espaços públicos em decorrência de inúmeras razões, entre elas: o desequilíbrio dos investimentos públicos nas áreas nobres e periféricas, a supervalorização do terreno urbano, a segregação urbana e a ausência de infraestruturas básicas nos inúmeros loteamentos aprovados.

Segundo David Harvey (2014) a urbanização está se tornando o berço de acumulação de capital e que através da ganância pelo lucro as cidades estão sendo aniquiladas. Para o autor, grande parte das cidades em todo o mundo seguem a tendência do crescimento e investimento imobiliário sem atender as necessidades reais da população.

O ideal seria que os espaços públicos acompanhassem proporcionalmente o crescimento das cidades e atendessem toda a população, viabilizando a implementação de políticas públicas. Para a alcançar a equidade urbana é necessário que os recursos públicos sejam destinados de forma adequada, através de ações em áreas socialmente estratégicas, amparando corretamente todas as comunidades e gerando áreas públicas de qualidade e ricas em infraestrutura.

Afirma Raquel Rolnik (1998) que as áreas destinadas à permanência e uso coletivo vêm se deslocando gradativamente para espaços privados, como shopping centers por exemplo. O acesso ao espaço público é um dos pilares que compõe a cidadania, pois a partir de sua apropriação, cria-se a possibilidade de encontro entre diferentes, de interação e expressão das ideias.

Os condomínios fechados e shoppings centers se tornaram modelos de desenvolvimento da cidade, funcionando como formas de naturalizar o espaço coletivo privado. O principal reflexo desse fenômeno é a segregação e exclusão de pessoas, o surgimento de áreas públicas deterioradas e terrenos em desuso, o fomento da especulação imobiliária e a produção especulativa sobre o território.

Peter Marcuse (2004) afirma que divisão por diferença no status hierárquico reflete e reproduz as relações de poder na cidade, podendo ser representada, por exemplo, por um enclave (condomínio fechado) ou pela distribuição dos serviços públicos pelo Estado. Para Manuel Castells (1978) a distribuição das residências no espaço urbano resulta na diferenciação social e há uma estratificação urbana em que a distância social tem uma forte expressão no território, provocando a segregação urbana. Segundo o autor, toda cidade possui um entrelaçamento histórico de várias estruturas sociais e de toda sociedade contraditória, ou seja, fruto da ação de várias forças atuando em diferentes direções.

Para Henri Léfèbvre (2001) habitar não se resume apenas a ter uma moradia, afinal, trata-se do direito à cidade no sentido político mais profundo possível. O autor trata do problema “da expansão desordenada, em especial a submissão à miséria do habitat”, isto é, a segregação em um território onde o cotidiano é desprovido de prazeres e organizado pela sociedade burocrática de consumo, na qual as trocas são baseadas no capital.

Atualmente, a cidade de Goiânia passa por um intenso crescimento imobiliário, segundo dados da Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Goiás (ADEMI-GO), em 2019 o número de lançamentos de imóveis cresceu 98,9% em Goiânia e região metropolitana. Aliado a isso, a criação do programa “Adote uma praça” em 2019 pela Prefeitura de Goiânia, que estabelece ações conjuntas com a iniciativa pública e privada, intensificou a utilização das praças e parques da cidade como instrumento de marketing imobiliário.

Silvio Macedo e Francine Sakata (2002) afirmam que as intervenções nas cidades contemporâneas são pautadas pelo marketing urbano, a temática do parque urbano passa a assumir um papel central no desenvolvimento dos planos e projetos urbanos. Esses lugares passam a ser tratados como vetores estratégicos de valorização e venda de imóveis dos seus arredores.

O espaço público é um elemento essencial para a organização da vida coletiva e capaz de representar uma sociedade, sendo um símbolo para a coletividade, mediador das desigualdades e abrigo para o convívio social. Rogério Leite (2004) relaciona o espaço público com a construção social do espaço, enquanto produto e

produtor de práticas sociais. Apresenta a dialética entre o espaço público e a vida urbana com suas especificidades, definindo a construção social desses espaços e sua relevância na espacialização da vida social urbana.

Goiânia possui um total de 772 bairros e 759 espaços públicos de lazer em sua área urbanizada (SIEG, PREFEITURA DE GOIÂNIA, 2016), sendo que 488 bairros estão desprovidos de praças e parques, o que corresponde à 63,21% do total de bairros da sua área urbanizada, o que evidencia a desproporção na instalação e distribuição destes equipamentos públicos.

A escolha dos espaços públicos de lazer (praças e parques) de Goiânia como objeto de estudo decorre da necessidade de apontar a ineficiência do poder público em garantir esses espaços em regiões carentes da capital. É necessária a comparação dos equipamentos públicos nos bairros carentes com as áreas de maior poder aquisitivo, com objetivo de constatar as reais prioridades das políticas públicas e os desequilíbrios na aplicação dos recursos, relacionadas ao direito à cidade e infraestrutura urbana de lazer na capital.

A pesquisa se dá em bairros populosos (segundo dados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano Sustentável – SEMDUS) das regiões administrativas central, leste, noroeste, norte, oeste, sudoeste e sul de Goiânia, implantados em diferentes períodos, apontando possíveis fatores de desequilíbrio dos investimentos públicos e privados, especulação imobiliária e segregação territorial e social. São analisados os espaços públicos de lazer (praças e parques) para comparar os equipamentos públicos existentes nas diferentes áreas, propondo uma análise referenciada pelo direito à cidade.

Visa discutir o déficit de áreas públicas de lazer de qualidade em Goiânia de forma a contribuir para a formulação e avaliação de políticas públicas e fomentar o debate sobre o tema, buscando auxiliar na especificação das necessidades da população das diversas regiões da capital. O objetivo é explicitar como os agentes públicos e privados atuam de forma insuficiente para suprir a demanda por áreas públicas de lazer em toda a malha urbana da cidade, necessárias ao exercício da cidadania e consolidação da vida democrática.

Após levantamento in loco e análise de praças e parques em bairros populosos das sete regiões administrativas da capital, aprovados em diferentes épocas, foi realizado diagnóstico dos dados levantados sob o viés dos equipamentos urbanos existentes, representados por mapeamentos, tabelas, fotografias e coleta de relatos de vida de moradores, de forma a debater os espaços públicos de lazer em Goiânia.

Como ensina Vera Teles (2010), em razão da dificuldade em encontrar definições prévias ou diagnósticos estabelecidos sobre as complexidades da vida urbana, optamos por fazer uma pesquisa mais exploratória, que também se utiliza das experiências do cotidiano de pessoas e suas famílias, dos deslocamentos espaciais, práticas cotidianas e as relações delas com os espaços públicos de lazer. No curso de suas vidas, indivíduos e famílias atravessam espaços sociais diversos, seus percursos passam por muitas fronteiras e são esses traçados que podem nos informar sobre a consolidação do direito à cidade.

Com intuito de experenciar os espaços públicos de lazer de Goiânia e conhecer a realidade dos moradores daquele entorno, foram selecionados dois bairros de cada região administrativa para realizar visitas em diferentes períodos. Para conseguir uma maior aproximação dos moradores e melhor fidedignidade dos relatos de vida, adotamos também uma postura de usuário do espaço, construindo um diálogo de forma fluída e com riquezas de detalhes.

As desigualdades urbanas devem ser evidenciadas de forma a buscar melhorias, tornando mais dignas as regiões negligenciadas pelos poderes público e privado. É imperioso tornar visível este problema urbano, que se reflete no cotidiano das pessoas quando privadas de espaços onde possam exercer verdadeiramente sua cidadania, ou seja, conviver, interagir, usufruir, trocar ideias e compartilhar experiências.

CAPÍTULO I – Direito à Cidade no Brasil

Ao observar com olhos atentos a cidade o que mais se destaca é a heterogeneidade presente nas habitações, na apropriação dos terrenos, entre modos de vida, na disposição das áreas públicas de lazer e nas áreas de comércio e serviços. A cidade é fragmentada, em algumas áreas periféricas encontram-se bairros sem infraestrutura destinados às famílias de menor poder aquisitivo, enquanto em outras áreas, dotadas de infraestrutura, encontram-se os privilegiados de classe média e de alto padrão. Esse uso do solo que restringe e segrega a cidade acentua cada vez mais a desigualdade territorial e social.

O espaço vai se alterando ao longo do tempo, no século XX um novo espaço na cidade se desenvolveu em escala mundial e seu crescimento continua, segundo Henri Léfèbvre (2001). Para o autor, o espaço social interfere no modo de produção, ao mesmo tempo em que se transforma com as sociedades. As alterações vão acontecendo aos poucos e vão adentrando na malha consolidada, transformando radicalmente a paisagem.

David Harvey (1980) destaca a valorização do terreno na sociedade capitalista e, para compreender a produção efetiva do espaço urbano, é necessário considerar o monopólio de uma classe sobre o espaço capitalista, a alta burguesia, que atua excluindo muitos grupos desfavorecidos da posse da terra. Dessa forma, a valorização do preço de troca é responsável por produzir benefícios desproporcionais para uma pequena parcela da sociedade em detrimento de poucas oportunidades para muitos outros. Segundo Henri Léfèbvre (2001) o espaço consumido na sociedade capitalista é transformado, pois suas qualidades são alteradas pelo consumo.

Manuel Castells (1983) afirma que a urbanização tem uma dinâmica própria, primeiro ela se refere a condições materiais devido às formas particulares das sociedades, com a concentração espacial de atividades e população em certos limites de dimensão e de densidade; segundo está relacionada a condições imateriais, devido a difusão de sistema de valores, atitudes e comportamentos particulares em cada área do espaço, designada como cultura urbana.

Henri Léfèbvre (2001) e Maria Sposito (1999) afirmam que a produção do espaço urbano compreende um conjunto de ações, de interesses, de valores, de ideias que, no plano material e simbólico, coloca em movimento a sociedade e, por meio desse movimento e a ele dando suporte, cria e recria o mundo e as cidades. Essa produção do espaço urbano ocorre de forma desigual e a cidade reflete e exprime isso, evidenciando o conflito entre os interesses do capital e da sociedade. O mercado imobiliário está focado na valorização e no lucro do terreno urbano, enquanto a maior parte da sociedade necessita e almeja melhores condições de vida.

Segundo Ana Fani Carlos (2018), os modos de ocupação do espaço pela sociedade são definidos através do processo de reprodução do capital, apoiados na apropriação privada em que o uso do solo é imposto no espaço urbano. “O uso diferenciado da cidade demonstra que esse espaço se constrói e se reproduz de forma desigual e contraditória. A desigualdade espacial é produto da desigualdade social” (CARLOS, 2018).

Henri Léfèbvre (2001; 2008) afirma que o direito à cidade compreende o exercício de relações sociais mais livres, sem desigualdade e sem opressão no espaço urbano. Segundo o autor, excluir da cidade classes, grupos, indivíduos é o mesmo que excluí-los da civilização. O direito à cidade é a forma de combater um urbanismo segregado e discriminatório.

> “[...] Esse direito do cidadão (...) anuncia a inevitável crise dos centros estabelecidos sobre a segregação e que a estabelecem: centros de decisão, de riqueza, de poder, de informação, de conhecimento, que lançam para os espaços periféricos todos os que não participam dos privilégios políticos. Do mesmo modo, o direito à cidade estipula o direito de encontro e de reunião; lugares e objetos devem responder a certas “necessidades”, em geral mal conhecidas, a certas “funções” menosprezadas, mas, por outro lado, transfuncionais: a “necessidade” de vida social e de um centro, a necessidade e a função lúdicas, a função simbólica do espaço (próximas do que se encontra aquém, como além, das funções e necessidades classificadas, daquilo que não se pode objetivar como tal porque se veste de tempo, que enseja à retórica e que só os poetas podem chamar por seu nome: o desejo).” (LEFEBVRE, 2008, p.34)

Para o autor, habitar não se resume apenas a ter uma moradia, afinal, trata-se do direito à cidade no sentido político mais profundo possível. Léfèbvre (2001) trata do problema “da expansão desordenada, em especial a submissão à miséria do habitat”, isto é, a segregação em um território onde o cotidiano é desprovido de prazeres e

organizado pela sociedade burocrática de consumo, na qual as trocas são baseadas no capital.

> “[...] O direito à cidade se manifesta como forma superior dos direitos: direito à liberdade, à individualização na socialização, ao habitat e ao habitar. O direito à obra (à atividade participante) e o direito à apropriação (bem distinto do direito à propriedade) estão implicados no direito à cidade.[...]” (LEFEBVRE, 2001, p.134)

O direito à cidade e o direito à moradia surgiram em contraposição ao modelo de urbanização excludente e espoliativo, no desenvolver de décadas de acelerada urbanização que movimentou grandes contingentes de pobres migrantes de zonas rurais e pequenas cidades. Lucio Kowarick (1980) aponta que o modelo urbanístico de crescimento das grandes cidades foi estruturado pela chamada "lógica da desordem". Nesse cenário de altas taxas de acumulação, o lugar que resta aos trabalhadores na cidade é na autoconstrução de seu próprio habitat em áreas desvalorizadas pelo mercado, onde resistem e criam sua própria urbanidade.

No Brasil, o direito à cidade foi definido pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pelo Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001), assegurando a todo brasileiro o direito de usufruir da estrutura e dos espaços públicos de sua cidade, com igualdade de utilização. De forma a estabelecer a normatização referente à Política Urbana, a Constituição Federal de 1988, em seus artigos 182 e 183, expressa a preocupação com a função social da propriedade e bem-estar social:

> “Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem- estar de seus habitantes. (Regulamento) (Vide Lei nº 13.311, de 11 de julho de 2016)
> § 1º O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana.
> § 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.
> § 3º As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.
> § 4º É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de:
> I - parcelamento ou edificação compulsórios;
> II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;
> III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate

> de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais.
> Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinqüenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. (Regulamento)
> § 1º O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.
> § 2º Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez.
> § 3º Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião." (BRASIL,1988).

O Estatuto da Cidade é responsável pela criação de diversos instrumentos jurídicos com objetivo de garantir a gestão democrática das cidades, o combate às desigualdades urbanas e a justa tributação dos imóveis. Esta lei estabelece atribuições à União de promover, por iniciativa própria e em conjunto com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais, de saneamento básico, das calçadas, dos passeios públicos, do mobiliário urbano e dos demais espaços de uso público. (BRASIL, 2001).

> "Art. 1º Na execução da política urbana, de que tratam os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, será aplicado o previsto nesta Lei.
> Parágrafo único. Para todos os efeitos, esta Lei, denominada Estatuto da Cidade, estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental.
> Art. 2º A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais:
> I – garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações; [...]
> Art. 3º Compete à União, entre outras atribuições de interesse da política urbana: [...] III - promover, por iniciativa própria e em conjunto com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, programas de construção de moradias e melhoria das condições habitacionais, de saneamento básico, das calçadas, dos passeios públicos, do mobiliário urbano e dos demais espaços de uso público; (Redação dada pela Lei nº 13.146, de 2015) (Vigência) [...]." (BRASIL,2001).

No governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), foi criado o Ministério das Cidades que passou a concentrar o financiamento e a execução de políticas relacionadas à habitação, à regularização fundiária, ao planejamento urbano, ao transporte, à mobilidade e ao saneamento. Na época, as ações do Governo Federal foram destinadas à implementação dos instrumentos jurídicos previstos no Estatuto da Cidade através da revisão obrigatória dos Planos Diretores municipais. Dessa

forma, os governos locais tiveram que adequar as regras locais às normas federais, sob pena de deixarem de receber recursos federais.

Foi lançado o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) com o objetivo de reduzir o déficit habitacional brasileiro, criando mecanismos de incentivo à produção e à aquisição de novas unidades habitacionais, à requalificação de imóveis urbanos e à produção ou à reforma de habitações rurais para famílias de baixa renda.

Estabelecendo um patamar de subsídio direto, proporcional à renda das famílias, o PMCMV buscou impactar a economia por meio de efeitos multiplicadores gerados pela indústria da construção. Além dos subsídios, buscava também aumentar o volume de crédito para aquisição e produção de moradias, ao mesmo tempo em que reduzia os juros com a criação do Fundo Garantidor da Habitação.

O PMCMV configurou uma dupla agenda para a política habitacional, a primeira ligada à plataforma de reforma urbana, com previsão de descentralização e gestão participativa, e a segunda consubstanciada na reestruturação do setor imobiliário, através de uma política de provisão habitacional com promoção privada e financiamento público.

Esse modelo de governança conformou uma estratégia de coordenação de interesses ousada, colocando na mesa de negociação movimentos de moradia e setor produtivo, coalizões com interesses historicamente opostos. Envolveu praticamente todas as grandes empresas do mercado construtivo, incluindo as especializadas na produção de alto padrão que passaram a atuar no mercado popular. Isso alavancou um grande volume de construtoras focadas na produção de imóveis e de habitação de interesse social, dinamizando o setor de construção civil e tornando-se o foco da política habitacional brasileira.

Apesar da importância do programa na redução do déficit habitacional no país, merece críticas o fato do poder público ter cedido à iniciativa privada a relevante tarefa de decisão sobre a localização dos conjuntos habitacionais. Na lógica de mercado são priorizados os aspectos de viabilidade econômica dos empreendimentos e são desprezados os aspectos de reforma urbana e direito à cidade. Dessa forma, foram

relegados ao segundo plano os instrumentos de indução do desenvolvimento urbano, regularização fundiária e democratização da gestão urbana.

Ermínia Maricato (2009) já alertava para os problemas da predominância do setor privado na execução do PMCMV, comprometendo a inserção desses imóveis na malha urbana. Sob as premissas do mercado especulativo, a tendência foi locar os empreendimentos em áreas onde o valor da terra é mais barato, ou seja, mais afastadas do centro da cidade.

> "[...] Claro que é louvável um programa que cria empregos e reserva 16 bilhões de reais em subsídios para a população de zero a três salários-mínimos, e prevê amplos recursos para a regularização fundiária. Mas não serão os organismos metropolitanos, nem os municipais, que, no final das contas, irão definir qual a melhor localização das novas moradias, dos novos bairros. Está de novo se pensando em coisas muito grandes, em megaconjuntos – o formato preferido das construtoras e empresas imobiliárias, quando há tanto espaço vazio, mal - aproveitado ou passível de *retrofit* nas áreas centrais das grandes cidades. É a velha inversão de papéis [...]. Todos esses investimentos para lá de bem vindos vão ser jogados na nossa cultura patrimonialista de administração do solo, por mais que o programa fale que os empreendimentos devem estar inseridos no tecido urbano". (MARICATO, 2009, p. 63)

Com mais de 5,5 milhões de unidades habitacionais contratadas, o PMCMV foi implantado em 2009, desacelerado em 2017 e paralisado em 2020. Mesmo com os problemas apontados, se tratou de um importante instrumento para suprir as necessidades habitacionais, gerar empregos e alavancar a economia do país, mas no entanto, entre outras críticas procedentes, foi incapaz de atuar nos quesitos do direito à cidade e produção de urbanização igualitária em termos de infraestrutura de espaços públicos, objetos específicos desta dissertação.

Em razão de importantes restrições no orçamento público dos últimos anos e da descontinuidade das políticas públicas progressistas, a política habitacional passa por um momento de crise, paralisada, e ainda não tem perspectivas de futuro. A primeira parte do programa cancelada foi a chamada Faixa 1, que construía imóveis 100% subsidiados e atendia famílias com rendimentos de até R$ 1,8 mil, com desconto de até 90% do valor do imóvel. No início do programa, a referida faixa correspondia a mais de 50% das unidades contratadas. Em 2019 essa faixa respondeu por menos de 20% do total e em 2020 zerou seu alcance. Nas demais faixas também ocorreram gradativas reduções nas contratações e hoje apenas trata de finalizar projetos em andamento.

Raquel Rolnik (2009) afirma que o financiamento diretamente para as construtoras, sob a justificativa de estimular à produção habitacional do mercado, foi capaz de transformar um enorme mecanismo de transferência de subsídios públicos para o preço da terra e dos imóveis, em uma circunstância que não há controle algum sobre o processo de especulação imobiliária.

Apesar dos avanços no marco regulatório urbano no Brasil, com a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Cidade, a obrigatoriedade dos planos diretores municipais, a criação do Ministério das Cidades (hoje incorporado/transformado em Ministério do Desenvolvimento Regional) e a implementação do PMCMV, estamos ainda mais distantes de uma verdadeira democratização das cidades. O Estatuto da Cidade foi aprovado em 2001, porém poucas cidades do país o aplicaram de maneira efetiva.

A implementação dos instrumentos previstos pelo Estatuto da Cidade, como planos diretores participativos, zonas especiais de interesse social (Zeis), Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) progressivo, tornou-se objeto de disputas onde se confrontam interesses público e privado, a maioria das vezes prevalecendo o último. Além disso, as dinâmicas do sistema federativo, relativas aos repasses financeiros e a relação entre as esferas de governo, adicionaram outros problemas nesse processo, dificultando a reforma urbana almejada pelo estatuto.

A realidade urbana do Brasil contraria os princípios do direito à cidade por resultar extremamente excludente: bairros de classe alta possuem o acesso pleno a serviços e equipamentos públicos e bens de consumo, enquanto os bairros de classe baixa nem sequer possuem o básico, reflexo de um processo de urbanização marcado por padrões estruturalmente desiguais, ou seja, o espaço urbano foi construído por meio de lógicas de exclusão.

Essa matriz estrutural de desigualdade socioespacial no país é herança de um sistema escravocrata, do patrimonialismo econômico e político, e da lógica de uma sociedade elitista. Nesta perspectiva, é inegável que, no início do século XXI, o Brasil passou por um período econômico virtuoso, que trouxe mudanças nessa estrutura, com importante redução das desigualdades. Mas, nesse ponto, temos um antagonismo inerente à urbanização baseada no hiperconsumismo. Se, por um lado,

o crescimento econômico proporcionou maior acesso aos bens para a população mais pobre, no âmbito de novas possibilidades de consumo, por outro, acarretou tensões sociais-urbanas, decorrentes de lógicas insustentáveis. O aumento do poder de consumo se traduziu em mais demandas, mais centralidades exclusivas ao consumo, mais centros comerciais fechados, mais espaços individualizados, mais carros, mais muros, mais condomínios segregados, agudizando velhos problemas urbanos e acrescentando outros inexistentes até então.

1.1 Neoliberalismo e especulação imobiliária

Atualmente as cidades estão sofrendo algumas novas mutações, sendo fragmentadas em prol dos interesses geopolíticos e econômicos, atreladas à produção flexível, à gestão neoliberal e ao planejamento urbano estratégico. David Harvey (2014) afirma que as cidades foram transformadas em lugares para investir e não para viver. Em entrevista para o seminário Cidades Rebeldes, organizado pela Boitempo Editorial e pelo SESC São Paulo, relata: “O bem-estar da população é a última prioridade, quando o lucro é a principal preocupação no desenvolvimento urbano”. (HARVEY,2014)

> “[...] Esse *boom* de urbanização não tem tido muito a ver com atender às necessidades da população. Trata-se de uma estratégia para absorver capital excedente, sustentar taxas de lucro, e maximizar o retorno sobre valores de troca independentemente de quais forem as demandas por valores de uso. [...] Enquanto há uma escassez crônica de moradias financeiramente acessíveis em quase toda grande cidade, suas *skylines* são emporcalhadas com condomínios vazios para os ultra-ricos, cujos principais interesses são especular valores imobiliários ao invés de promover o bem-estar. [...] Maximizar o *buen vivir* para todos na cidade ao invés do PIB, para o benefício de poucos é uma ótima ideia. Ela precisa ser fundamentada em práticas urbanas em toda parte”. (HARVEY, 2014, p. 26, 27)

O Estado hoje passa a ter uma posição mais problemática, pois atua na desregulamentação e regulamentação, tendo flexibilidade com a privatização das necessidades coletivas e da seguridade social, favorecendo o crescimento da competição interregional, interurbana e intraurbana do setor imobiliário.

David Harvey (1991) aponta algumas consequências da acumulação flexível: a aglomeração e agregação espaciais, a formação de contiguidades e nós, que junto à expansão urbana desenfreada, consolidou um mal-estar urbano generalizado.

> “[...] É chamado a regular as atividades do capital corporativo no interesse da nação e é forçado, ao mesmo tempo, também no interesse nacional, a criar um “bom clima de negócios”, para atrair o capital financeiro transnacional e global e conter (por meios distintos do controle do câmbio) a fulga de capital para pastagens mais verdes e mais lucrativas”. (HARVEY, 1991, p. 160)

O novo empreendedorismo urbano se apoia na parceria público-privada, enfocando o investimento e o desenvolvimento econômico, por meio da construção especulativa do lugar em vez da melhoria das condições num território específico.

Para François Ascher (1994) a parceria público-privada é o resultado da complementaridade de competências, de um lado o setor público com suas prerrogativas e garantias, de outro o setor privado com o capital e experiência. Porém, em detrimento da democracia e da autonomia, o que prevalece de fato são os interesses particulares, que negam as realidades dos habitantes.

David Harvey (2005) expõe sobre o desempenho da economia neoliberal relacionada às cidades, na qual a ação do Estado nas regulamentações e planejamento do mercado fundiário é reduzida, o que dificulta o objetivo de alcançar a justiça social e igualdade regional. Afirma que, ao estabelecer alianças com Banco Mundial para promover desenvolvimento local, o Poder Público propõe a garantia da propriedade privada e estímulo ao crédito hipotecário, provocando nas classes de baixa renda o endividamento.

> "De acordo com a teoria, o Estado neoliberal deve favorecer fortes direitos individuais à propriedade privada, o regime de direito e as instituições de mercados de livre funcionamento e do livre comércio. Trata-se de arranjos institucionais considerados essenciais à garantia das liberdades individuais. O arcabouço legal disso são obrigações contratuais livremente negociadas entre indivíduos juridicamente configurados no âmbito do mercado. [...] A empresa privada e a iniciativa dos empreendedores são julgadas as chaves da inovação e da criação de riqueza. [...] Assim, os contínuos aumentos da produtividade devem proporcionar padrões de vida mais elevados a todos. Sob o pressuposto de que "uma maré montante faz subir todos os barcos" ou sob o do "efeito multiplicador", a teoria neoliberal sustenta que a eliminação da pobreza (no plano doméstico e mundial) pode ser mais bem garantida através dos livres mercados e do livre comércio". (HARVEY, 2005, p. 75)

As cidades são produto de fatores econômicos, políticos e culturais, impulsionando o processo de valorização do capital imobiliário, onde os fatores econômicos se sobrepõem e passam a incorporar os demais. A cidade passa a ser cada vez mais um produto da necessidade especulativa do capital imobiliário em constante valorização, não correspondendo às necessidades da maior parte da população.

Segundo Mark Gottdiener (1997), a cidade é uma aglomeração que enfatiza a produção de riqueza através do território e pela concentração de força de trabalho e capital.

> "[...] As mudanças sócio espaciais na cidade são reguladas pela lógica da acumulação de capital, e o resultado desse processo numa sociedade capitalista é o desenvolvimento desigual e injustiças sociais que são distribuídas tanto espacialmente quanto demograficamente". (GOTTDIENER, 1997, p. 29).

Otília Arantes (2000) em A Cidade do Pensamento Único*,* mostra como surge, com a crise do fordismo-taylorismo, uma nova matriz liberal de planejamento, inspirada na gestão empresarial e baseada na ideia da cidade como máquina de crescimento e produção de renda, uma política pública também conhecida como Planejamento Estratégico.

O Planejamento Estratégico surge nos Estados Unidos na década de 1970 com a transposição de metodologias empresariais ao planejamento urbano. O principal foco era transformar as cidades em máquinas de produzir riquezas e tranquilizar a sociedade em crise. Dessa forma, o Planejamento Estratégico aparece como forma de adaptar as cidades no contexto da globalização, mudando radicalmente os seus papéis e as relações entre elas.

Otília Arantes (2000) ressalta a impossibilidade de alguém "minimamente responsável" propor a aplicação desse modelo, que reduz a cidade a mero espaço de negócios, no contexto social dos países subdesenvolvidos.

> "Embora se saiba que as cidades modernas sempre estiveram associadas à divisão social do trabalho e à acumulação capitalista, que a exploração da propriedade do solo não seja um fato novo, e que haja [...] uma relação direta entre a configuração espacial urbana e a produção ou reprodução do capital, [...] há algo de novo a registrar nessa fase do capitalismo em que as cidades passaram elas mesmas a ser geridas e consumidas como mercadorias. [...]" (ARANTES, 2000, p. 26)

Com o surgimento do Planejamento Estratégico, não houve uma ruptura com o modernismo, mas uma continuidade com o gerenciamento empresarial e a culturalização do mercado. Este tipo de planejamento reativa a ideologia modernista do plano, havendo uma distorção da cultura que se resume apenas a uma imagem, objetivando moldar uma coletividade e propiciar o desenvolvimento do sistema de negócios. A cultura que anteriormente era autônoma dos valores de mercado, agora trabalha a favor deste, formando o culturalismo de mercado. O Estado, que trabalhava na regulamentação e controle dos usos e espaços da cidade de forma a combater a especulação imobiliária, agora passa a trabalhar no intuito de desregulamentar e oferecer incentivos ao livre desenvolvimento do mercado especulativo.

> "[...] Trata-se da transposição para o espaço urbano - público até segunda ordem – dos conceitos e metodologias do planejamento estratégico empresarial, elaborados originalmente na Harvard Business School. Do que resulta um projeto de cidade paradoxalmente articulado por três analogias

> constitutivas: a cidade é uma mercadoria e como tal está à venda num mercado em que outras cidades igualmente são vendidas; a cidade é uma empresa, e como tal resume-se a uma unidade de gestão e de negócios; a cidade enfim é uma pátria, entendamos uma marca com a qual devem se identificar seus usuários, cuja fidelidade ao produto, vendido como civismo, requer algo como o exercício bonapartista do poder municipal. Nunca se falou tanto em *polis,* mas o autor sugere que se chame as coisas pelo nome: *City,* no caso. Isso no primeiro estudo". (VAINER, 2000, p.8)

Carlos Vainer (2000) apresenta as estratégias do discurso do Planejamento Estratégico Urbano inspirado em ideologias de mercado, ou seja, em técnicas e conceitos empresariais. Segundo o autor, a cidade passa a ser uma mercadoria a venda num mercado globalizado, no qual o Estado promove a cidade para o exterior. O que passa a interessar é apenas sua imagem, de forma que a cidade é pensada nas partes que interessam aos visitantes. A cidade passa a ser uma empresa, pois atua no mercado global como tal, sendo subordinada aos interesses do mercado.

> "Se durante largo período o debate acerca da questão urbana remetia, entre outros, a temas como crescimento desordenado, reprodução da força de trabalho, equipamentos de consumo coletivo, movimentos sociais urbanos, racionalização do uso do solo, a *nova questão urbana* teria, agora, como nexo central a problemática da competitividade urbana". (VAINER, 2000, p.75)

O autor afirma que o Planejamento Estratégico sugere a eliminação da esfera política, marcada por importantes conflitos entre sociedade e lugar para o exercício da cidadania, ficando apenas o cenário para projetos empresariais pautados na produtividade e competitividade. Os princípios da justiça urbana e da gestão democrática das cidades são deixados para trás em razão de uma gestão estratégica excludente, que prioriza os sujeitos "relevantes" à inserção da cidade no mercado global. Prevalece as parcerias público-privadas, modelos de gestão competitiva pautados no consenso entre interesses públicos e privados, excluindo sistematicamente atores e processos que não se encaixem no parâmetro de relevância estratégica.

Segundo José Arendit (1993), no processo de ocupação do espaço da cidade surge o fenômeno do vazio urbano, que incorpora os interesses especulativos dos proprietários dos imóveis da cidade à necessidade de estocagem de terra por parte da produção imobiliária. Com isso, os terrenos urbanos se valorizam e sua aquisição torna-se inacessível a grande parte da população.

O terreno vazio utilizado para especulação imobiliária é responsável por ampliar a área urbana e exige investimentos em infraestrutura constantes, valorizando ainda mais essas áreas. As oportunidades de incorporação imobiliária vão surgindo e os investimentos sociais são transformados em instrumentos de valorização de terras urbanas. Com esse processo, as diferenças de classes nas cidades ficam evidentes, pois poucos possuem condições financeiras para pagar o preço mais elevado pelo uso da terra, transparecendo a segregação urbana e as desigualdades.

Milton Santos (1994) esclarece que o processo de disputa por determinadas localizações faz surgir áreas dentro das cidades sem funcionalidade, revelando a seletividade da oferta de fluxos, reconfigurando o espaço e valorizando-o de forma diferenciada. Como acumulação e especulação andam juntas, a localização das classes de baixa renda passou a seguir a determinação dos fluxos dos interesses imobiliários.

A especulação é a consequência da realização da acumulação do capital na produção imobiliária. Dessa forma, não é possível separar no meio urbano a valorização da terra da valorização capitalista. Para Milton Santos (1994), capital e propriedade estão sempre juntos na produção da cidade.

A especulação imobiliária afeta a cidade em pelo menos três aspectos importantes para o presente trabalho: 1) altos custos de urbanização; 2) altos custos de construção; 3) custos de reprodução da força de trabalho que reservam os piores locais da cidade para a população de baixa renda (CAMPANÁRIO, 1984). Essa especulação é responsável, ainda, pelo encarecimento da moradia urbana, pelos vazios urbanos, pela subutilização da infraestrutura urbana e pelo aumento dos preços nos transportes. Devido ao crescimento das cidades também ocorre uma pressão pela inclusão de áreas rurais para uso urbano, sendo a expansão urbana outro importante dispositivo da especulação.

Conforme afirma Marc Augé (2006), o mercado imobiliário promove não-lugares ou “não-cidades”, nos quais encontram-se os mais vulneráveis que são segregados por barreiras/fronteiras arquitetônicas. A morfologia das cidades, marcada pela ótica mercadológica, provoca fragmentação social e privatização do espaço público, representados por espaços vazios e a guetificação em urbanizações fechadas e

“seguras”, como shopping centers, hipermercados e condomínios fechados, que encapsulam as pessoas conforme seu poder aquisitivo, dificultando as interações e a troca de experiências entre desiguais e, portanto, negando o direito à cidade.

1.2 Cidadania mutilada no Brasil

Milton Santos (2007) defende que o respeito ao indivíduo é a essência da cidadania, que se busca através da concretização de direitos direcionados a todos nas diversas circunstâncias da vida social. A cidadania deve ser compreendida como um processo gradual, decorrente das lutas e necessidades sociais que marcam a história dos diversos povos. A população deve estar imbuída, consciente ou inconscientemente, da importância dos direitos sob uma perspectiva do conjunto da sociedade.

Na Europa ocidental do século XIX, a cidadania se identificava com a qualidade de membro, ou seja, os habitantes eram considerados cidadãos por serem membros do Estado Nação, tendo sido consagrados os direitos civis e políticos que abrangem o direito à vida, à liberdade, à propriedade e à participação política. No século XX, para atender as necessidades de proteção mínima contra pobreza e doenças, surgem os direitos sociais, relacionados à saúde, à educação, à habitação, previdência social e assistência social. Após as duas grandes Guerras Mundiais, a ideia de cidadania continuou se ampliando na Europa, diante de novas demandas por direitos relacionados ao meio ambiente saudável e equilibrado, ao desenvolvimento ou progresso da humanidade, à pluralidade cultural, a uma nova concepção de democracia, que não mais se satisfazia com o simples exercício do voto, entre outros.

A sociedade contemporânea vive um dilema por querer exercitar um complexo de direitos inerentes à cidadania, mas esbarra nas ideias neoliberais pautadas no individualismo e no consumismo. Milton Santos (2007) relata que o neoliberalismo dificulta o convívio social porque a existência das relações sociais e das solidariedades comunitárias diminuem a importância do dinheiro, que é o centro da vida humana neste modelo de produção econômica e organização da sociedade. Além disso, a propaganda como instrumento de criação de símbolos, a cultura de massas que incentiva a competição entre pessoas, a burocracia como instrumento e fonte de alienação também são entraves aos avanços dos novos direitos.

O processo de urbanização e de afirmação da democracia no Brasil coincide com o fortalecimento do discurso neoliberal no mundo, prejudicando a construção da cidadania no país. O instinto de coletividade e de pensar por uma sociedade como um todo não se solidificou, pois em lugar do *cidadão* formou-se um *consumidor.* Esta

postura pautada na individualidade reduz a possibilidade dos encontros interpessoais diretos e enriquecedores, sendo a comunicação entre as pessoas frequentemente intermediada por coisas. Da mesma forma os movimentos de massa se pautam por uma lógica mais instrumental que existencial, onde os indivíduos preferem identificar o que os separa e não o que os une.

A incompreensão da cidadania também decorre dos graves problemas da educação corrente no Brasil, que simplifica as realidades do mundo e não cultiva valores humanistas, pois subordinada à lógica dos negócios, sendo incapaz de dar respostas às verdadeiras aspirações da sociedade. A escola deveria ser o local por excelência da formação cidadã, não só introduzindo as noções de direitos e deveres sob os quais está organizada a sociedade, mas também criando condições para os educandos conhecer a sua história e assimilar as coisas que ali acontecem, criando condições para ser ouvidos, podendo reclamar, reivindicar, propor, sugerir, auxiliar etc. Se as pessoas tomam conhecimento, desde a iniciação escolar, das oportunidades para a participação efetiva no processo de tomada de decisões, e se estas oportunidades são de fato operantes na sociedade, elas acreditarão que a participação vale a pena.

Existem no Brasil extensas áreas vazias de equipamentos públicos ou privados como hospitais, postos de saúde, escolas secundárias e primárias, parques, praças e demais espaços necessários ao exercício da vida social. Especialmente nas periferias pobres das grandes cidades, apesar de uma considerável densidade demográfica, tais serviços são precários ou mesmo inexistentes. Como morar nessa periferia específica é, na maioria dos casos, o destino dos pobres, eles estão condenados a não dispor de serviços sociais ou a utilizá-los precariamente. Além disso, espaços públicos como praias, montanhas, calçadas, bairros e etc., estão sendo impunemente privatizados. O lazer na cidade torna-se igualmente o lazer pago, inserindo a população no mundo do consumo. Quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha, pela água, fica excluído do gozo desses bens, que deveriam ser públicos, porque essenciais.

O exercício da cidadania é modificado de acordo com a localização do indivíduo no território. Seu valor vai mudando, para melhor ou para pior, em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), de forma que a possibilidade de ser mais ou menos cidadão depende, em larga proporção, do ponto do território onde se está.

Existe uma correlação entre a localização das pessoas e o seu nível social e de renda, podendo-se dizer que, com exceção de alguns bolsões atípicos, o espaço urbano é diferentemente ocupado em função das classes em que se divide a sociedade urbana. O fenômeno é antigo, mas, na medida em que a aglomeração evolui, aparece cada vez mais demarcado e restritivo.

A princípio se podia falar de uma certa “espontaneidade”, decorrente de fatores de mercado. Atualmente os fatores do mercado são influenciados por decisões de ordem pública que incidem sobre todas as escalas, incluindo desde o planejamento, até as operações de renovação urbana e de remoção de favelas, cortiços e outros tipos de habitação.

Esta combinação entre forças de mercado, decisões jurídicas e de governo, resulta nas chamadas migrações forçadas ou localizações forçadas, que contribuem para aumentar as desigualdades. Milton Santos (2007) relata que morar na periferia pobre é se condenar duas vezes à pobreza, uma gerada pelo modelo econômico, segmentador do mercado de trabalho e das classes sociais, e outra gerada pelo modelo territorial, que determina quem deve ser mais ou menos pobre somente por morar neste ou naquele lugar. O fato de os bens sociais existirem na forma mercantil reduz o número de pessoas que lhes têm acesso, tornando ainda mais pobres aqueles que têm de pagar o que, em condições democráticas normais, deveriam receber do poder público.

Os problemas da cidadania no Brasil também possuem forte componente sociológico. Milton Santos (2007) critica a classe média brasileira, que dispõe dos serviços públicos e privados necessários a uma boa qualidade de vida, mas é contra o acesso destes serviços à totalidade da população. O autor afirma que a classe média não é preocupada com os direitos, mas com privilégios, havendo no Brasil os que não querem ser cidadãos, que são as classes médias, e os que não podem ser cidadãos, as classes subalternas, que representam a maior parte da população do país.

O autor trata do fenômeno das cidadanias mutiladas. Cidadania mutilada no trabalho, através das oportunidades de ingresso negadas. Cidadania mutilada na remuneração, muito melhor para uns do que para outros. Cidadania mutilada nas oportunidades de promoção. Cidadania mutilada na localização das pessoas, na sua moradia.

Cidadania mutilada na circulação, o famoso direito de ir e vir, tolhido para uma parte significativa da população. Cidadania mutilada na educação, negada para muitos, especialmente negros, pobres e periféricos. Cidadania mutilada na saúde, num país onde a medicina é pautada e exercida de forma elitista. Mutilada também a cidadania relacionada aos novos direitos da contemporaneidade, como um meio ambiente saudável, acesso ao progresso e desenvolvimento da humanidade, pluralidade cultural, livre exercício da identidade individual etc.

Milton Santos (2007) afirma que o modelo cívico brasileiro é herdado da escravidão, que marcou o território, as consciências e as relações sociais do país. Mas também é um modelo cívico subordinado à economia, que decide o que é possível instalar. O modelo cívico é subordinado ao modelo econômico, sendo os recursos nacionais utilizados no interesse das grandes corporações, e essa é uma das razões pelas quais a base da pirâmide social não têm acesso às condições essenciais a uma vida digna.

Nessa concepção da sociedade contemporânea, no Brasil e no mundo, o homem é residual, pois as relações sociais são pautadas na competitividade, afastando a consolidação de uma verdadeira cidadania. O individualismo e o consumo magnificam o ideal contemporâneo de ter, no lugar do ideal de ser. Por isso o consumidor é a figura central nesta sociedade, em detrimento do cidadão. A cultura do consumo na vida coletiva produz espaços marcados por enormes desigualdades e injustiças, constituindo-se em espaços sem cidadãos. Além disso, as crises urbanas se tornam mais complexas, diante do fenômeno da escassez e da má distribuição dos recursos, o que aumenta a pobreza e a miséria e estimula a violência.

Falar em ser cidadão do mundo simplesmente corrobora com fatores de desigualdade em escala global, mesmo sem antes ter sido possível falar em cidadão do próprio lugar onde se vive. A concretização de uma cidadania local deve ser o ponto de partida para a participação cidadã em todos os níveis, fruto de um processo vivo e dinâmico demandante de constantes ampliações das arenas democráticas, sendo uma conquista do conjunto do corpo social na confecção de direitos consagrados em leis e, principalmente, exercidos e aperfeiçoados no cotidiano dos cidadãos.

1.3 Cidade legal X Cidade real

No processo de crescimento urbano a lógica do mercado imobiliário propicia a divisão da cidade em cidade “legal” e cidade “ilegal” (MARICATO, 2002; ROLNIK, 2006). A cidade “legal” é a parcela da cidade contemplada pelo poder público, que busca suprir as necessidades de infraestrutura, sendo uma região valorizada pelo mercado imobiliário. Já a cidade “ilegal” se refere à porção irregular da cidade, que não é reconhecida pelo poder público em termos de planos urbanísticos, caracterizada por Ermínia Maricato (2002) como o “lugar fora das ideias”.

O crescimento urbano é expresso de um lado através cidade legal, que concentra investimentos públicos, e no outro lado a cidade real, que exprime uma realidade social, é ignorada dos benefícios formais e que cresce exponencialmente. Marta Grostein (2001) afirma que essa precariedade e ilegalidade são características nas cidades atuais e contribuem para a formação de espaços urbanos sem atributos ou responsabilidade de urbanidade.

A autora salienta que a construção das cidades pode se manifestar de duas formas: uma cidade formal (legal), na qual o poder público exerce sua responsabilidade enquanto mediador e regulador do espaço urbano segundo suas conveniências, e outra cidade construída à sua margem, a cidade real, que também faz parte desse processo sócio espacial complexo. Porém, o acesso a essa cidade se dá de modo diferenciado e socialmente determinado.

> “ [...] a representação da “cidade” é uma ardilosa construção ideológica que torna a condição de cidadania um privilégio e não um direito universal: parte da cidade toma o lugar do todo. A cidade da elite representa e encobre a cidade real. Essa representação, entretanto, não tem apenas a função de encobrir privilégios, mas possui, principalmente, um papel econômico ligado à geração e captação da renda imobiliária”. (MARICATO, 1982, p. 165)

Segundo Ermínia Maricato (2000) existe uma resistência significativa dos dirigentes municipais em criar uma consciência sobre a cidade real. Muitas vezes, com a contribuição da mídia, impedem que a população da cidade, especialmente os de baixa renda, reflita sobre a realidade espacial em que estão inseridos, em evidente desproporção com os espaços privilegiados que lhes são negados. No Brasil os investimentos dos municípios não são generosos, o que resulta no crescente déficit de infraestrutura na maioria das áreas urbanas, em detrimento de melhorias

concentradas em áreas “nobres” ou dignas de gentrificação por interesses de especulação imobiliária.

Há uma grande demanda e busca por terrenos nas cidades, e para isso os terrenos necessitam de itens básicos para permitir a construção, como por exemplo, estar inserido em um local urbano que permita ter acesso à infraestrutura pública, tais como praças, parques, jardins, ruas, abastecimento de água e esgoto etc. Mas poucas áreas urbanas dispõem das infraestruturas básicas ou despertam interesse dos construtores em fornecer essa infraestrutura.

Segundo a Lei n.° 6.766/79 o parcelamento do solo urbano poderá ser feito mediante loteamento ou desmembramento, que devem ser previstos com infraestrutura básica constituída pelos equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação. O parcelamento do solo só será aprovado para fins urbanos em zonas urbanas, de expansão urbana ou de urbanização específica, assim definidas pelo plano diretor ou aprovadas por lei municipal (BRASIL,1979).

A referida lei do parcelamento do solo urbano não combate a especulação imobiliária, não conseguindo induzir a ocupação ou o adensamento de vazios especulativos urbanos, tornando o solo ainda mais escasso, de forma que os loteamentos são uma alternativa de valorização do capital, dado os ganhos que proporcionam (MARICATO, 1996).

O investimento público orientado pelos empresários é que nutre a atuação da legislação perante o mercado imobiliário, o que provoca exclusão de grande parcela da sociedade que não se enquadra nas áreas de interesse restrito. Como única alternativa, a população de baixa renda passa a apropriar das áreas de ocupação restritiva ou desprezadas pelo mercado imobiliário.

Ermínia Maricatto (2000) critica as novas formas de urbanismo nas cidades que importam ideias e métodos internacionais sem nenhuma conexão com a realidade local. Cita como exemplo as favelas, que se tornam parte da cidade informal “ilegal”,

aquela que não será vista e sim escondida, ficando fora do planejamento, e a cidade "legal", aquela que interessa ao mercado imobiliário.

> "Estamos nos referindo a um processo político e econômico que, no caso do Brasil, construiu uma das sociedades mais desiguais do mundo, e que teve no planejamento urbano modernista/funcionalista, importante instrumento de dominação ideológica: ele contribuiu para ocultar a cidade real e para a formação de um mercado imobiliário restrito e especulativo. Abundante aparato regulatório (leis de zoneamento, código de obras, código visual, leis de parcelamento do solo etc) convive com a radical flexibilidade da cidade ilegal, fornecendo o caráter da institucionalização fraturada, mas dissimulada". (MARICATO, 1996, p.124)

Grande parte da população brasileira não consegue ter acesso a cidade formal. Dessa forma, não tendo outra alternativa, se instala na periferia e produz pelas próprias mãos a sua cidade, muitas vezes informal, sem os equipamentos e serviços sociais essenciais, como escolas, saneamento, iluminação pública e transporte público.

Esta população não cabe na cidade, ela não tem acesso a uma cidade urbanizada e qualificada. Não tem direito aos benefícios urbanos sendo relegada para áreas ambientalmente frágeis, como áreas de proteção de mananciais e encostas.

> "A presença desse vasto contingente de assentamentos inseridos de forma ambígua na cidade é uma das mais poderosas engrenagens da máquina de exclusão territorial que bloqueia o acesso dos mais pobres às oportunidades econômicas e de desenvolvimento humano que as cidades oferecem. Essa situação de exclusão é muito mais do que a expressão das desigualdades sociais e de renda: ela é agente de reprodução dessa desigualdade. Em uma cidade dividida entre a porção legal, rica e com infra-estrutura, e a ilegal, pobre e precária, a população que está em situação desfavorável acaba tendo muito pouco acesso a oportunidades de trabalho, cultura e lazer. Simetricamente, as oportunidades de crescimento circulam no meio daqueles que vivem melhor, pois a sobreposição das diversas dimensões da exclusão incidindo sobre a mesma população fazem com que a permeabilidade entre as duas partes seja muito pequena". (ROLNIK, 2006, p.200)

Ao concentrar as oportunidades em uma parcela da cidade e estender a ocupação a periferias cada vez mais distantes, temos a concentração de pessoas para trabalhar nas áreas centrais e, no fim do dia, elas voltam aos seus bairros afastados de origem, ocasionado uma crise na mobilidade urbana. Raquel Rolnik (2006) diz que esse modelo limita o pleno desenvolvimento de uma democracia verdadeiramente includente.

Na segunda metade do século XX o país obteve um expressivo crescimento populacional ao mesmo tempo que avançou o processo de urbanização. Segundo pesquisas realizadas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2016), o

Brasil urbano entre 1960 e 2010 cresceu 402%. O crescimento foi marcado pela segregação, exclusão, informalidade, ilegalidade e “déficit de cidade” (ROLNIK, 2016).

David Harvey (2014), em seu livro Cidades Rebeldes, enfatiza que as cidades surgiram da concentração geográfica e social de um excedente de produção. Afirma que a urbanização sempre foi um fenômeno decorrente do reinvestimento do capital para gerar mais excedente, porém o lucro que se acumula geralmente permanece sob domínio de poucos.

O investimento no espaço urbano tem sido recorrente para superação de crises econômicas e para derrubar as barreiras espaciais. As leis de mercado forçam a criação de novos produtos, novos estilos de vida urbana e novas tecnologias, buscando a realização de investimentos na construção em geral, especificamente na moradia, mas sob uma ótica estritamente mercadológica.

David Harvey (2005) aponta como os interesses do mercado são amparados pelo Estado, mesmo em momentos de crise verificava-se o aumento de pessoas milionárias em diversos países do mundo, bem como o crescente bônus dos investidores, subsidiados com a ação do Estado injetando dinheiro no sistema financeiro.

Segundo o autor, após a grande crise de 2008, ainda havia 413 bilionários nos Estados Unidos, 115 na China, 101 na Rússia, 55 na Índia, 52 na Alemanha, 32 na Grã-Bretanha e 30 no Brasil. Como consequência dessa distribuição de renda e poder concentrados nas mãos de poucos os espaços das cidades acabam refletindo essas desigualdades.

> “A cidade está se dividindo em partes distintas, com a formação aparente de muitos "microestados". Os bairros ricos, que contam com todos os tipos de serviços, como escolas exclusivas, campos de golfe, quadras de tênis e patrulha de policiamento privado ininterrupta nas ruas, veem-se cercados por assentamentos ilegais onde a água só é disponível nas fontes públicas, não há serviços básicos de saneamento, a eletricidade é pirateada por poucos privilegiados, as estradas se transformam em lamaçais sempre que chove, e onde o compartilhamento de uma mesma casa por várias famílias é a norma. Cada segmento parece viver e funcionar autonomamente, agarrando-se com todas as forças ao que conseguiu para si na luta cotidiana pela sobrevivência”. (HARVEY, 2014, p. 48-49)

O crescimento desordenado das cidades tende a ocultar a desigualdade, a pobreza urbana, a carência e má distribuição de equipamentos e infraestruturas urbanas.

Vários movimentos pelo mundo surgem com o intuito de lutar pelo direito à cidade, protestando contra a apropriação da cidade pelo grande capital.

Essa tem de ser uma luta global, predominantemente contra os abusos do capital financeiro, que determina atualmente os processos de urbanização, pois a crise urbana é um reflexo da acumulação de capital e do tipo de desenvolvimento que procura colonizar espaços para os mais ricos em detrimento dos mais pobres.

A solução é adotar o direito à cidade como slogan e ideal político, precisamente porque ele levanta a questão de quem comanda a relação entre a urbanização e a produção do lucro. A democratização desse direito é imperativa para instituir novas formas de urbanização.

1.4 Segregação e auto segregação nas cidades

A dinâmica da cidade contemporânea é refletida através de complexos processos em seu território que, negligenciados pela gestão territorial, produzem espaços fragmentados, com baixa qualidade, que refletem na vida de todos seus habitantes, agravando os conflitos socioeconômicos, espaciais e ambientais.

Peter Marcuse (2004) afirma que a segregação implica em divisão cultural, funcional ou por diferença no status hierárquico. A divisão cultural realiza-se através da língua, da religião, das características étnicas, estilo arquitetônico, por país ou nacionalidade. A divisão funcional é resultado da lógica econômica, acarretando na divisão entre bairros residenciais e comerciais, áreas rurais e indústrias, que pressupõe a divisão do espaço pela função exercida para cada atividade. A divisão por diferença no status hierárquico reflete e reproduz as relações de poder na cidade, podendo ser representada, por exemplo, por um enclave (condomínio fechado) ou pela distribuição dos serviços públicos pelo Estado.

Para Manuel Castells (1978), a distribuição das residências no espaço urbano resulta na diferenciação social e há uma estratificação urbana em que a distância social tem uma forte expressão no território, provocando a segregação urbana. O autor afirma que a segregação urbana será compreendida como a tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e de forte disparidade social entre elas, não só em termos de diferença, como também de hierarquia. Aponta que toda a problemática social tem sua origem quando o homem se transforma e é capaz de transformar o seu meio através da luta pela vida e pelo seu trabalho. Segundo o autor, toda cidade possui um entrelaçamento histórico de várias estruturas sociais e de toda sociedade contraditória, ou seja, fruto da ação de várias forças atuando em diferentes direções.

Segundo Flávio Villaça (2001) a segregação socioespacial pode ser definida como tendência à concentração de algum grupo social em área específica em que não há exclusividade, podendo assim remeter a dicotomia entre grupos sociais distintos que ocupam a mesma cidade. Segundo o autor, o movimento segregador acontece no Brasil de forma acelerada devido à mercantilização do solo urbano. Financiados pelo

Estado, os incorporadores imobiliários possuem um papel decisivo na consolidação da segregação socioespacial.

Para Jean Lojkine (1997, p. 166) “a segregação é uma manifestação da renda fundiária urbana, um fenômeno produzido pelos mecanismos de formação dos preços do solo, estes por sua vez determinados pela nova divisão social e espacial do trabalho”. O autor apresenta três tipos de segregação socioespacial:

> “1 – Uma oposição entre o centro, onde o preço do solo é o mais alto, e a periferia [...]
> 2 – Uma separação entre zonas de moradias reservadas às camadas sociais mais privilegiadas e as zonas de moradia popular.
> 3 – Um esfacelamento generalizado das ‘funções urbanas’, disseminadas em zonas geograficamente distintas e cada vez mais especializadas: zona de escritório; zona industrial; zona de moradia”. (LOJKINE, 1997, p.189)

A cidade é o lugar de maior concentração de pessoas e de capital, com uma grande diversidade de classes sociais, que se apropriam desigualmente do espaço urbano e produzem formas espaciais fortemente segregadas. Para Roberto Corrêa (2005) o espaço urbano é produzido com base numa ordem social e econômica. A divisão social do trabalho na sociedade capitalista cria as desigualdades sociais que se refletem na produção do espaço urbano. A lógica da estruturação espacial encontra-se em duas vertentes: na renda e na divisão social do trabalho, sendo que a primeira é responsável pela aglomeração da mesma camada social, influenciando a estruturação dos bairros.

Flávio Villaça (1986) considera que, para a compreensão das estruturas espaciais, é imprescindível saber o que é segregação. A segregação é uma decorrência das condições econômicas e sociais, da organização social e da produção desigual do espaço urbano, que expulsa os pobres e redistribui os ricos no território, através de uma dinâmica imobiliária induzida. Dessa forma, de acordo com as modificações no espaço urbano e a supervalorização, aqueles que não se enquadram na faixa econômica se veem obrigados a ocupar áreas mais distantes.

A exclusão e a segregação urbana têm seu início no problema da habitação e na reprodução da moradia. Na verdade, seria um falso problema, pois segundo Flávio Villaça (1986), o Brasil possui o número de habitações necessárias para atender esta demanda. Tem-se a ideia de haver um déficit habitacional quando na verdade há um

grande percentual de imóveis ociosos, ou seja, sobram imóveis desocupados e subutilizados, mas faltam moradias, um genuíno paradoxo nas cidades brasileiras.

A urbanização por extensão de periferias foi marcada pelo fenômeno da autoconstrução da moradia popular, evidenciando as relações entre a exploração da força de trabalho e as formas “selvagens” de urbanização. Uma considerável porcentagem das residências de baixa renda foi construída pelos próprios proprietários, utilizando dias de folga, fins de semana e formas de cooperação como o mutirão, ou seja, por trabalho não remunerado. Assim, uma operação que é, na aparência, uma sobrevivência de práticas de economia natural dentro das cidades, contribui com o processo de expansão capitalista, que tem como uma de suas bases a exploração da força de trabalho (TELLES, 2010, pag. 58).

O desenvolvimento da atividade industrial no Brasil resultou em profundas alterações na realidade urbana, gerando uma grande expectativa nas classes populares, originalmente vinda de áreas rurais, em busca de melhores oportunidades. Contudo, a demanda por infraestrutura, transporte, saneamento básico e moradia eram maiores do que a capacidade oferecida pelas cidades.

A partir de 1960 / 1970, durante a Ditadura Militar, inicia-se um período marcado pela remoção da população de baixa renda dos centros urbanos, conforme exemplifica Zaluar apud Burgos (2006), “através da criação da Companhia de Habitação Popular (COHAB), empresa que deveria realizar uma nova política habitacional, baseada na construção de unidades para as famílias de baixa renda”. Foram criados conjuntos habitacionais de baixa infraestrutura e qualidade e as populações carentes eram removidas para áreas distantes dos locais de trabalho, com pouca ou nenhuma oferta de transporte e mal construídas. A autora ilustra:

> “(...) os habitantes das favelas lutariam de forma desesperada para não serem removidos, entrincheirados na identidade politicamente construída de favelado. A história dessas remoções, ocorridas, sobretudo entre 1968 e 1975, representa um dos capítulos mais violentos da longa história de repressão e exclusão do Estado brasileiro. Na verdade, sabe-se muito pouco a seu respeito, mas o que se sabe permite supor a extensão da sua dramaticidade”. (ZALUAR APUD BURGOS, 2006, p.36)

Atualmente, segundo Jean Lojkine (1997), a segregação socioespacial é marcada por uma separação entre as atividades urbanas, que ficam contidas em zonas destinadas a funções específicas (comercial, industrial, residencial etc.).

O controle da produção e consumo do espaço urbano exercido pela classe dominante se dá: na esfera econômica, através do controle do mercado imobiliário, que produz os bairros privilegiados nos locais desejados; na esfera política, por meio do Estado, que controla a infraestrutura urbana e elabora a legislação de uso e ocupação do solo; e na esfera ideológica a respeito do espaço urbano, para auxiliar a dominação e torná-la aceitável pelos dominados. Karl Marx (1980) afirma que a urbanização está pautada nas lutas sociais e no papel do Estado na produção e distribuição de equipamentos e serviços, consolidada no processo de segregação sócio espacial dinamizado pela lógica do capital.

No Brasil a ocupação das áreas com melhores equipamentos e infraestrutura se deu pela população de maior renda, nas áreas mais centrais, enquanto a periferia se acomodou de maneira radial aos centros urbanos. Todavia as atuais cidades apresentam não só dois tipos de classes sociais, mas sim várias, desde a classe muito alta à classe muito baixa, sendo a oferta de bens e serviços de transporte, moradia, saúde, educação, lazer, entre outros disponibilizada nessa desigual perspectiva.

No final do século XX inicia-se nas metrópoles brasileiras um processo de construção de condomínios fechados, em regiões distantes do centro, onde diferentes classes sociais localizam-se próximas umas das outras, mas são mantidas separadas fisicamente por um conjunto de barreiras de segurança.

Teresa Caldeira (2000) analisa este novo padrão de organização espacial, baseado na auto segregação da classe alta, que tem se dirigido para as periferias em busca de segurança, qualidade de vida, lazer, conforto e status. O autor afirma que este fenômeno ocorre com a maior proximidade espacial entre as classes sociais, com a maior dispersão da classe alta pela periferia e a difusão da classe pobre pelas áreas mais nobres da cidade, principalmente com a criação de favelas. É neste contexto que se acentua a auto segregação da classe de renda mais alta nos “enclaves fortificados”, delineando um padrão fractal de segregação, no qual as distâncias físicas são substituídas pelos aparatos de segurança que garantem o distanciamento sociocultural.

Observa-se que existe uma divisão social do espaço, capaz de atribuir atualmente um novo significado em relação ao centro e a periferia. A periferia perde seu estigma de

abrigar as camadas menos abastadas da sociedade e passa a abrigar condomínios horizontais de luxo. Podemos afirmar que a auto segregação é o processo anti urbano que contribui para a fragmentação interna e externa dos sujeitos, agravando os problemas já existentes relacionados ao direito à cidade.

> "[...] Os condomínios exclusivos são o símbolo máximo do que se pode designar como auto-segregação, a qual representa o contraponto da segregação induzida (que se refere basicamente aos loteamentos irregulares das periferias urbanas e às favelas; no caso, a segregação é induzida pela própria pobreza, pelo menor poder aquisitivo, que força uma parcela considerável da população a se sujeitar a morar em espaços quase que desprovidos de infra-estrutura, negligenciados pelo estado e até mesmo insalubres)". (SOUZA, 1996, p. 54)

A auto segregação da classe alta, que tem ocupado cada vez mais as áreas periféricas da cidade, acentua a segregação pré-existente. Nesse aspecto, o Estado adquire um papel decisivo no acirramento das relações sociais e espaciais entre as diferentes classes, por ser o responsável por permitir a implantação de condomínios fechados, cercamento de bairros, suburbanização da classe alta, facilitação de transporte, dentre outros meios facilitadores da segregação (VILLAÇA, 1998).

CAPÍTULO II – A realidade das praças e parques em Goiânia

A construção de Goiânia a partir de 1930 envolveu diferentes agentes sociais, a exemplo dos migrantes, que contribuíram diretamente na construção civil, os fazendeiros responsáveis pela doação ou venda de terras e o poder público, responsável pelo financiamento de parte significativa das obras. O discurso era bastante otimista em torno da valorização fundiária, dinâmica funcional para o desenvolvimento do plano de implantação da nova capital, e, para tanto, foram feitas diversas propagandas voltadas a enfatizar a possibilidade de lucros advindos da aquisição de terrenos e lotes.

No início o poder público era o responsável pela implantação de loteamentos no município com infraestrutura básica (rede de água, esgoto, energia elétrica, asfalto). Tal infraestrutura gerava custos e o Estado transfere à iniciativa privada o direito de lançar novos loteamentos. Todavia, esse direito exigia que os empreendedores privados arcassem com a implantação de toda infraestrutura básica nas novas áreas de ocupação. Com o tempo, esses agentes começaram a pressionar o poder público e este acabou por revogar tal medida. Os loteamentos se multiplicaram de maneira desordenada, gerando grandes vazios e construções esparsas. Nesse processo de expansão urbana, o setor imobiliário levava adiante a ocupação espacial, reservando as imensas áreas, mais próximas dos núcleos centrais, à espera de valorização. Por outro lado, áreas mais distantes, sem qualquer infraestrutura, eram destinadas às classes mais pobres.

Goiânia foi planejada para 50 mil habitantes, mas rapidamente ultrapassou esse número, especialmente com a sua verticalização a partir de 1960. Foi uma verticalização significativa dando uma nova configuração física à cidade, com os edifícios que se instalaram no Setor Oeste para famílias de classe média alta. Nesse período também surgem os conjuntos habitacionais como forma de garantir a expansão urbana da capital. Com isso, a formação do espaço urbano de Goiânia vai resultar de dois grandes processos: o adensamento crescente e pontual de alguns bairros e a dispersão da periferia (MANSO, 2001).

A partir da segunda metade do século XX a cidade passa a ser vista de uma forma mais plural, conforme as novas configurações e percepções da vida urbana,

considerando as diversidades cultural, paisagística e ambiental e a carga simbólica dos equipamentos e espaços urbanos. É nesse prisma que o Estado se associa à iniciativa privada para implementar políticas de revitalização da cidade, recuperando áreas degradadas ou com ocupação marginal, porém privilegiando atividades e eventos ligados às classes de maior poder aquisitivo.

Em 1988 foi criada a Secretaria do Meio Ambiente (Semma) de Goiânia, com atribuição para regular as questões relacionadas à sustentabilidade e à ecologia e, partir de 1992, o Plano Diretor Integrado da capital, que continha diretrizes para a melhoria dos problemas urbanos relacionados ao meio ambiente integrado (GOIÂNIA, 1992).

Os gestores municipais buscaram elevar os índices de áreas verdes, com a municipalidade implantando novas praças e parques, com a clara intenção de valorizar a imagem da cidade. Desde então a preservação e implantação de praças e parques se tornou uma ação política das administrações municipais, reconhecendo a importância destes espaços urbanos para promover o desenvolvimento da cidade e a qualidade de vida da população. O poder municipal lançou mão de uma série de medidas de proteção aos mananciais, nascentes, vegetações ciliares, riquezas naturais, expressas nas Áreas de Proteção Ambiental (APAs) para nortear suas ações em relação às áreas verdes da cidade.

O título de “cidade ecologicamente correta” foi conferido à Goiânia na gestão municipal de Darci Accorci (1993-1996), respaldado no índice de número de áreas verdes por número de habitantes, outorgado pela Sociedade Brasileira para Valorização do Meio Ambiente, no 3º Encontro Mundial de Ecologia Urbana em 1995.

A administração municipal de Nion Albernaz (1997-2000), seguindo a defesa da causa ecológica e do desenvolvimento sustentável, realizou logo no início da gestão uma conferência pública, assumindo o compromisso com a “agenda 21”, nascida das discussões realizadas na Eco-92: Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992. Sob o slogan de “cidade das flores”, se buscou atrair investimentos para uma Goiânia moderna que, segundo o discurso oficial, solucionou os problemas ambientais próprios das grandes cidades. As áreas verdes passaram a ser valorizadas em seu sentido estético, ou seja,

a prioridade era o visual da cidade, fazendo dos jardins floridos um padrão de qualidade.

O poder público municipal apropriou-se do marketing para criar uma imagem positiva da cidade, de forma a fomentar o turismo e atrair investimentos, afirmando as ações ecológicas como um diferencial em relação às outras cidades brasileiras. No entanto, embora os investimentos em praças e parques tenham ocorrido, a propaganda não refletia a realidade da capital em sua totalidade, mas somente das áreas centrais ou de pontos estratégicos. Arrais (1999) argumenta que a imagem criada de Goiânia reflete a realidade apenas de fragmentos da cidade, de onde a síntese é construída da parte, deixando de lado outras regiões menos agradáveis da cidade. É como se tomasse uma parte pelo todo.

A administração municipal de Pedro Wilson (2001-2004) abandonou o slogan ambiental, mas buscou a elaboração e execução de um projeto de urbanização, legalização de áreas de posse, recuperação ambiental e desenvolvimento de uma política habitacional em Goiânia. Programou a construção de novos parques e a requalificação dos já existentes, a manutenção e criação de praças, intervenções em avenidas, jardins, pistas de cooper e demais espaços livres e verdes da cidade, sob a ótica da população se apropriar deles. Os elementos arquitetônicos, paisagísticos e de lazer foram implantados conforme requisição da comunidade, de acordo com práticas de gestão e planejamento participativo. Ainda assim, os investimentos foram concentrados em áreas centralizadas e nobres, como exemplo os Parques Areião e Vaca Brava, locais de altíssima concentração de renda na capital.

Entre 2005-2012 Goiânia esteve sob a gestão municipal de Iris Rezende que implantou 14 parques e bosques, sendo alardeada pela mídia como referência em preservação ambiental, reforçando o conceito de capital com maior número de árvores plantadas em vias públicas do país. A imagem ambiental da cidade continuou sendo uma importante ferramenta de ação política, com a ampliação das áreas verdes na malha urbana.

A administração municipal de Paulo Garcia (2013-2016), na questão ambiental, foi marcada pela referência da sustentabilidade, com o plantio de milhares de mudas de árvores pela cidade e o início das obras do Complexo Macambira-Anicuns (PUAMA),

ainda não concluído, que formará o maior parque linear da América Latina, com 24 quilômetros de extensão, financiado em sua maior parte com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Porém, as obras foram interrompidas em razão de rompimento do contrato com a empresa responsável pela execução do projeto. Também nesta administração foi entregue o projeto de revitalização da Praça Cívica Dr. Pedro Ludovico Teixeira, em parceria entre os governos federal, estadual e municipal, sob supervisão do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Goiânia se encontra novamente sob a gestão municipal de Iris Rezende (2017-2020), que avança na entrega de áreas verdes na capital, com forte influência de agentes privados imobiliários, resgatando modos ultrapassados e reforçadores das desigualdades urbanas verificadas em relação aos espaços públicos.

A partir da Lei nº 6766/79 (Brasil, 1979), que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, vem transferindo para a iniciativa privada a responsabilidade de dotar os loteamentos com infraestrutura básica e áreas destinadas à instalação de áreas verdes e equipamentos públicos.

Com o objetivo de agilizar processos de intervenção urbana, possibilitando a atração de investimentos externos diante da restrição fiscal e oferecendo prestação de serviços públicos mais eficientes, a Lei nº 11.079/04 (Brasil, 2004) instituiu a parceria público-privada, que consiste em um contrato administrativo de concessão, sendo ela patrocinada ou administrativa.

No que se refere a parceria público-privada no vigente Plano Diretor de Goiânia, elaborado em 2007, constam em seus artigos:

> "Art. 3º. [...] VII - a parceria entre o Poder Público e a iniciativa privada. [...]
> Art. 8º. A implementação da estratégia de ordenamento territorial se dará por meio do alcance de seus objetivos decorrentes do planejamento racional das ações públicas e a devida orientação das ações privadas. [...]
> Art. 43. Constituem estratégias norteadoras das ações dos agentes públicos e privados na cidade e da aplicação dos instrumentos de gerenciamento do solo urbano, quanto aos aspectos sócio-culturais: aquelas voltadas à promoção institucional da moradia provida de toda a infra-estrutura urbana, a valorização, divulgação e proteção cultural e do patrimônio histórico, a disseminação e estímulo à prática esportiva

> e ao lazer, o acesso digno à saúde e à educação, e a inserção do cidadão aos benefícios da cidade. [...]
> Art. 50. A promoção de parcerias público-privadas na produção e na manutenção da habitação de interesse social, em especial com as Cooperativas Habitacionais Populares e Associações Habitacionais de Interesse Social.
> Art. 67. [...] a articulação, a integração, a participação e parcerias com diversos níveis do poder público, da iniciativa privada e da sociedade civil, a integração em nível interno da administração municipal, em nível externo com os Municípios da Região Metropolitana e a recuperação plena da capacidade administrativa e de planejamento do Município. [...]
> Art. 133. As Áreas de Programas Especiais de Interesse Ambiental compreendem trechos do território sujeitos a programas de intervenção, [...], por meio da implantação de projetos públicos, ou parcerias público-privadas [...]". (PREFEITURA DE GOIÂNIA, 2007, p. 5; 6; 17; 21; 37)

O desenvolvimento de políticas públicas e privadas urbanísticas na capital tem sido fundamentado no desenvolvimento ecológico, no qual as imagens de praças e parques são convertidas como estratégia para alavancar e promover práticas de reprodução ampliada do capital no espaço urbano. Em Goiânia, é possível constatar, por exemplo, que os parques são construídos segundo a lógica das construtoras e incorporadoras, funcionando estes equipamentos como vetores para a obtenção de lucro.

Aristides Moysés (2004) relata que Goiânia nasceu em razão de uma demanda de ordem política e econômica, buscando articular regiões produtivas. A cidade foi concebida pela lógica do valor de troca, prevalecendo a desigualdade da sua ocupação socioespacial. Dessa forma, a medida que Goiânia cresce, a estrutura de produção e consumo aumenta, funcionando como um indutor da maximização dos lucros.

Desde os anos 1990 se observa em Goiânia a expansão dos condomínios horizontais fechados, para atender as necessidades das classes médias e altas, que buscam fugir dos problemas da cidade e morar numa "cidade voltada para os interiores", sem barulho, mistura, confusão, violência, enfim, "os males urbanos". Além disso, seria a interação e o estabelecimento de novas relações de proximidade, mas apenas com pessoas do mesmo grupo social.

Segundo Associação de Desenvolvedores Urbanos (ADU, 2019), Goiânia é uma das cinco cidades brasileiras, sendo a primeira do Centro-Oeste, com maior número de empreendimentos de condomínios horizontais fechados. Segundo a pesquisa,

existem 255 condomínios horizontais na grande Goiânia, correspondendo a 70% do total do estado de Goiás com 362.

Em razão da expansão de condomínios horizontais fechados e bairros planejados em Goiânia, novos centros comerciais e de serviços estão sendo criados e instalados em suas proximidades de maneira a atender este novo público. Inicialmente eram apenas mix de lojas de conveniência, logo após, passaram a abrigar escritórios, escolas, consultórios, academias, mercados, lanchonetes, entre ouros serviços. A ideia é que os moradores saiam o mínimo e utilize “todos” os recursos disponíveis em suas proximidades.

Os moradores de condomínios horizontais têm à sua disposição quase tudo o que precisam, como mercados, praças, academias, quadras esportivas, playgrounds, áreas verde e de lazer etc. A paisagem é adaptada às necessidades específicas, marcada pelos altos muros e sistemas de segurança ostensivo e pela perda do uso do espaço público, mais especificamente da rua, que sempre constituiu uma referência relevante nos processos de sociabilidade entre indivíduos de diferentes grupos sociais, culturais e econômicos. Nas ruas, as pessoas constroem história, realizam projetos, deixam suas marcas, sua memória, conferindo ao espaço da cidade a especificidade de “urbes”. Ao negar essa prática, seus moradores delegam aos espaços da cidade um estatuto geográfico, perdendo o que melhor os caracteriza: o sentido de comunidade e pertencimento.

Na história da capital, diversas praças foram doadas e diversos parques alienados, a exemplo do Goiânia Shopping, no Setor Bueno, implantado na área de preservação ambiental de outro importante parque urbano, o Vaca Brava. Essas ações contribuíram para a ampliação do lucro e expansão dos negócios imobiliários, evidenciando que as praças e parques de Goiânia foram transformados em moeda de troca no jogo dos interesses público e privado.

Atualmente o Plano Diretor de Goiânia, consolidado em 2010, na seção VII do esporte, lazer e recreação estabelece em seu art. 64:

> “A implantação dos programas estratégicos do esporte, lazer e recreação dar-se-á por meio das seguintes diretrizes:

> I – ampliação e a otimização da capacidade dos equipamentos esportivos municipais, adotando como padrão mínimo de atendimento a possibilidade de uso por 10% (dez por cento) da população; [...]". (GOIÂNIA, 2007, p. 16)

O anexo VII, que trata dos índices urbanísticos dos equipamentos comunitários, estabelece a distribuição equilibrada dos equipamentos comunitários no tecido da cidade. A localização de cada equipamento, na região distrital ou no bairro, deve obedecer a critérios de acessibilidade fundamentados na abrangência do atendimento social em relação à moradia. O detalhamento das distâncias máximas recomendadas, em termos de raio de influência, são descritas a seguir:

> "IV. Praças e Parques:
> 1. Parques, Praças de Vizinhança
> Uma unidade para cada 10.000 hab.
> Área mínima do terreno: 6.000 m², que podem estar dissociados em áreas de até 600 m²
> Raio de influência máximo: 600m.
> 2. Parques de Bairro
> Localização em área de fácil acesso ao bairro, seja a pé ou por transporte coletivo. Uma unidade para cada 20.000 hab.
> Área mínima do terreno: 20.000 m², que podem estar dissociados em áreas de até 6.000 m².
> Raio de influência máximo: 2.400m.
> 3. Parque da Cidade
> Localização privilegiada em relação à cidade como um todo.
> Dimensionamento deve seguir às diretrizes do Plano Diretor.
> Sugere-se implantá-lo em áreas contíguas aos cursos d'água existentes". (GOIÂNIA, 2007, p. 67)

A administração da prefeitura de Goiânia lançou no ano de 2019 o programa "Adote uma praça", com o intuito de estabelecer ações conjuntas com a iniciativa privada para implantação, conservação, manutenção e execução de melhorias urbanas, ambientais e paisagísticas em espaços públicos de lazer e áreas verdes (GOIÂNIA,2019). Criado pela Lei nº 10.346/2019, o programa prevê a recuperação da paisagem urbana, com instalação e manutenção de mobiliários, melhorias na iluminação, limpeza, segurança e manutenção da biodiversidade.

O acordo estabelecido entre os poderes público e privado transfere a responsabilidade de manutenção do espaço urbano ao ente privado, autorizando a fixação de placas indicativas e/ou inscrições como "agente cooperador da cidade", possibilitando benefícios à imagem do empreendedor privado.

Parcerias entre a administração pública e a iniciativa privada são importantes como mecanismos de maximizar os investimentos e buscar soluções diante da escassez de recursos, além de fomentar a participação dos investidores privados no cumprimento

da responsabilidade social com os problemas urbanos. Porém, tais iniciativas devem ser pautadas no interesse público, de forma que os investimentos sejam aplicados de forma adequada às reais necessidades e carências existentes na malha urbana de toda a cidade.

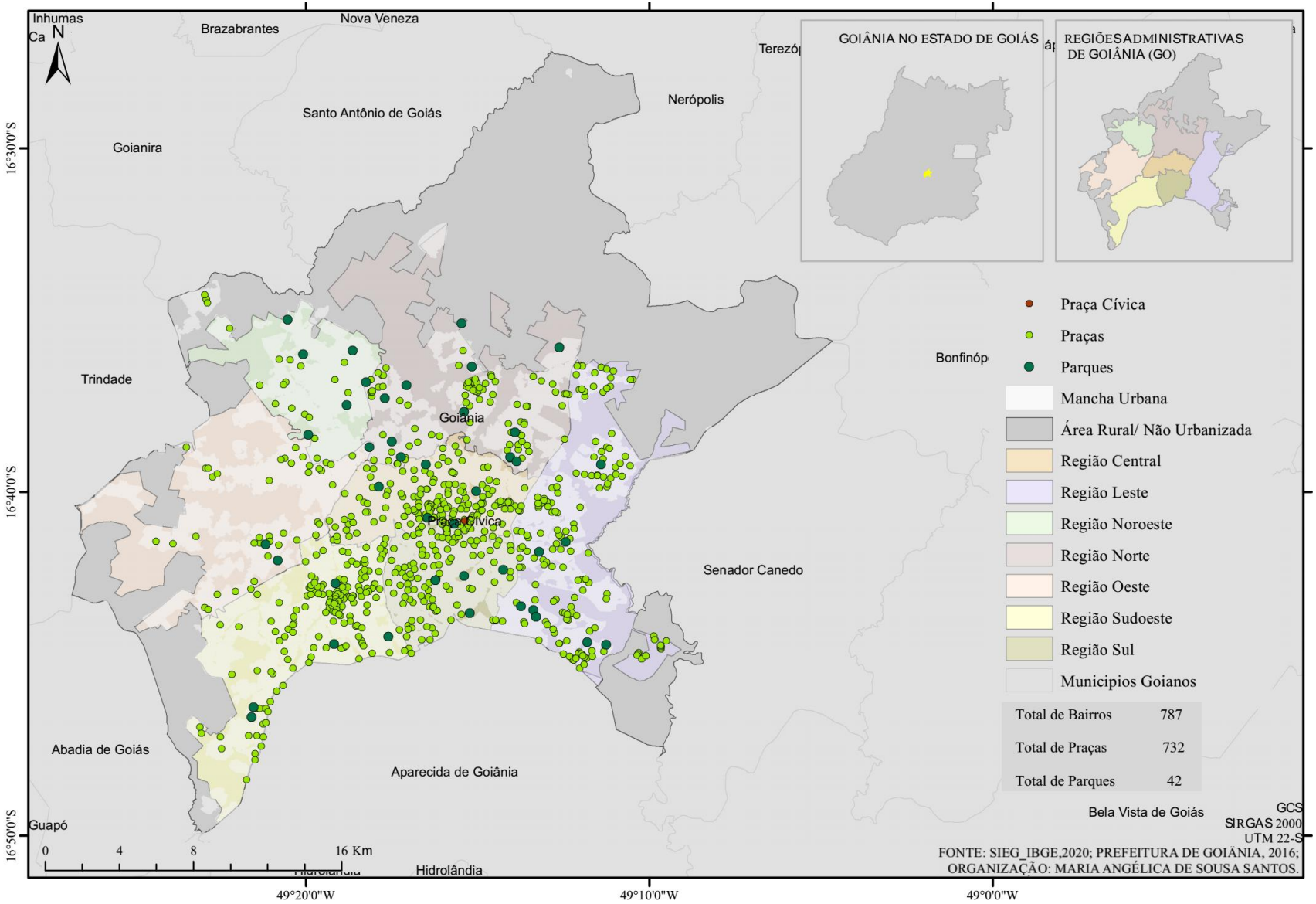
É importante refletir sobre à implementação do programa “Adote uma praça” e buscar compreender quem são seus reais beneficiados, impondo-se algumas perguntas. O programa será direcionado à todas as regiões da cidade? Os investimentos serão realizados em áreas carentes e precárias? Será possível adotar praças periféricas? Não serão aumentadas as desigualdades nas praças das diferentes regiões da capital? Será dada visibilidade às praças periféricas para resolução de seus problemas? O programa fará compensações para buscar o equilíbrio na aplicação dos recursos? Os investimentos visam atender a sociedade ou os interesses do mercado imobiliário?

2.1 Panorama e análise de praças e parques

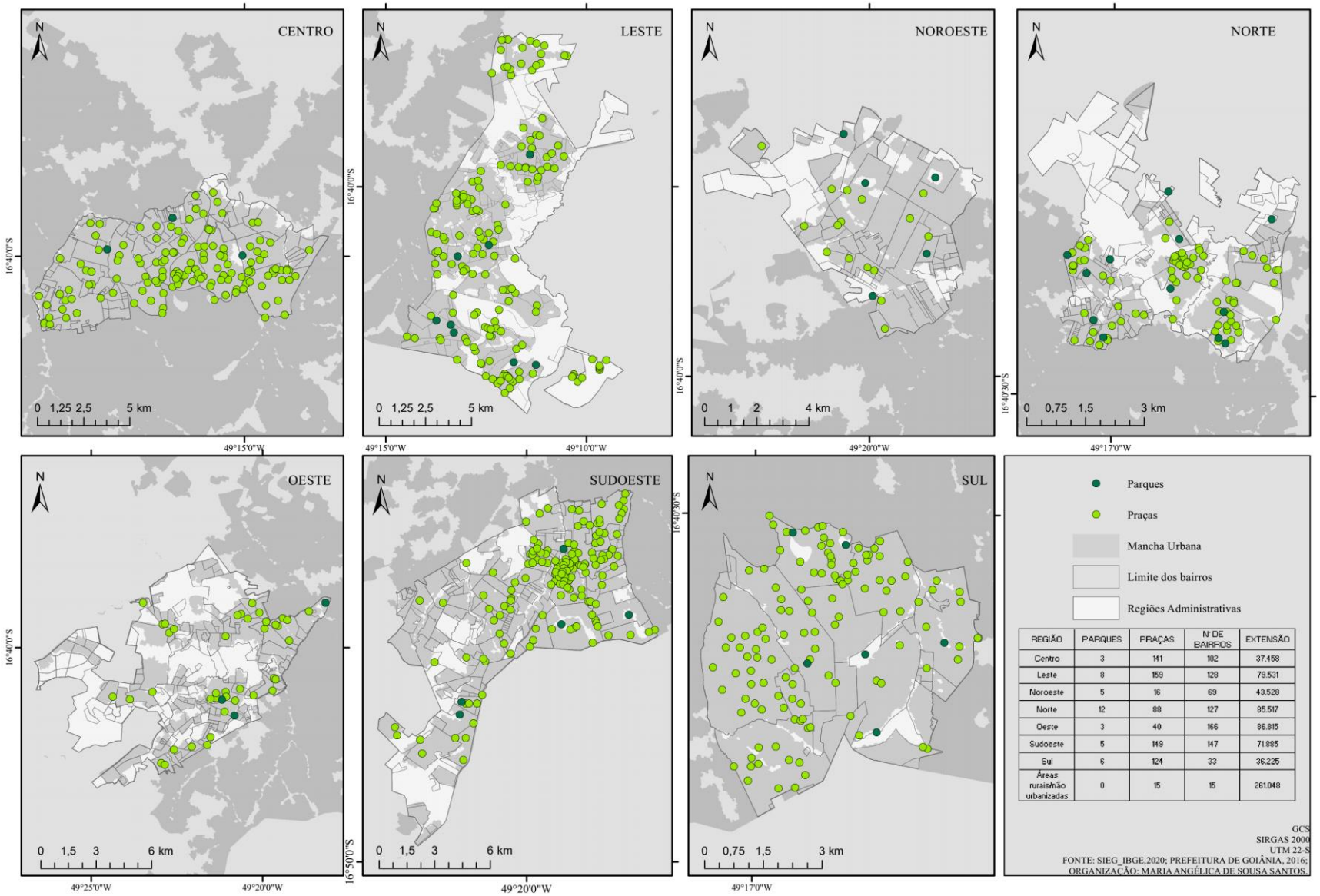
A discussão acerca da realidade dos espaços públicos de lazer em Goiânia, sejam eles praças ou parques, decorre da necessidade de apontar a ineficiência do poder público em garantir esses espaços em regiões espraiadas e carentes em comparação com as regiões privilegiadas da capital. Para isso foram pesquisados equipamentos públicos existentes nas diversas regiões administrativas, com objetivo de constatar as reais prioridades das políticas públicas e os desequilíbrios na aplicação dos recursos, relacionados à infraestrutura urbana de lazer na capital.

O objetivo é estabelecer um comparativo entre os equipamentos públicos nos bairros carentes com as áreas de maior poder aquisitivo, apontando as regiões de Goiânia beneficiadas ou não com a implementação de espaços públicos de lazer de qualidade, evidenciando os fatores de segregação social e territorial.

Foram elaborados mapas e tabelas para estabelecer um panorama geral das praças e parques na área urbanizada de Goiânia (Mapa 01), constatar a distribuição e proporção destes equipamentos públicos nas regiões administrativas central, leste, noroeste, norte, oeste, sudoeste e sul (Mapa 02), indicar a relação por número de habitantes e extensão territorial (Tabela 01) e apontar a quantidade de bairros onde inexistem áreas públicas de lazer (Tabela 02 e Mapa 03).

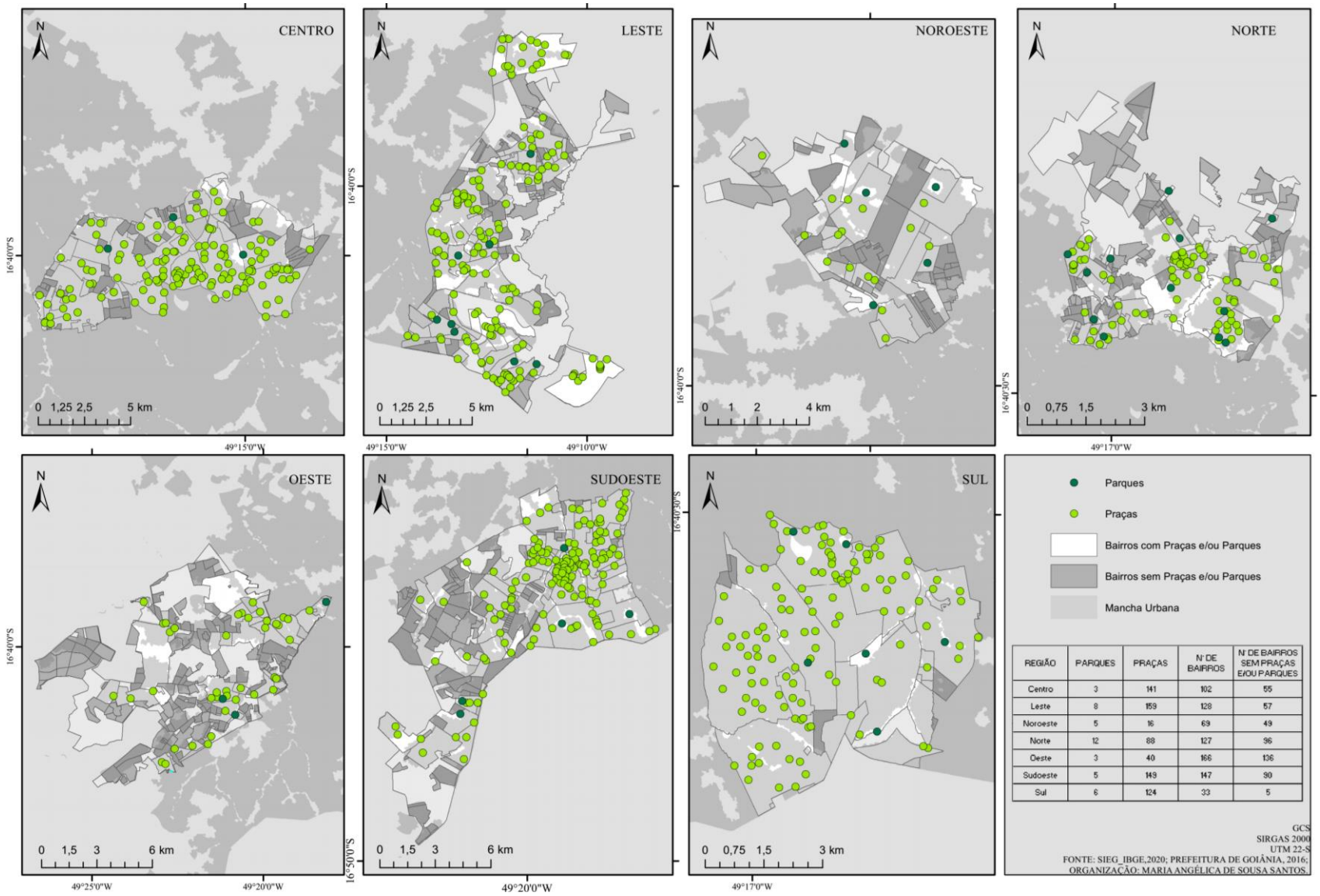


Mapa 01- Praças e Parques em Goiânia. Fonte: SIEG, IBGE, Prefeitura de Goiânia, 2016.



REGIÃO	PARQUES	PRAÇAS	Nº DE BAIRROS	EXTENSÃO
Centro	3	141	102	37.458
Leste	8	159	128	79.531
Noroeste	5	16	69	43.528
Norte	12	88	127	85.517
Oeste	3	40	166	86.815
Sudoeste	5	149	147	71.885
Sul	6	124	33	36.225
Áreas rurais/não urbanizadas	0	15	15	261.048

Mapa 02- Praças e Parques por região administrativa de Goiânia. Fonte: SIEG, IBGE, Prefeitura de Goiânia, 2016.



REGIÃO	PARQUES	PRAÇAS	N° DE BAIRROS	N° DE BAIRROS SEM PRAÇAS E/OU PARQUES
Centro	3	141	102	55
Leste	8	159	128	57
Noroeste	5	16	69	49
Norte	12	88	127	96
Oeste	3	40	166	136
Sudoeste	5	149	147	90
Sul	6	124	33	5

Mapa 03- Bairros que não possuem Praças e Parques por região administrativa de Goiânia. Fonte: SIEG, IBGE, Prefeitura de Goiânia, 2016.

É possível constatar que Goiânia possui grandes distorções na distribuição das praças e parques em sua malha urbana. A capital, distribuída em sete regiões administrativas, possui um total de 772 bairros, 717 praças e 42 parques em uma extensão de 440.959 km² de área urbanizada (SIEG, PREFEITURA DE GOIÂNIA, 2016), com população de 1.302.953 habitantes e densidade demográfica de 2,95 hab/km² (IBGE, PREFEITURA DE GOIÂNIA, 2013).

Tabela 01- Praças e Parques por região administrativa de Goiânia

REGIÃO ADMINISTRATIVA	Nº DE BAIRROS	Nº DE PRAÇAS	Nº DE PARQUES	EXTENSÃO (KM²)	POPULAÇÃO (hab)	DENSIDADE DEMOGRÁFICA
CENTRO	102	141	3	37.458	209.980	5,60 hab/km²
LESTE	128	159	8	79.531	176.123	2,21 hab/km²
NOROESTE	69	16	5	43.528	163.114	3,75 hab/km²
NORTE	127	88	12	85.517	147.407	1,72 hab/km²
OESTE	166	40	3	86.815	154.499	1,78 hab/km²
SUDOESTE	147	149	5	71.885	229.700	3,20 hab/km²
SUL	33	124	6	36.225	222.130	6,13 hab/km²
	772	**717**	**42**	**440.959**	**1.302.953**	**2,95 hab/km²**

Fonte: SIEG, IBGE, Prefeitura de Goiânia, 2013/2016.

Goiânia possui um total de 759 espaços públicos de lazer em sua área urbanizada. A Região Noroeste possui 21 praças e parques, apenas 2,76% do total, o que corresponde a uma praça e parque por 2.072 km². A Região Oeste também apresenta grande déficit com 43 áreas públicas de lazer, que representa 5,66%, com uma praça e parque por 2.018 km². A Região Norte possui 100 praças e parques, 13,17% do total, o que equivale a uma praça e parque por 855 km². Na Região Leste o número é de 167 espaços públicos de lazer, sendo 22% do todo, com uma praça e parque por 476 km². A Região Sudoeste tem 154 praças e parques, correspondente a 20,28%, sendo um espaço público de lazer por 466 km². As Regiões mais nobres da capital, Central e Sul, possuem 144 e 130 praças e parques respectivamente, 18,97% e 17,12% do total, correspondendo a uma área pública de lazer por 260 km² na primeira e por 278 km² na segunda, além de serem dotadas da melhor infraestrutura.

Em relação ao número de praças e parques por habitante a Região Noroeste apresenta a pior situação, sendo 1 espaço público de lazer por 7.767 moradores. A Região Oeste também possui grande déficit com 1 praça e parque por 3.593 habitantes. As demais regiões apresentam uma proporção semelhante à média de Goiânia de 1 praça e parque por 1.716 moradores. A Região Sul possui 1 espaço público de lazer por 1.708 habitantes. Na Região Sudoeste há 1 praça e parque por 1.491 moradores. A Região Norte apresenta 1 espaço público de lazer por 1.474 habitantes. A Região Central possui o número de 1 praça e parque por 1.458 moradores. Na Região Leste a proporção é de 1 espaço público de lazer por 1.054 habitantes.

Tabela 02- Bairros sem Praças e Parques por região administrativa de Goiânia.

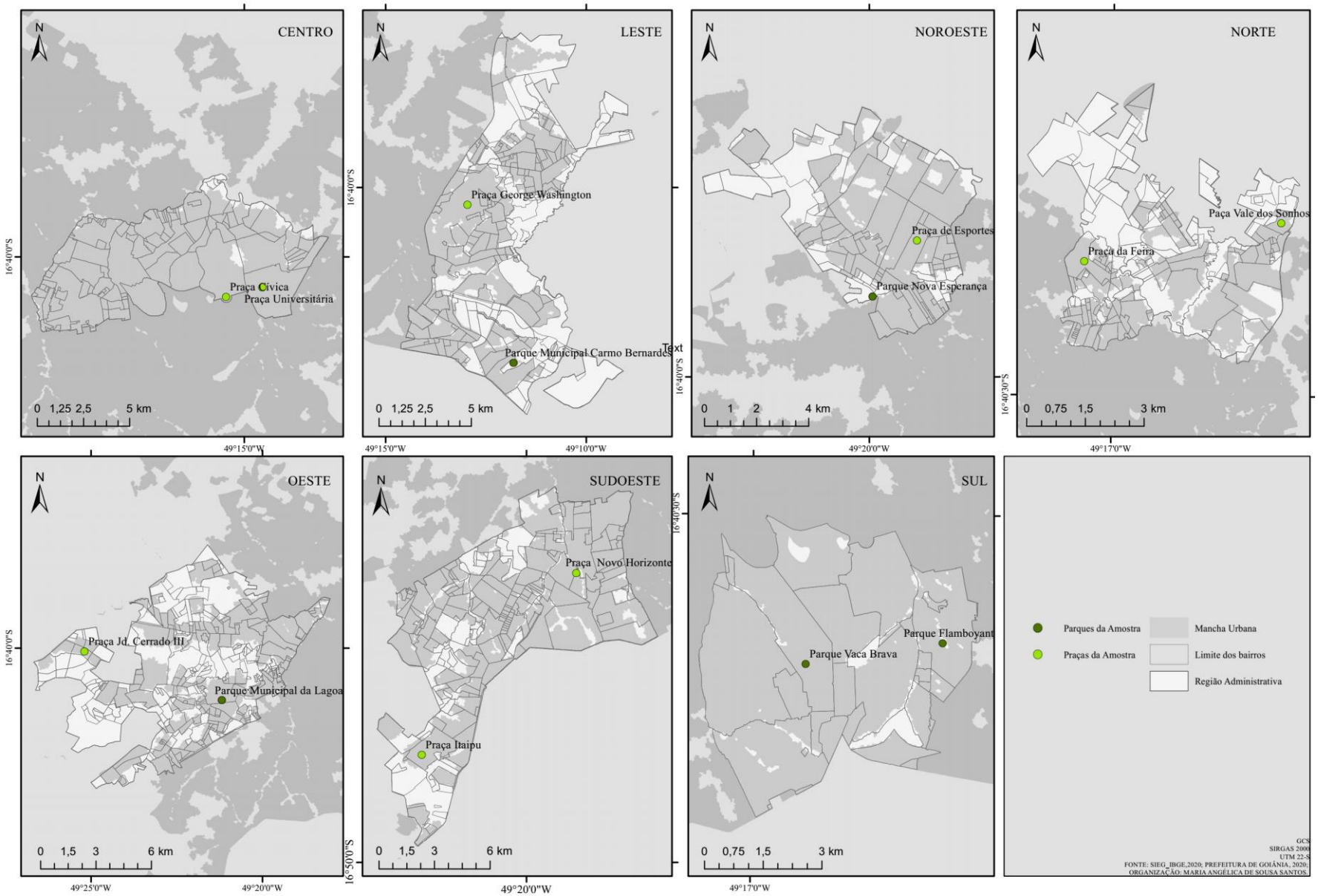
REGIÃO ADMINISTRATIVA	Nº DE BAIRROS	Nº DE BAIRROS SEM PRAÇAS E PARQUES
CENTRO	102	55
LESTE	128	57
NOROESTE	69	49
NORTE	127	96
OESTE	166	136
SUDOESTE	147	90
SUL	33	5
	772	**488**

Fonte: SIEG, IBGE, Prefeitura de Goiânia, 2016.

No tocante ao número de bairros sem praças e parques é ainda mais evidente a desproporção na instalação e distribuição destes equipamentos públicos. Goiânia possui 488 bairros desprovidos de espaços públicos de lazer, o que corresponde à 63,21% do total de bairros da sua área urbanizada. A Região Oeste tem 136 bairros sem praças e parques, resultando em 81,92% dos bairros da região. Na Região Norte inexiste praças e parques em 96 bairros, 75,59% da região. A Região Noroeste apresenta 49 bairros sem espaços públicos de lazer, o que equivale a 71,01% dos seus bairros. Na Região Sudoeste o número é de 90 bairros desprovidos de praças e

parques, sendo 61,22% do total da região. A Região Central possui 55 bairros sem espaços públicos de lazer, representando 53,92% dos seus bairros. Na Região Leste há 57 bairros privados de praças e parques, o que resulta em 44,53% do total. A Região Sul é a única que apresenta dados satisfatórios com apenas 5 bairros desprovidos de espaços públicos de lazer, ou seja, 15,15% dos bairros da região.

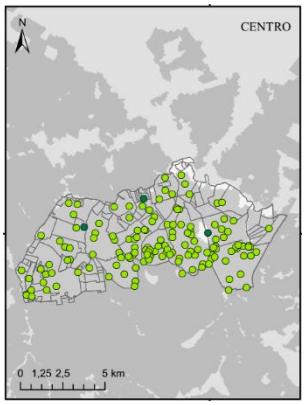
Em seguida foram selecionadas 14 amostras de praças e parques em 2 bairros populosos, aprovados em diferentes períodos, de cada uma das regiões administrativas de Goiânia (Mapa 04). Mediante levantamento fotográfico, mapeamento e utilização prática foram analisados os espaços públicos de lazer selecionados considerando a existência e qualidade da infraestrutura, tipo de uso, representatividade e atendimento da população.



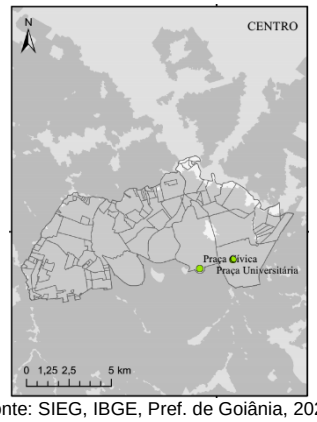
Mapa 04- Praças e Parques da amostra por região administrativa de Goiânia. Fonte: SIEG, IBGE, Prefeitura de Goiânia, 2020.

Região Central			
Extensão	**Número de bairros**	**Praças**	**Parques**
37.458 km²	**102**	**141**	**3**

Fonte: SEPLANH,2020.

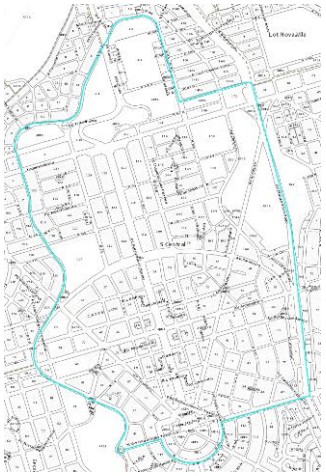


Fonte: SIEG, IBGE, Pref. de Goiânia, 2020.



Fonte: SIEG, IBGE, Pref. de Goiânia, 2020.

Bairro amostra	Aprovação	Região	Área(Km²)	População
Setor Central	1938	Centro	3,48	24.204



Fonte: SEPLANH,2018.

Fonte: Google Maps,2019

Praça Cívica - Fonte: Google Maps,2019

Praça Cívica, Setor Central - Fonte: Autora, 2019

Praça Cívica, Setor Central - Fonte: Autora, 2019

O Setor Central de Goiânia foi aprovado em 1938, tendo como destaque a Praça Cívica, sede do Centro Administrativo, de onde se irradiam as três principais avenidas planejadas da capital, quais sejam: avenida Goiás, avenida Araguaia e avenida Tocantins (SEPLAM, 2019). É o sexto bairro mais populoso da cidade, abrigando atualmente uma população de 24.204 pessoas, com uma extensão de 3,48 km² (IBGE, 2010).

A Praça Cívica, recentemente restaurada e requalificada, é a praça que possui a maior estrutura de equipamentos para utilização da população. É sede do Palácio das Esmeraldas, do Palácio Pedro Ludovico, do Museu Zoroastro Artiaga, do Monumento às Três Raças e do Monumento Carajá. Além de ser um ponto turístico da cidade, é responsável por abrigar grandes eventos e festividades de Goiânia, tais como o aniversário da capital, natal, réveillon, corpus christi e outras manifestações populares, culturais, artísticas, religiosas e políticas. Mesmo com intenso uso, a praça não dispõe de nenhum equipamento de uso livre em céu aberto, como parquinho infantil, área de ginástica, pista de cooper ou skate.

Aos domingos a praça é bastante utilizada por moradores locais e também de outras regiões da capital, favorecidos pelo fechamento do anel interno para o transporte motorizado, possibilitando a utilização do espaço para práticas de esportes e lazer,

seja andar de bicicleta, patins, skate, patinete, caminhar e correr, como também atividades de contemplação e descanso.

Bairro amostra	Aprovação	Região	Área(Km²)	População
Setor Leste Universitário	1956	Centro	3,27	21.175

Fonte: SEPLANH,2018.

Fonte: Google Maps,2019

Pça Universitária - Fonte: Google Maps,2019

Praça Universitária, Setor Leste Universitário - Fonte: Autora, 2019

Localizado na Região Central de Goiânia e aprovado em 1956, o setor Leste Universitário conta com uma área de 3,27 km² (SEPLAM, 2019), ocupando o sétimo lugar de bairro mais populoso da capital e abrigando atualmente uma população de 21.175 pessoas (IBGE, 2010). Concentra o campus das universidades mais

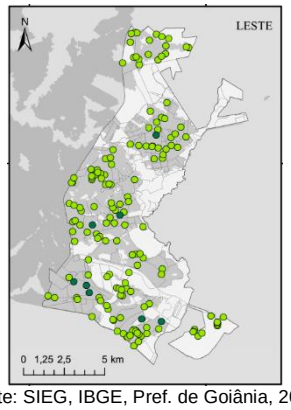
importantes da capital, a Universidade Federal de Goiás (UFG) e a Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO).

A Praça Universitária constitui um importante espaço de convívio para a coletividade de toda capital, principalmente para a comunidade universitária. Além de encontros relacionados à vida acadêmica, o espaço é utilizado para finalidades diversas, como feiras livres, exposições e manifestações de toda ordem, concentrando milhares de pessoas.

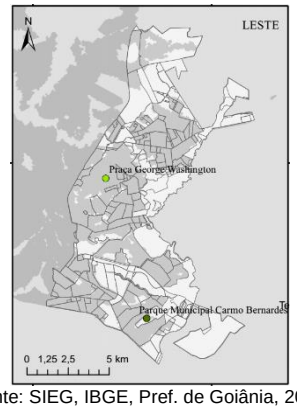
Reconhecida por suas esculturas a céu aberto, a praça possui passeios internos que permitem desvendar as obras de arte expostas, conta também com uma biblioteca pública, banca de revista, pit-dogs, bar, estação de ginastica, pista para caminhada, estacionamento, muitos bancos com área sombreada, lixeiras, boa iluminação, sendo ainda bastante arborizada.

Região Leste			
Extensão	**Número de bairros**	**Praças**	**Parques**
79.531 km²	**128**	**159**	**8**

Fonte: SEPLANH,2020.

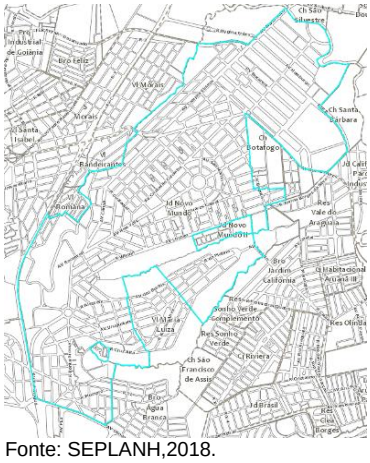


Fonte: SIEG, IBGE, Pref. de Goiânia, 2020.



Fonte: SIEG, IBGE, Pref. de Goiânia, 2020.

Bairro amostra	**Aprovação**	**Região**	**Área (km²)**	**População**
Jardim Novo Mundo	1953	Leste	6,46	34.021



Fonte: SEPLANH,2018.

Fonte: Google Maps,2019

Pça George Washington-Fonte: Google Maps,2019

Praça George Washington, Jardim Novo Mundo - Fonte: Autora, 2019

O bairro Jardim Novo Mundo está situado na Região Leste de Goiânia, foi aprovado pelo decreto nº 11 de 30 de janeiro de 1953 e possui uma extensão de 6,46 km² (SEPLAM, 2019). Segundo dados do IBGE (2010) o bairro é o terceiro mais populoso da capital, contando com 34.021 habitantes.

A Praça George Washington, considerada a maior e mais importante do Jardim Novo Mundo, abriga um ginásio de esportes, centro de convivência de idosos, feira livre, pit-dog, quadra de vôlei improvisada no estacionamento, modesto playground, pequena estação de ginástica, pista para caminhada, poucos bancos e lixeiras e iluminação precária. Existe arborização e áreas de sombreamento, porém nota-se que a praça não possui investimentos suficientes para a manutenção de seus equipamentos e infraestrutura. É muito frequentada em dias de feira e em razão de atividades esportivas realizadas naquele espaço. No dia a dia a praça é mais frequentada nos finais de tarde por moradores locais, para fazer caminhada e brincadeiras infantis.

Bairro amostra	Aprovação	Região	Área(km²)	População
Parque Atheneu	1981	Leste	1,85	14.068

Fonte: SEPLANH,2018.

Fonte: Google Maps,2019

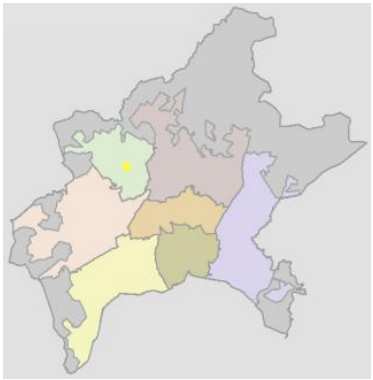
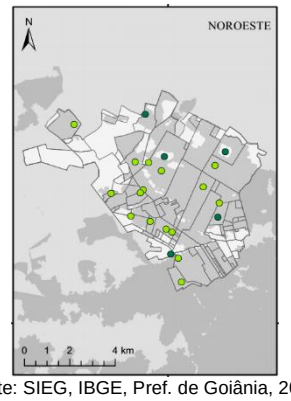
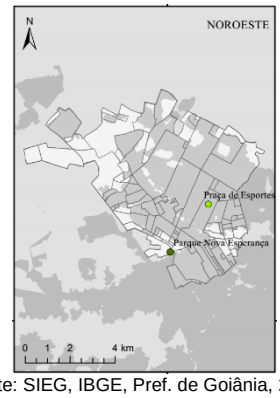
Pq. Carmo Bernardes-Fonte: Google Maps,2019

Parque Carmo Bernardes, Parque Atheneu - Fonte: Autora, 2019

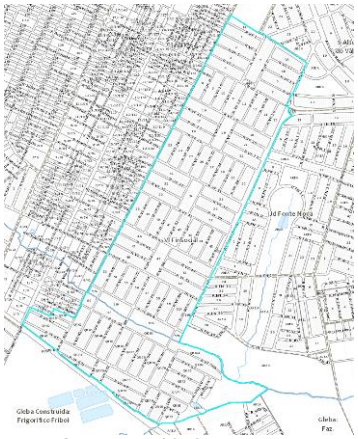
Parque Carmo Bernardes, Parque Atheneu - Fonte: Autora, 2019

Localizado na Região Leste de Goiânia, o bairro Parque Atheneu foi aprovado através do Decreto nº 531 de 19 de agosto de 1981, sendo destinado à implantação de conjunto habitacional de natureza social (SEPLAM, 2019), contando atualmente com 14.068 moradores, segundo o IBGE (2010).

O Parque Carmo Bernardes, situado no Parque Atheneu, é de grande importância para população da região, especialmente para práticas de esporte e lazer, contando com quadra de futebol, estação de ginástica, pista de caminhada, playground, bancos, lixeira e iluminação, todos com razoável estado de conservação. Nos finais de semana o parque é bastante frequentado por moradores locais para práticas esportivas, andar de bicicleta e patins, soltar pipa, fazer caminhada, passear com cachorro e atividades de contemplação e descanso.

Região Noroeste			
Extensão	**Número de bairros**	**Praças**	**Parques**
43.528 km²	**69**	**16**	**5**
 Fonte: SEPLANH,2020.	 Fonte: SIEG, IBGE, Pref. de Goiânia, 2020.	 Fonte: SIEG, IBGE, Pref. de Goiânia, 2020.	

Bairro amostra	**Aprovação**	**Região**	**Área(km²)**	**População**
Vila Finsocial	1985	Noroeste	1,56	16.071



Fonte: SEPLANH,2018.

Fonte: Google Maps,2019

Pça de Esportes Vl. Finsocial - Fonte: Google Maps,2019

Praça de Esportes, Vila Finsocial - Fonte: Autora, 2019

Através do Decreto nº 629 de 18 de novembro de 1985 o loteamento Vila Finsocial, situado na Região Noroeste de Goiânia, foi aprovado com objetivo de ser destinado à urbanização específica para assentamento de população de baixa renda (SEPLAM, 2019). Segundo dados do IBGE (2010), o bairro é o décimo terceiro mais populoso da capital, contando com 16.071 moradores.

A Praça de Esportes do bairro está situada em frente a duas escolas púbicas, sendo uma municipal e outra estadual, contando com campo de futebol de terra, quadra

poliesportiva pavimentada, singelo parquinho infantil e pequena área para prática de exercícios físicos, todos em precário estado de conservação.

A praça é um dos poucos locais destinado ao lazer na região, porém é nítida a falta de investimento no local, sendo precários os brinquedos e não havendo atividades de cultura, arte e entretenimento que promovam e reúnam a comunidade. A vegetação existente não favorece a utilização do espaço, pois é reduzida a área de sombreamento e não há tratamento paisagístico que favoreça a permanência e contemplação. Apresenta problemas de conservação e manutenção da pista de caminhada, dos bancos, brinquedos e iluminação.

Bairro amostra	Aprovação	Região	Área(km²)	População
Jd. Nova Esperança	1996	Noroeste	1,50	15.480

Fonte: SEPLANH,2018.

Fonte: Google Maps,2019

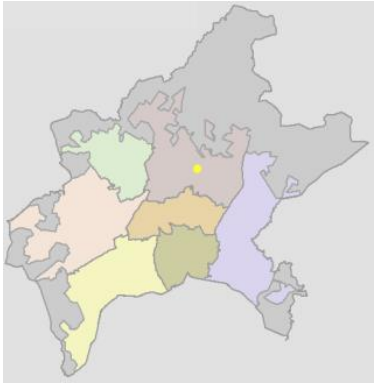
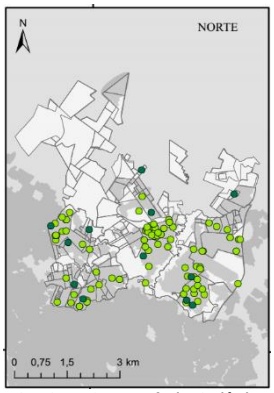
Pq N. Esperança - Fonte: Google Maps,2019

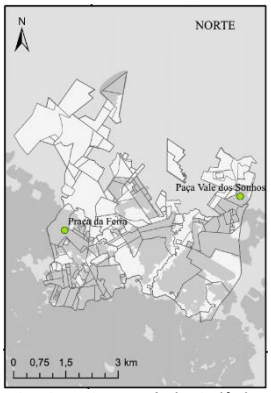
Parque Nova Esperança, Jardim Nova Esperança - Fonte: Autora, 2019

O bairro Jardim Nova Esperança, situado na Região Noroeste de Goiânia, foi aprovado através do Decreto nº 2.571 de 13 de setembro de 1996, sendo destinado à urbanização específica de interesse social (SEPLAM, 2019). Segundo dados do IBGE (2010), com aproximadamente 15.480 habitantes, o bairro é o décimo quinto mais populoso da capital. Conta com uma área de comércio significativa, com variedade de produtos e serviços, que tornou o bairro um centro comercial da região noroeste de Goiânia.

O Parque Nova Esperança, requalificado recentemente pela prefeitura de Goiânia, possui um lago para contemplação, pista de caminhada, bancos, iluminação, estação para exercícios físicos, pequena área com brinquedos e área para estacionamento, todos em razoáveis condições de utilização.

O parque é um dos poucos espaços de lazer existentes, atraindo pessoas da região que o utilizam para praticar atividades físicas, antes ou depois do trabalho, levar crianças para brincar ou andar de bicicleta, ao fim do dia ou finais de semana, e para atividades cotidianas, que o fazem em função da proximidade de suas casas, assumindo por vezes papel similar ao das praças. Desempenha também funções características de parques metropolitanos, ao atrair um público mais distante que usufrui do espaço em momentos de lazer nos finais de semana, geralmente com família, amigos, grupos específicos, dentre outros. Salienta-se a importância deste equipamento no bairro e para a região tendo em vista a carência de equipamentos de lazer na região noroeste.

<table>
<tr><th colspan="4">Região Norte</th></tr>
<tr><th>Extensão</th><th>Número de bairros</th><th>Praças</th><th>Parques</th></tr>
<tr><td>85.517 km²</td><td>127</td><td>88</td><td>12</td></tr>
<tr>
<td> 
Fonte: SEPLANH,2020.</td>
<td> 

Fonte: SIEG, IBGE, Pref. de Goiânia, 2020.</td>
<td> 

Fonte: SIEG, IBGE, Pref. de Goiânia, 2020.</td>
<td></td>
</tr>
</table>

Bairro amostra	Aprovação	Região	Área (km²)	População
Jd. Balneário Meia Ponte	1958	Norte	2,51	15.709

Fonte: SEPLANH,2018.

Fonte: Google Maps,2019

Pça da Feira - Fonte: Google Maps,2019

Praça da Feira, Jardim Balneário Meia Ponte - Fonte: Autora, 2019

Considerado um dos bairros mais antigos de Goiânia, aprovado em 15 de janeiro de 1958, o loteamento Jardim Balneário Meia Ponte está situado na Região Norte do município (SEPLAM, 2019). Segundo o censo do IBGE (2010) é o décimo quarto bairro mais populoso da capital com 14.709 moradores.

A Praça da Feira, assim conhecida pelos moradores, situada na avenida Xerentes com avenida Genésio de Lima Brito, possui um importante papel no bairro. Embora

seja um espaço pequeno com formato irregular e sem muita infraestrutura, é reconhecida como a praça principal, por estar situada entre as principais avenidas do bairro. Aos domingos pela manhã abriga a principal feira livre de frutas e verduras, sendo bastante frequentada por moradores de toda região.

Ao percorrer a praça constata-se que a infraestrutura é precária, sem tratamento paisagístico, pouco mobiliário urbano, iluminação insuficiente, brinquedos infantis escassos e reduzida manutenção. Mesmo diante da falta de investimentos e sem a requalificação do local, a praça é frequentada pelos moradores, seja para fazer caminhadas e atividades contemplativas, levar as crianças para brincar ou frequentar o pit-dog existente no local.

Bairro amostra	Aprovação	Região	Área (km²)	População
Vale dos Sonhos	2004	Norte	1,20	6.835

Fonte: SEPLANH,2018.

Fonte: Google Maps,2019

Pça Rua Gina Louise - Fonte: Google Maps,2019

Praça Rua Gina Louise, Vale dos Sonhos - Fonte: Autora, 2019

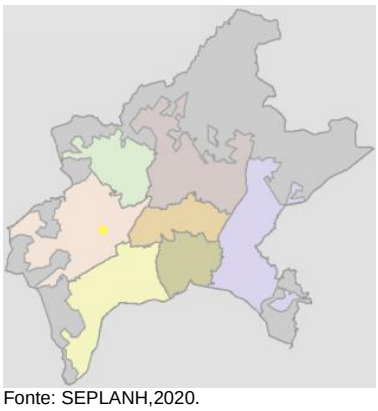
Praça Rua Gina Louise, Vale dos Sonhos - Fonte: Autora, 2019

Apesar de ter sido fundado na década de 90, o Residencial Vale dos Sonhos foi regularizado somente através do Decreto nº 2.638 de 03 de novembro de 2014, localizado na Região Norte de Goiânia e inserida em Área Especial de Interesse Social II (SEPLAM, 2019). Com uma população de 6.835 habitantes, segundo dados do IBGE (2010), cresceu em contraste ao condomínio horizontal de luxo Aldeia do Vale, localizado em frente à entrada principal do bairro, do lado oposto da rodovia BR-153.

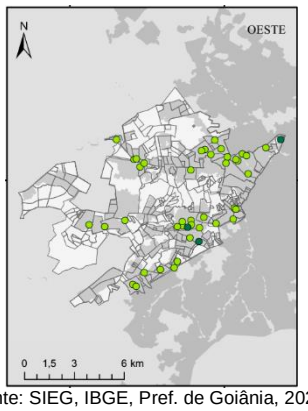
A Praça da Rua Gina Louise possui papel significativo para o Residencial Vale dos Sonhos, sendo o único local destinado à recreação, lazer, prática de esportes e eventos diversos da comunidade. Embora possua infraestrutura precária, sem tratamento paisagístico, com poucos brinquedos e sem manutenção, modesto mobiliário urbano, pouca iluminação, quadra poliesportiva degradada, área com poucos equipamentos de ginástica e pit-dogs desativados, a praça é bem frequentada pelos moradores.

Aos domingos pela manhã e nas quintas-feiras à noite é realizada feira livre em frente à praça, concentrando um número significativo de moradores locais. Nos finais de tarde, durante a semana e fim de semana, é frequentada por moradores para fazer caminhada, praticar atividades esportivas e realizar brincadeiras de crianças, que se revezam nos poucos e deficientes equipamentos existentes, elas correm, soltam pipa, andam de bicicleta e se divertem no espaço. Moradores relatam que já houve exibição de cinema ao ar livre sob a organização de uma empresa de TV privada, que foi motivo de muita empolgação. A Associação de Moradores do bairro é responsável por organizar festas eventuais naquele espaço, contando com intensa participação dos moradores.

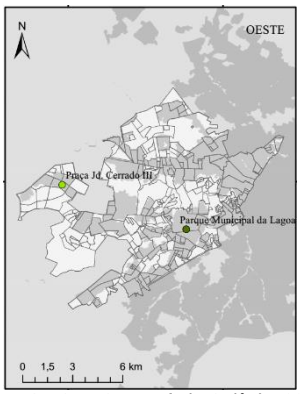
Região Oeste			
Extensão	**Número de bairros**	**Praças**	**Parques**
86.815 km²	**166**	**40**	**3**



Fonte: SEPLANH,2020.



Fonte: SIEG, IBGE, Pref. de Goiânia, 2020.



Fonte: SIEG, IBGE, Pref. de Goiânia, 2020.

Bairro amostra	Aprovação	Região	Área (km²)	População
Parque Industrial João Braz	1954	Oeste	1,94	8.940

Fonte: SEPLANH,2018.

Fonte: Google Maps,2019

Pq. da Lagoa - Fonte: Google Maps,2019

Parque da Lagoa, Parque Industrial João Braz- Fonte: Autora, 2019

Parque da Lagoa, Parque Industrial João Braz- Fonte: Autora, 2019

Situado na Região Oeste de Goiânia, o bairro Parque Industrial João Braz foi aprovado através do Decreto nº 873 de 9 de julho de 1954 (SEPLAM, 2019), contando com 8.940 habitantes, segundo IBGE (2010).

O parque da Lagoa abriga uma lagoa que estava aterrada e destruída na década de 90, mas foi completamente recuperada pela prefeitura, compondo o cenário do parque de 37.251 metros quadrados (GOIÂNIA, 2019). O parque também conta com um campo de futebol de terra, pista de skate, alguns equipamentos para prática de exercícios físicos, pista de caminhada, área cercada com brinquedos, mobiliário urbano e iluminação, todos em condições razoáveis de conservação.

O parque possui considerável área sombreada que favorece a realização de piqueniques, contemplação da paisagem e brincadeiras infantis. Todos os dias, principalmente nos finais de tarde, o parque é frequentado por moradores para fazer caminhada, levar crianças para brincar e cachorro para passear. Nos finais de semana o parque é mais frequentado durante o dia, por moradores de toda região.

Bairro amostra	Aprovação	Região	Área (km²)	População
Jardim Cerrado 1-11	2007	Oeste	5,15	7.014

Fonte: SEPLANH,2018.

Fonte: Google Maps,2019

Pça Jd. Cerrado III- Fonte: Google Maps,2019

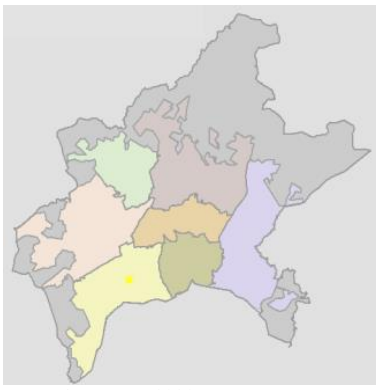
Praça Rua Flor da Noite com Rua das Cicas, Jardim Cerrado III - Fonte: Autora, 2019

O bairro Jardim Cerrado, situado na Região Oeste de Goiânia na saída para Trindade, foi inaugurado no dia 13 de agosto de 2009 (SEPLAM, 2019). O projeto de parcelamento do Jardim Cerrado é considerado Zona de Interesse Social (ZEIS), os lotes foram utilizados para o desenvolvimento de programas municipais de habitação de interesse social e execução de projetos habitacionais de assentamento de famílias de baixa renda.

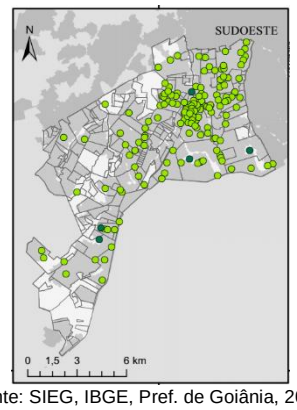
Ao percorrer o bairro e conversar com os moradores é evidente a falta de opção de lazer na região, sendo uma das poucas praças existentes a localizada à Rua Flor da Noite com a Rua das Cicas, no Jardim Cerrado III, que conta com infraestrutura muito precária. Não existe projeto paisagístico, não há arborização, a predominância é de barro, mato e intensa exposição solar, há alguns bancos, lixeiras e uma área pequena com balanços e gangorras para brincadeiras infantis.

O cenário é de extremo abandono e esquecimento. Mas ainda assim, sem outras opções de lazer, crianças utilizam o espaço para jogar bola, soltar pipa e correr. Nos finais de tarde moradores utilizam a praça para fazer caminhada e sentar nos poucos bancos e meio fio para conversar.

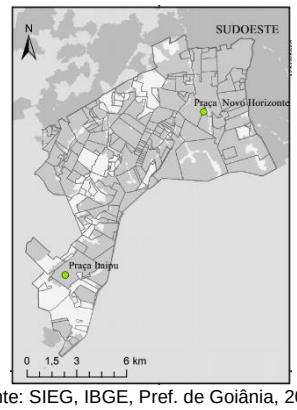
Região Sudoeste			
Extensão	**Número de bairros**	**Praças**	**Parques**
71.885 km²	**147**	**149**	**5**



Fonte: SEPLANH,2020.

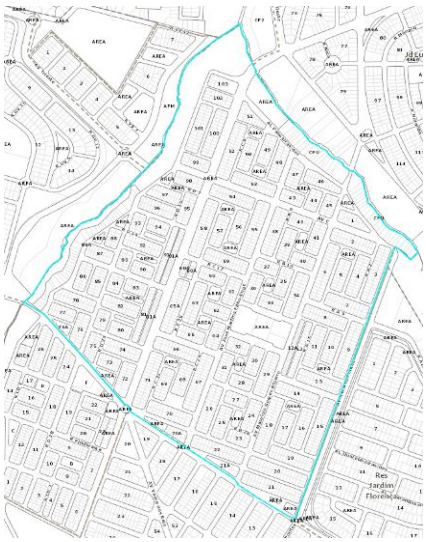


Fonte: SIEG, IBGE, Pref. de Goiânia, 2020.



Fonte: SIEG, IBGE, Pref. de Goiânia, 2020.

Bairro amostra	Aprovação	Região	Área (km²)	População
Setor Novo Horizonte	1978	Sudoeste	1,06	9.302



Fonte: SEPLANH,2018.

Fonte: Google Maps,2019

Pça Pista de Skate-Fonte: Google Maps,2019

Praça Pista de Skate Novo Horizonte, Setor Novo Horizonte - Fonte: Autora, 2019

Praça Pista de Skate Novo Horizonte, Setor Novo Horizonte - Fonte: Autora, 2019

O loteamento do setor Novo Horizonte, situado na Região Sudoeste de Goiânia, foi aprovado em 1978, através do Decreto nº 649 de 04 de outubro, para atender moradores de baixa renda (SEPLAM, 2019). Segundo dados do IBGE (2010), o setor conta com uma população de 9.302 pessoas.

A praça Pista de Skate Novo Horizonte está situada na avenida Hermes Pontes, que divide o bairro de habitação de baixa renda com o condomínio horizontal de classe média-alta Jardins Florença. A praça conta com uma pista de skate, muito utilizada por moradores da região, um campo de futebol, mais utilizado nos finais de semana, área para exercícios e caminhada, bastante utilizada nos finais de tarde, área sombreada com bancos, lixeiras, iluminação e estacionamento, todos em regular estado de conservação.

Bairro amostra	Aprovação	Região	Área (km²)	População
Residencial Itaipú	1996	Sudoeste	1,95	8.599

Fonte: SEPLANH,2018.

Fonte: Google Maps,2019

Pça RI11 c/ RI36-Fonte: Google Maps,2019

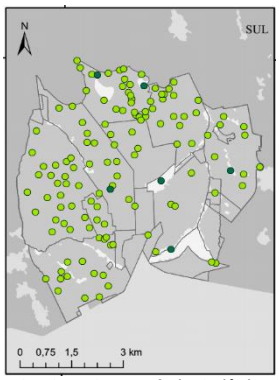
Praça RI11 com RI36, Residencial Itaipú - Fonte: Autora, 2019

Localizado na Região Sudoeste de Goiânia, o bairro Residencial Itaipú foi aprovado através do Decreto nº 2.405 de 27 de agosto de 1996 (SEPLAM, 2019) e conta com 8.599 moradores, conforme dados do IBGE (2010).

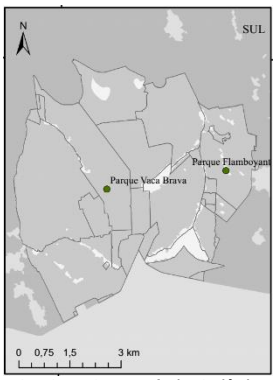
A praça da rua RI11 com a rua RI36 do Residencial Itaipú não apresenta tratamento paisagístico e não possui áreas de sombreamento, os brinquedos são escassos e sem manutenção, o campo de futebol de terra é razoável, há poucos e desconfortáveis bancos e a área para praticar exercícios físicos e caminhada é precária. Mesmo sem infraestrutura adequada, a praça é frequentada por moradores nos fins de tarde para fazer caminhada e levar as crianças para brincar.

Região Sul			
Extensão	**Número de bairros**	**Praças**	**Parques**
36.225 km²	**33**	**124**	**6**

Fonte: SEPLANH,2020.

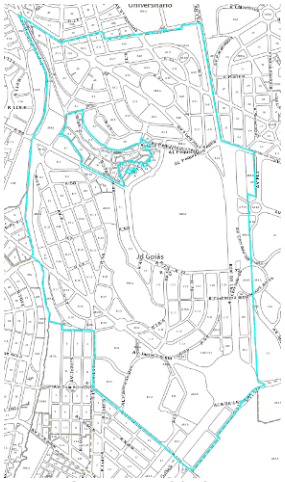


Fonte: SIEG, IBGE, Pref. de Goiânia, 2020.



Fonte: SIEG, IBGE, Pref. de Goiânia, 2020.

Bairro amostra	Aprovação	Região	Área (km²)	População
Jardim Goiás	1950	Sul	3,72	11.851



Fonte: SEPLANH,2018.

Fonte: Google Maps,2019

Pq Flamboyant-Fonte: Google Maps,2019

Parque Flamboyant, Jardim Goiás - Fonte: Autora, 2019

Parque Flamboyant, Jardim Goiás - Fonte: Autora, 2019

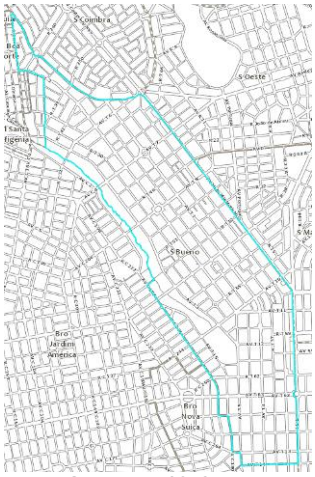
O Jardim Goiás, localizado na Região Sul de Goiânia, foi aprovado através do Decreto nº 18 de 22 de setembro de 1950 (SEPLAM, 2019). A ocupação do bairro de classes média e alta acelerou e valorizou a região com a implantação do shopping Flamboyant em 1981 e com a instalação do Parque Flamboyant em 2007, contando o bairro com 11.851 moradores, de acordo com o IBGE (2010).

O Parque Flamboyant é o parque da capital com melhor infraestrutura, possui tratamento paisagístico, é bem arborizado, com bastante áreas sombreadas, jardim japonês, dois lagos, fonte luminosa, diversos bancos, iluminação razoável, muitas lixeiras, ponte de madeira, mirante, caminhos internos, pista para caminhada, pista de ciclismo, vários quiosques para comércio de comidas e bebidas, estação de ginástica, espaço para as crianças com balanços, gangorras e casinha de madeira e estação de bicicleta e patinete compartilhado para adultos e crianças.

É bastante frequentado não só pelos moradores locais como também por pessoas das diversas regiões de Goiânia, sendo um ponto turístico da capital e importante opção de lazer, principalmente nos finais de semana. Durante a semana o parque é mais frequentado por moradores do bairro para prática de exercícios físicos, levar crianças no parquinho e passear com cachorro. Nos finais de semana o fluxo de

pessoas é intenso desde o período da manhã até a noite. As atividades são diversas, como piqueniques, comemoração de aniversários, reuniões de grupos religiosos, grupos de dança, atividades de contemplação e descanso etc. É também utilizado para shows, eventos culturais, feiras e exposições diversas, atraindo grande contingente de pessoas.

Bairro amostra	Aprovação	Região	Área (km²)	População
Setor Bueno	1951	Sul	4,16	39.394



Fonte: SEPLANH,2018.

Fonte: Google Maps,2019

Parque Vaca Brava - Fonte: Google Maps,2019

Parque Vaca Brava, Setor Bueno - Fonte: Autora, 2019

Parque Vaca Brava, Setor Bueno - Fonte: Autora, 2019

O setor Bueno, situado na Região Sul de Goiânia, foi aprovado em 1951 e possui uma extensão de 4,16 km² (SEPLAM, 2019). Segundo dados do IBGE (2010), o bairro conta com uma população de 39.394 habitantes, sendo o segundo bairro mais populoso da capital. É um setor que abriga as classes média e alta, com grande influência comercial e algumas das principais avenidas da cidade.

O Parque Vaca Brava é um dos cartões postais da capital e está situado em frente ao Goiânia Shopping, segundo shopping mais importante da cidade. O parque é bem arborizado, com tratamento paisagístico, possui lago, fonte, pista para caminhada, estação de ginástica, mirante para contemplação, playground, vários bancos, iluminação regular, muitas lixeiras, caminhos internos, estação de bicicleta e patinete compartilhado para adultos e crianças.

Durante a semana o parque é mais frequentado por moradores da região para prática de exercícios físicos, levar crianças no parquinho e passear com cachorro. Nos finais de semana o fluxo de pessoas é intenso desde o período da manhã até a noite, atraindo pessoas de diversas localidades da cidade para atividades esportivas, comemorações e reuniões diversas, sendo um importante espaço para shows e eventos.

2.2 Relatos de vida de moradores

De forma a discutir os espaços públicos de lazer em Goiânia, foram coletados relatos de vida de moradores da capital para compreender suas realidades e suas relações pessoais, profissionais, sociais, afetivas, entre outras, desenvolvidas nas praças e parques, evidenciando a importância desses equipamentos no cotidiano das pessoas. Apresentando os relatos em conexão com os espaços públicos de lazer, sejam eles situados na periferia pobre ou em área nobre, buscamos abordar o dia a dia das pessoas com o fim de demonstrar a importância que elas atribuíam às praças e parques na realidade urbana. Buscamos extrair não só as atividades realizadas nos espaços públicos de lazer, mas os sentimentos, valores e opiniões de moradores em relação à dinâmica da cidade vivenciada nestes ambientes.

Com intuito de experenciar os espaços públicos de lazer da capital e conhecer a realidade dos moradores daquele entorno, foram selecionados dois bairros de cada região administrativa para realizar visitas em diferentes períodos. Após a experiência, foram escolhidos a praça e o parque que forneceram maior riqueza de detalhes na convivência com os moradores, um situado na periferia pobre da capital, a Praça do Residencial Vale dos Sonhos na Região Norte, e outro localizado em bairro nobre, o Parque Flamboyant na Região Sul.

Para conseguir uma maior aproximação dos moradores e melhor fidedignidade dos relatos de vida, adotamos também uma postura de usuário do espaço, construindo um diálogo de forma fluída e com riquezas de detalhes. Ao observar como as pessoas se comportavam no espaço, o objetivo foi se comportar de maneira semelhante, de forma a conquistar confiança e intimidade para captação dos relatos. Os depoimentos foram obtidos após visitas frequentes nos espaços públicos de lazer selecionados, em horários de maior utilização pelos moradores.

Através de várias visitas aos locais selecionados, convivendo com os moradores e usuários, adquirindo a confiança deles e estabelecendo relações de proximidade, foi possível captar os relatos de cada uma das personagens, expostos a seguir.

2.2.1 A jovem mãe diarista e babá

A jovem é uma ex-funcionária de fábrica de móveis que virou diarista, tem 29 anos, é de família humilde com pai pedreiro e mãe costureira, divorciada, tem três filhos e mora desde os 14 anos no Residencial Vale dos Sonhos, situado na periferia de Goiânia. Aos 17 anos engravidou e foi morar de aluguel com o pai dos seus filhos, a duas quadras acima da casa de seus pais, mas recentemente se divorciou e continua morando na mesma casa com os três filhos e dois cachorros. Em 2014 foram encerradas as atividades da fábrica de móveis onde trabalhava por mais de cinco anos, principal fonte de renda da sua família, ficando desempregada por dois anos e tendo de buscar apoio financeiro com seus genitores. Após insistentes e frustradas tentativas de voltar ao mercado de trabalho, enxergou o trabalho como diarista a oportunidade de garantir o seu sustento e dos filhos.

Sua rotina é exaustiva, acorda 4:00hs da manhã para preparar o almoço dos filhos de 12, 8 e 2 anos, arrumar a casa, lavar roupa, varrer o quintal, dar comida para os cachorros e arrumar a mochila dos filhos. Às 6:00hs sai de casa a pé com os três filhos, andam duas quadras abaixo de sua casa para deixar o mais novo na casa da mãe, depois retornam e sobem uma íngreme ladeira cortando seis quadras para deixar os outros dois filhos na escola. Às 6:40hs sai em direção a praça, onde aguarda o ônibus para ir trabalhar. Ela entra no ônibus lotado às 7:00hs de coração apertado por ter deixado seus filhos para trabalhar, e durante o percurso sonha e almeja um futuro melhor para eles. Troca de ônibus no terminal e vai em direção a casa da primeira patroa da semana.

Por volta das 8:40hs chega ao local de trabalho, toda segunda, quarta e sexta-feira, e encontra a patroa costumeiramente de cara fechada, que a recebe reclamando do horário de chegada, tendo que explicar repetidamente que não consegue chegar antes em razão da distância e da precariedade do transporte urbano. A patroa não permite que ela coma a comida da casa, e quando come desconta o valor na diária, não admite que ela use o banheiro do apartamento, tendo que descer para usar o de serviço do condomínio, e só aceita ela entrar com o uniforme e sapato escolhido pela patroa, que foram descontados o valor na sua diária. Suas atividades consistem em limpar o apartamento de 160 m², cozinhar, lavar, passar roupa e limpar os rejuntes do

porcelanato com escova de dente. No final do expediente, por volta das 17:00hs, retorna exausta para sua casa em ônibus lotado.

Já são 19:00hs quando o ônibus entra no bairro, a jovem diarista desce no ponto com sorriso no rosto e vai ao encontro dos filhos na casa da mãe. O percurso é o mesmo da ida, pede a benção a sua mãe e segue a pé com os filhos de volta para casa. No caminho os filhos insistem para passar na pracinha e a mãe, escondendo o cansaço, acaba cedendo ao pedido e os leva para brincar sob a supervisão dela, por apenas 30 minutos, para evitar situações de perigo com o adiantar do horário. Sabe que aquela praça é a oportunidade dos filhos de se divertir e ter um pouco de lazer, encontrar os amigos, correr, usar a bicicleta de outras crianças, jogar bola e revezar o tão disputado balanço, todos sorridentes e satisfeitos, mesmo com a precariedade do espaço. Não há briga e nem disputa na hora de compartilhar os escassos brinquedos da praça, cada um espera calmamente a sua vez, como se aquela espera fizesse parte da brincadeira. O que se vê são crianças que aproveitam cada instante daquele pequeno intervalo de tempo, elas não param um minuto. Vendo seus filhos dando boas gargalhadas compreende que a missão daquele dia foi cumprida. A jovem mãe diarista também aproveita para descansar um pouco e encontrar vizinhos e amigos de infância, conversar e interagir com outras mães, dividindo experiências do cotidiano e trocando notícias do bairro, como promoções do comércio e acontecimentos da escola dos filhos.

Toda terça, quinta e sábado a rotina é a mesma, acorda 4:00hs, leva o filho mais novo para casa da mãe, deixa os outros na escola e corre para o ponto de ônibus para chegar na casa da outra patroa às 8:30hs, mas agora para trabalhar como babá. Cuida de uma criança de 2 anos, mesma idade do seu caçula. Ali trabalha de coração apertado, pois lembra do seu filho mais novo que não está recebendo sua atenção, e que toda sua dedicação está destinada ao filho da patroa. O uniforme todo branco com o sapato da mesma cor também é uma exigência, porém este a patroa não descontou na sua diária, o "deu de presente". Deve estar sempre com as unhas bem cortadas, sem esmalte, cabelos presos, nada de maquiagem e perfume ou qualquer acessório que possa "incomodar" a criança.

Às 9:30hs a babá desce para pracinha em frente ao apartamento com a criança e o cachorrinho da patroa para tomar banho de sol. Ela percebe que a pracinha é diferente

daquela do seu bairro. Ali existem vários balanços e brinquedos, o piso é "fofinho" de anti-impacto, não é necessário revezamento pois são inúmeras bicicletas e patinetes a disposição, o jardim é muito bem cuidado, e há muitos locais para sentar e sombra para desfrutar. Sentada na praça, sempre ao lado de outras babás, observa o local a sua volta, lembra de seus filhos e imagina o quanto ficariam felizes em poder brincar naquele espaço, que para ela só "existia em novela". A babá percebe que ali "não tem vida", os moradores do local circulam sempre com pressa, as vezes fazem uma selfie e continuam o percurso aceleradas, quase não se vê um sorriso espontâneo e as crianças não costumam brincar em grupo, apenas com as "moças de branco". Relata que muitas crianças preferem ficar assistindo desenho no tablet, mesmo com aquela praça tão luxuosa e com brinquedos novinhos a disposição.

Por volta das 10:30hs volta para o apartamento, dá banho na criança e vai lavar e passar todas as inúmeras roupinhas. Ela acredita ser um exagero e relata ter no closet muitas roupas que nem vão ser usadas, porque a criança cresce rápido. Certo dia ao ver aquelas inúmeras roupinhas e lembrar que o seu filho ficava praticamente o dia todo só de fraldinha, resolveu perguntar para a patroa o que ela iria fazer com tanta roupinha "perdida", no que a patroa respondeu: "essas roupas pobre não usa, gastei uma fortuna nelas!". Sem coragem e forças para responder a patroa, a jovem babá foi para a escada de serviço e chorou.

Às 17:00hs termina o expediente, pega ônibus lotado e retorna exausta para sua casa. Às 19:00hs vai ao encontro dos filhos na casa da mãe, como de costume. E, naquele dia da ofensa da patroa, antes dos seus filhos pedirem para ir à pracinha do bairro onde moram, era ela que precisava ir até lá. Queria que todo aquele sentimento de tristeza fosse embora, a praça era sua distração, seu lazer e momento de tranquilidade e encontro com amigos e vizinhos. E, mais uma vez, a jovem mãe e seus filhos espalharam alegria pela praça.

2.2.2 O pastor da praça

O pastor da praça é ex-usuário e ex-traficante de drogas, ex-morador de rua, tem 55 anos, trabalhou durante muito tempo como pedreiro, "está casado pela segunda vez com a mesma mulher", como gosta de dizer, tem quatro filhos e mora desde a fundação do Residencial Vale dos Sonhos. Se tornou pastor recentemente, o que afirma ser uma das bênçãos que recebeu em sua vida, além da cura da dependência química e da família maravilhosa que possui. Foi usuário de drogas por 20 anos, já praticou pequenos furtos e passou fome quando foi obrigado a sair de casa, em decorrência do vício. Diz que a pior escolha da sua vida ocorreu na praça do bairro onde mora, quando, pela primeira vez, aceitou vender drogas para alimentar o vício e acreditou ser uma "oportunidade" de ganhar dinheiro fácil e se tornar uma pessoa respeitada. Afirma que naquela praça se envolveu com "muita coisa errada madrugada a fora", muitas brigas com pessoas embriagadas e drogadas, e já sofreu com amigos mortos por dívidas de drogas e outras situações de crimes.

O pastor conta que, na pior fase do vício, as drogas consumiam seu corpo e sua consciência de tal maneira que imaginava viver em um mundo paralelo. Não tinha mais força para trabalhar honestamente, agredia a esposa e filhos, vendia pequenos objetos da casa e foi obrigado a sair de seu lar por conta da intervenção de seu sogro, que com toda a "razão do mundo" o expulsou e proibiu de voltar enquanto "não virasse homem de verdade", momento em que foi morar na rua. Nessa situação passou a praticar pequenos furtos para consumir drogas e, certa vez, se envolveu em uma confusão e levou duas facadas, "não morreu por um milagre". No hospital recebeu a visita da esposa que estava disposta a recebê-lo de volta, desde que abandonasse o vício e frequentasse a igreja. Aceitou a proposta da mulher e, desde então, se curou ao conhecer a "Palavra" e se "libertar das tentações do mundo".

Após retornar para casa e se recuperar da facada foi difícil arrumar emprego como pedreiro, ofício que sempre exerceu com muita competência. Passou a fazer pequenos "bicos" e ajudar o sogro, com quem fez as pazes, em seu pequeno comércio de espetinhos, montado a noite na praça do bairro.

Certo dia, ao final de um culto, percebeu que o pastor queria fazer reformas na estrutura da igreja e perguntava por algum pedreiro conhecido e de confiança, momento em que se ofereceu para trabalhar na obra e pode retomar sua antiga

profissão, pois sempre surgia trabalho por indicação dos "irmãos da igreja". Passou a se aproximar cada vez mais da vida dentro da igreja, participando não só dos cultos mas também de reuniões religiosas em residências, encontros e retiros em outras cidades e foi conquistando a confiança dos líderes da igreja, até que recebeu o convite para se tornar pastor. Afirma que esta é uma grande missão para ajudar outras pessoas com sua experiência de vida e fé.

Atualmente se dedica exclusivamente às atividades de pastor e, no ano passado, teve a ideia de fazer pregações na praça do bairro para converter jovens e adultos que ainda não conhecem a "Palavra". Relata que a praça é um local muito importante para a comunidade, pois não há outro local público para reunião e confraternização dos moradores. Além disso, por se encontrar no centro do bairro, a praça é um local de intensa passagem de pessoas, sendo estratégica para fazer suas pregações. A presença de igrejas no bairro, principalmente evangélicas, é muito intensa, havendo pelos menos cinco delas nas proximidades da praça. No entanto o pastor afirma que a ideia de pregar na praça, fruto de uma revelação espiritual que teve, é muito importante para se colocar mais perto das pessoas e convencê-las da importância da fé. Sendo assim, todos os domingos de manhã o pastor leva sua caixa de som, microfone e Bíblia para "salvar pessoas" na praça.

2.2.3 A casa das seis mulheres

A merendeira de escola pública, 44 anos, viúva, mulher forte, com olhar esperançoso e sorriso marcante no rosto é a chefe da casa onde residem seis mulheres no Residencial Vale dos Sonhos, sendo três delas suas filhas, uma sua irmã e a outra sua sobrinha. A filha mais velha, de 26 anos, conquistou o que toda mãe sonha para os filhos: ingressar em uma universidade. Graças à bolsa integral do Programa Universidade para Todos (Prouni), sua primogênita está cursando o sétimo período de Matemática.

Com uma rotina exaustiva, a merendeira acorda às 4:00hs, faz o café, prepara almoço e arruma a casa. Às 5:30hs sai de casa com a filha do meio e a mais velha para o ponto de ônibus, seguem juntas até o terminal, onde cada uma toma destinos diversos. Ela se dirige à escola onde é merendeira, a filha mais velha vai para a faculdade e a filha do meio para cursar o ensino médio, em diferentes bairros da capital.

Enquanto isso sua irmã sai de casa às 6:30hs com sua filha e sobrinha para levá-las à escola primária, há poucas quadras de onde residem, e de lá segue para o supermercado onde é auxiliar de serviços gerais. No seu horário de almoço busca a filha e sobrinha e voltam para almoçar em casa. Deixa as meninas em casa e volta para o trabalho, de onde só retorna às 17:00hs. Por volta das 14:00hs chegam as outras filhas da merendeira para almoçar, arrumar a cozinha e estudar. Às 16:00hs a merendeira retorna para casa, retomando às atividades na cozinha para preparar salgadinhos para vender na praça do bairro. Essa foi a maneira encontrada para complementar as despesas da casa, que foram aumentadas com os gastos da universidade da filha. As vendas na praça ficam por conta das filhas mais velhas da merendeira e, enquanto isso, a filha caçula e a sobrinha aproveitam o espaço para brincar com outras crianças, usar os brinquedos existentes, correr e jogar bola. Ali todas exercem suas interações com a comunidade do bairro, trocam experiências com outros moradores e usuários da praça e fortalecem a clientela na venda dos salgadinhos.

Há dois anos a merendeira resolveu especializar as vendas na praça do bairro, se aproveitando da feira que acontece duas vezes na semana. Essas mulheres guerreiras montaram uma banca para vender pasteis visando aumentar o orçamento

familiar. Empenhadas com o negócio, todas da casa ajudam com os preparativos, desde cortar ingredientes para os recheios, fazer a massa, separar guardanapos, copos, temperos, refrigerantes, organizar cestinhas, limpar mesas e cadeiras. O negócio já vem apresentando bons resultados, graças à dedicação de todas e do fluxo de pessoas na praça, bastante frequentada pelos moradores locais.

A merendeira relata que sonha em levar o negócio para um grande parque da cidade, que frequenta esporadicamente, pois se impressiona com a quantidade de pessoas que utilizam aquele espaço público, principalmente nos finais de semana. Seu pastel faria muito sucesso no local, pois os "bacanas moradores das imediações do parque nunca comeram um pastel como o dela", diz em tom de brincadeira. Ela reconhece as dificuldades para instalar o negócio em uma área nobre da capital, e defende que o poder público deveria criar outros espaços de lazer de qualidade em toda cidade, para melhorar a vida de todos e auxiliar quem quer prestar um bom serviço à comunidade.

2.2.4 A mulher da casa suspensa

A empresária de 41 anos é casada, moradora de "casa suspensa" em frente ao Parque Flamboyant, tem três filhos, a mais velha com 7, a do meio com 5 e o caçula com 1 ano, e dois cachorros. Em 2011 adquiriu o seu "castelo contemporâneo", assim denominado pela construtora, na promessa de ter um parque a sua disposição, que seria a extensão do "quintal", com vista panorâmica, privacidade, elegância e sofisticação. Era o modelo idealizado para constituir sua família, o apartamento dos sonhos, com uma localização diferenciada e privilegiada.

Durante semana, por volta das 06:40hs, a empresária toma o café da manhã com as filhas mais velhas e depois as leva para estudar em um tradicional colégio da cidade. Ao retornar para casa, veste a roupa de malhar e desce com o filho caçula, os dois cachorros e a babá para o parque, por volta das 9:30hs. Enquanto a babá percorre o parque com o filho e os cachorros, a empresária faz sua corrida matinal. Segundo ela esse horário é o melhor para ir ao parque, pois é mais vazio, quase não tem "tumulto de gente intrusa", se sentindo tranquila e segura para suas atividades. Ao finalizar a corrida/caminhada, por volta das 10:30hs, encontra o filho, os cachorros e a babá no quiosque de água de coco. Ali senta, descansa, toma uma água de coco gelada, admira a vista e sempre encontra com alguma vizinha, com quem conversa amenidades. Em seguida volta para casa e às 12:00hs sai novamente para buscar as filhas na escola, depois almoçam todos juntos, inclusive com seu esposo. Por volta das 14:30hs o casal vai para a empresa da família, sediada em um edifício comercial próximo de onde residem. Os filhos ficam com a babá e no meio da tarde descem para brincar no playground do edifício.

Segundo a empresária, logo que mudaram para a tão sonhada "casa suspensa", a região e o parque eram "mais bem frequentados" e tinham mais sossego, mas hoje o que se vê é uma "farofa de gente de tudo quanto é canto". Devido a isso, as descidas com as crianças ao parque reduziram muito, pois prefere que elas brinquem no condomínio para evitar contato com "aquele tanto de criança sem procedência". Relata que quando comprou o imóvel esperava ter a tranquilidade de ir ao parque com as crianças e cachorros, conforme a propaganda da época. Hoje, principalmente nos finais de semana, afirma que "o povão tomou conta de tudo", "transformou o parque em um verdadeiro circo", "virou uma zona".

A empresária questiona indignada o porquê de "tanta gente de fora" ir para o "quintal da casa dela", afirma que "aquele lugar não é para eles", pois além de tumultuar e degradar o parque colaboram para a desvalorização do seu imóvel. Alega que a solução seria cada um frequentar o parque mais próximo à sua casa ou "talvez, se cobrar pedágio para entrar ali no parque".

Devido a esse descontentamento a empresária planeja mudar o mais rápido possível para um luxuoso condomínio horizontal da capital. Já compraram o lote e estão aguardando a conclusão da construção da casa. Lá, segundo ela, terá um futuro melhor para seus filhos, com mais tranquilidade e segurança, podendo conviver somente com pessoas "do seu nível".

2.2.5 O homem do cachorro marrom

O funcionário público de 52 anos, solteiro, sem filhos, mora há 12 anos em frente ao Parque Flamboyant, com seu cachorro labrador marrom. Logo quando iniciou o "boom" dos lançamentos em frente ao parque, viu a oportunidade de garantir uma melhor qualidade de vida. Como é servidor de um órgão público localizado próximo ao parque, conquistou a tão almejada comodidade de morar próximo ao trabalho. Segundo ele, foi a melhor escolha da sua vida morar ali, pois consegue chegar ao trabalho em cinco minutos, e está próximo dos melhores restaurantes, shoppings, supermercados, e demais equipamentos da cidade, tudo o que precisa está ao seu lado, e quase não enfrenta trânsito.

Ele tem um cachorro de grande porte e precisa descer para o parque pelo menos duas vezes ao dia. Adestrado e dócil, o cachorro marrom corre pelo parque sem guia, desbravando e sentindo a liberdade. Como mora ali há algum tempo e desce todos os dias com seu cachorro, são conhecidos por todos que ali frequentam. Às 6:45hs o funcionário público desce pela primeira vez no dia com o cachorro para caminhar, e retorna por volta das 7:30hs para tomar banho e ir ao trabalho. Eventualmente consegue almoçar em casa e, novamente, desce com o cachorro para uma breve caminhada no parque. Retorna do trabalho no final da tarde e aproximadamente às 19:30hs desce mais uma vez com seu cachorro. Esse é o período que mais permanecem no parque, caminham, correm, brincam, descansam, tomam água de coco e interagem com os vizinhos e demais usuários. Ele relata que é o melhor momento do seu dia, pois o parque está mais movimentado, seu cachorro encontra outros para brincar, pode observar as pessoas, as crianças brincando, os casais namorando nos bancos, outros sentados na grama admirando a paisagem, tudo aquilo que dá vida e sentido àquele parque. Como mora sozinho, considera muito importante conviver e se relacionar com aquelas pessoas, " o faz sentir vivo e pertencente ao mundo".

O funcionário público relata que o "grande espetáculo do parque" acontece nos finais de semana, pois fica repleto de "todas as tribos". Ele reconhece aquele espaço como um direito de todos fundamental ao exercício da cidadania, e lamenta que muitas pessoas têm que se deslocar de tão longe para usufruir daquele espaço. Afirma que a cidade e as pessoas seriam melhores se houvessem espaços de qualidade em

todas as regiões da cidade. Com um olhar crítico, aponta que não se vê parques nas periferias com o mesmo tratamento que o parque situado em frente ao seu apartamento, e reconhece ser um privilegiado em morar ali.

Relata que muitos dos seus vizinhos não gostam "daquele movimento", acham um verdadeiro absurdo o barulho e a sujeira provocada pelo grande público do parque, que retiram o sossego e a tranquilidade dos moradores locais, além de desvalorizar os imóveis. Outro ponto negativo é que o elevado fluxo de pessoas consome as vagas de estacionamento disponíveis, prejudicando os visitantes dos moradores do entorno do parque.

O funcionário público afirma que os inconvenientes são fruto do preconceito dos moradores, que não estão disponíveis a conviver com as diferenças. Diz que não há outro lugar capaz de concentrar tantas pessoas, que se deslocam de todos os cantos da cidade. Relata que já presenciou no parque aniversários, casamentos, novenas, além de toda sorte de atividades esportivas, artes marciais, danças, teatro, pintura e fotografia, o que para ele é algo fascinante, pois revela a diversidade e a pluralidade existente na nossa sociedade.

2.2.6 O pipoqueiro observador

O pipoqueiro tem 67 anos, é casado, cinco filhos, exerce também atividades de marcenaria e mora há mais de 40 anos em uma área ocupada nas imediações do Parque Flamboyant. Afirma que o lugar onde mora é muito bem centralizado e favorece seu trabalho como pipoqueiro, pois está próximo de lugares com grande concentração de pessoas. Desde a inauguração do parque trabalha assiduamente no local, sendo conhecido pelos frequentadores e moradores da região. Relata que de todos os lugares onde trabalha o parque é o seu preferido, devido ao frescor, as sombras das árvores, a paisagem bonita e pelas pessoas que frequentam ali. Sempre leva o seu banquinho e ali sentado pode trabalhar, fazer amizades e observar tudo que está ao seu redor. Conta orgulhoso que presenciou as transformações ocorridas no bairro com a implantação do parque, diz que antes "tudo aquilo era abandonado", "não tinha nada ali por perto" e "não havia esses espigões", se referindo aos edifícios ao redor do parque.

Em busca de adquirir a casa própria, o pipoqueiro veio com a família morar em uma área de ocupação, em meados da década de 1970. Recorda que já passou momentos difíceis, sem energia, esgoto e asfalto, morando em um pequeno barracão no meio de muito mato, enfrentaram dias de chuvas fortes em que perderam quase tudo com os alagamentos. Relata que, mesmo diante das dificuldades, conseguiu construir aos poucos a tão sonhada casa de alvenaria, com cozinha, sala, banheiro e três quartos. Para o pipoqueiro o sonho de ter uma casa digna para sua família em um bom lugar, poder conviver com seus pais, que moram ao seu lado, ver seus filhos criados e netos concluindo os estudos, o faz sentir um homem realizado e com dever cumprido.

Conta com detalhes que a região melhorou muito, é bem frequentada, cuidada e muito valorizada, um dos motivos porque "não sai dali de jeito nenhum". Diz que não se sente diminuído ou desprezado por morar em um local que foi ocupado, pois "é um direito seu, assim como é direito dos moradores dos espigões". Afirma que foram os ocupantes quem primeiro chegaram no local, quando ninguém se interessava pelo bairro, e ali construíram suas vidas. Aponta que já escutou conversas de moradores e comerciantes locais de que "vão tirar os favelados da ocupação dali", alegando que estão irregulares e que desvalorizam o bairro. Afirma que sempre foi um homem

observador, mas prefere não entrar nestas discussões, para não correr o risco de perder a clientela.

Apesar deste desconforto, o pipoqueiro diz que "ama tudo que tem ali". O parque permite que ele possa trabalhar tranquilo e feliz, pois é um lugar bonito, repleto de pessoas e pode observar inúmeros acontecimentos ao mesmo tempo, fugindo da monotonia.

Durante os dias de semana, mesmo não havendo muito movimento, o pipoqueiro vai ao parque por volta das 18:00hs, depois de encerrar as atividades na marcenaria, que atualmente "é tocada por seu filho mais velho". Mesmo não tendo um bom faturamento nestes dias, afirma que estar no parque é uma terapia, "faz bem aos olhos e ao coração".

Relata que aos finais de semana e feriados são os melhores dias para trabalhar, porque fatura mais e pode presenciar várias atividades, sendo a melhor delas os aniversários, pois é muita criança, comes e bebes, tem decoração, música, brincadeiras, brinquedos infláveis e há aqueles que o contratam para fornecer pipoca a vontade aos convidados. Segundo ele, as crianças amam festejar aniversários no parque, por ser ao ar livre, com uma paisagem linda, muito espaço para correr e brincar, outras crianças que estão por ali acabam participando, o que faz ele relembrar das festas no interior, onde todos participam e se divertem.

2.3 Reflexões sobre os relatos de vida de moradores

Os relatos da *jovem mãe diarista e babá* retrata a realidade de muitas mulheres brasileiras, que criam seus filhos sem o auxílio do pai e, para garantir a subsistência da família, se ocupam em mais de um emprego, não tendo tempo suficiente para acompanhar o desenvolvimento dos filhos, que passam boa parte do tempo na companhia dos avós.

Descreve uma rotina exaustiva de trabalho sendo obrigada a suportar situações de assédio moral por parte de seus empregadores, por receio do desemprego e das dificuldades que isso lhe causaria.

Convive diariamente em ambientes de extrema desigualdade, luxo e conforto nas residências e bairros onde trabalha, e precariedade e desconforto onde mora. Os relatos evidenciam grande indignação em relação à discrepância dos espaços públicos de lazer existentes nos bairros privilegiados e na periferia pobre. Percebe que os filhos são privados de ambientes com boa infraestrutura e equipamentos onde possam brincar, interagir, desenvolver atividades lúdicas, assim como não possui a sua disposição espaços dignos para uma boa interação com vizinhos e familiares, realizar atividades físicas, de contemplação e descanso.

Não obstante a insatisfação com a realidade desigual e opressora que suporta diariamente, compreende a importância do precário espaço público de lazer existente em seu bairro, pois é o local onde permite aos filhos e a si mesma momentos de descontração, convivência comunitária, diversão e relaxamento, fundamentais para reconexão psicológica e emocional diante das dificuldades do cotidiano.

Os relatos do *pastor da praça* revelam a precariedade dos espaços públicos de lazer da periferia carente de Goiânia, que se encontram muitas vezes abandonados e desprovidos de investimentos públicos suficientes para manutenção e adequada infraestrutura. Neste cenário, a criminalidade bastante evidente nestas áreas, se apropriam desses locais em certos períodos, privando os moradores de os utilizarem de acordo com suas finalidades, prejudicando ainda mais o cotidiano da comunidade.

O tráfico de drogas é uma realidade facilmente perceptível na praça do Residencial Vale dos Sonhos, na qual os moradores, a partir de certo horário, deixam de utilizar

aquele espaço para que os pequenos traficantes e usuários de entorpecentes ali se concentrem. Diante da ausência do poder público em solucionar o problema, a própria comunidade e os traficantes possuem uma espécie de pacto de convivência onde todos podem utilizar da praça de forma pacífica até o anoitecer, momento em que aquele espaço passa a ser utilizado para as referidas atividades ilícitas.

Retrata um histórico de vida semelhante a muitos jovens brasileiros de periferia pobre, que encontram no uso de entorpecentes uma forma de fuga da realidade repleta de dificuldades financeiras e ausência de oportunidades. Neste cenário o tráfico de drogas tem uma grande capacidade de atrair jovens, seja para alimentar o vício, seja para funcionar como porta de saída do desemprego.

A presença de diversas igrejas, especialmente evangélicas, é bastante evidente no Residencial Vale dos Sonhos, havendo uma espécie de concorrência para conversão dos moradores. A religiosidade foi a forma de se afastar do uso e tráfico de entorpecentes, criando uma espécie de dever de recuperar jovens que se encontrem nesta situação. Assim, a praça do bairro assumiu uma nova função, a de expressão da fé religiosa e captação de fiéis.

Os relatos da merendeira da *casa das seis mulheres* representam a realidade de milhões de famílias pobres do país que são chefiadas por mulheres. Destacam também a importância de políticas públicas afirmativas, como o Programa Universidade para Todos (Prouni), que potencializa a oportunidade de ingresso das classes populares em universidade.

A rotina é marcada por grandes deslocamentos na cidade, via transporte público, trabalham e estudam em locais distantes da residência, consumindo grande parte do tempo nestes trajetos, o que prejudica sensivelmente a qualidade de vida, pois poderiam dedicar esse tempo em atividades produtivas pessoal e profissionalmente.

A praça do bairro é fundamental, sendo o local onde desenvolvem atividade comercial que complementa o orçamento familiar. É neste espaço público que interagem com a comunidade, fortalecendo os laços de amizade e conquistando a clientela para o negócio praticado. Para as crianças é o local onde têm oportunidade de realizar

atividades fundamentais para sua formação, como brincar, correr, jogar, socializar, expressar, interagir, compartilhar, ou seja, serem crianças efetivamente.

A praça do bairro é comparada com um parque nobre da cidade, tornando evidente a ausência de um espaço público de qualidade na realidade local, que seria importante para o lazer da família e da comunidade, além de possibilitar a melhoria do negócio que poderia ser potencializado em um espaço com boa infraestrutura, capaz de atrair maior público, inclusive de outros bairros, propício a permanência das pessoas por mais tempo e com disposição e possibilidade para consumir.

Os relatos da *mulher da casa suspensa* espelham a opinião e postura de boa parte das classes média e alta no Brasil. Foi adquirido um imóvel de alto padrão por influência da publicidade das construtoras que atuam no mercado imobiliário, que se utilizam dos equipamentos públicos, especialmente os grandes parques localizados nas regiões privilegiadas, para criar um estilo de vida requintado e glamoroso.

A rotina de vida é associada à utilização do parque, onde desfruta de toda a infraestrutura existente, o que permite uma boa qualidade de vida para toda família, porém sem contato e relações com pessoas oriundas de outras regiões da cidade que eventualmente utilizam aquele espaço público. Segundo valores individualistas e preconceituosos não compreende o parque como um equipamento público de lazer a ser utilizado por toda população, não permitindo ter relações com pessoas não pertencentes ao seu nicho social.

Espelhando uma tendência muito evidente em Goiânia, planeja se mudar para um condomínio horizontal de alto padrão na periferia nobre da capital, também influenciada pelo marketing imobiliário que promete segurança, bem-estar, qualidade de vida, exclusividade, comodidade, luxo e requinte aos moradores.

Os relatos do *homem do cachorro marrom* retratam a importância dos espaços públicos de lazer na qualidade de vida dos seus usuários, que desfrutam da infraestrutura existente e dos demais equipamentos da cidade que, estrategicamente, se encontram nas proximidades.

Os relatos também mostram uma tendência na formatação de novos modelos de família, inclusive unipessoal, onde as relações comunitárias assumem um papel ainda mais relevante.

O parque é compreendido como um local para estabelecer relações sociais diversas, com pessoas de diferentes classes sociais, faixas etárias, preferências, estilos, opções religiosas e culturais, entre outras diversidades, o que é fundamental para a construção da sociedade.

Menciona a desigualdade dos investimentos em espaços públicos de lazer das áreas nobres em comparação à periferia carente, o que faz com que muitos moradores de outras regiões se desloquem ao parque em busca de momentos de descontração, divertimento, relaxamento, convívio e prazer, em um espaço bem estruturado que fomenta as interações sociais.

Aborda uma visão de muitos moradores das proximidades do parque que, sem qualquer dado concreto, associa a presença de pessoas de outras regiões da cidade como um fator de desvalorização dos imóveis do entorno. Critica o fato de muitos moradores não reconhecerem que o parque é um espaço público plural e de toda a cidade.

Os relatos do *pipoqueiro observador* revelam uma situação conflituosa entre os habitantes de área ocupada nas imediações do parque e moradores dos edifícios de alto padrão que circundam o mesmo, com uma forte resistência destes em relação a permanência daqueles no local.

O parque foi o equipamento público que possibilitou a transformação do bairro em área nobre e privilegiada na perspectiva do mercado imobiliário, que investiu fortemente em publicidade para criar a imagem de sofisticação e requinte em uma região até então desprestigiada, atraindo investimentos públicos e privados. Desde então, o bairro possui um dos maiores valores de metro quadrado dos imóveis da capital.

Retrata uma história pessoal de busca por moradia digna, sem o auxílio de políticas públicas de habitação e complementação de renda, tendo que ocupar área abandonada para garantir a casa própria, sem condições financeiras de arcar com as

despesas de aluguel, que oneram substancialmente o orçamento das classes populares.

Evidencia o parque como um local de trabalho para muitos trabalhadores autônomos, vendedores de pipoca, doces, balões, brinquedos, água de coco, picolés, açaí, pastel, tapioca, entre outros, assim como artistas de rua que desenvolvem sua arte para o entretenimento dos usuários do parque. Além da importância econômica para esses trabalhadores, o parque também é um local de interação social, lazer, descanso, contemplação e exercício da cidadania.

CAPÍTULO III - O papel dos espaços públicos de lazer: praças e parques

No decorer da história é possível constatar que o espaço público foi sendo incorporado de acordo com a estrutura existente no momento e com os interesses que predominavam. Nota-se que o espaço está sempre ligado a relações sociais, configuração espacial e poder. O meio urbano, ao ser analisado pela história das cidades, nos indica que está em constante modificação. Novas atividades financeiras e produtivas surgiram, recursos imaterais e materiais foram disponibilizados, provocando modificações significativas nos centros urbanos, na dinâmica e na noção de tempo, criando novos contextos e transformando conceitos.

Richard Sennett (1999) diz que a palavra “público” começou a aparecer em publicações por volta de 1470, com sentido de “bem comum na sociedade”. Posteriormente, em 1540, a palavra passa a adquirir significado de “que é manifesto e está aberto à observação geral.

Segundo Ângelo Serpa (2007) o espaço público contemporâneo está compreendido em espaço da ação política ou da possibilidade da ação política. Para o autor, o espaço público é um espaço simbólico, capaz de reproduzir diferentes culturas, que relaciona os sujeitos e suas percepções na produção de espaços banais e cotidianos. Este espaço também pode ser compreendido como mercadoria, trazendo uma conceituação atual no cenário urbano, podendo ser uma mercadoria para o consumo de uma parcela da população inserida na lógica de produção e reprodução capitalista.

Rogério Leite (2004) compreende o espaço público relacionando a construção social do espaço enquanto produto e produtor de práticas sociais. Ao apresentar a relação dialética entre o espaço público, a vida urbana e suas especificidades está definindo a construção social desses espaços e sua relevância na espacialização da vida social urbana.

O espaço público é um elemento essencial para a organização da vida coletiva e capaz de representar uma sociedade, sendo um símbolo para a coletividade, mediador das desigualdades e abrigo para o convívio social. Urbanisticamente configura como um espaço físico voltado para o convívio e apropriação dos habitantes, exercendo papel fundamental para a sociedade através do encontro, lazer,

conversa, festa, reunião, religião, justiça, cultura etc. O espaço público possui grande importância na vida das cidades, possibilitando aos cidadãos serem integrantes de uma comunidade e participantes dela.

Na cidade contemporânea as praças e parques públicos exercem um papel fundamental, não só como equipamentos de lazer e turismo, mas também como ferramentas de promoção da cidadania, como espaços de convivência e interação e como ideais de reencontro ou reconexão das pessoas com a natureza.

A vegetação é hoje um componente indispensável do território e da paisagem urbana, pois produz benefícios sociais e culturais diretamente relacionados à qualidade de vida. Nesse contexto, as propostas de praças de esporte e lazer, os parques de entretenimento, os lugares para manifestação política, as áreas verdes para melhorar o ambiente, entre outras, são usadas para o exercício de forças políticas no corpo social. Ocorre uma valorização desses espaços, como locais de recreação, de ponto de encontro e de resgate de valores, consequentemente, como fundamentais à retomada da escala humana nas cidades (ABRAHÃO, 2008, p. 39).

As praças e parques exercem uma relevante função ambiental ou ecossistêmica, garantindo a provisão de alimentos à fauna existente, a regulação climática, a formação do solo, o conforto ambiental, a amenização de ruídos, embelezamento do espaço, aumento da biodiversidade, entre outros benefícios que colocam estes equipamentos como essenciais ao sadio desenvolvimento das pessoas na cidade.

A função de lazer e turismo das praças e parques está relacionada à prática de atividades físicas, esportivas e recreativas, entretenimento e apresentações artísticas, campanhas educacionais, contemplação e relaxamento, como também “benefícios psicológicos ou imateriais”, ligados à integração e interação social em espaços ao ar livre.

Richard Sennet (2015), em entrevista para PISEAGRAMA, coloca em questão o impositivo planejamento urbano tradicional, compreendendo ser fundamental a criação de ações táticas na cidade que permitam transformar de baixo para cima e discutir os conflitos e contradições que movem o universo urbano.

> “Quero dizer, esse é o princípio básico do espaço público: o foco em uma atividade, e não na localização. Acho que isso é ótimo, mas é um tipo

> específico de projeto. É algo que as pessoas podem compartilhar, independentemente de uma localização ou comunidade, da comunidade em que ocorre a ação. Quando você está ali, está em público, e com um propósito, não importa de onde você vem. Se pensarmos no que está vindo *realmente* de cima, que é isolamento e segregação, esse tipo de projeto parece apresentar uma estratégia bem mais viável." (SENNET,2015, p. 51)

A característica de uma cidade é definida por suas ruas e espaços públicos que são responsáveis pela construção da sua imagem. O espaço público possui inúmeras características, o que engloba: calçadas, passeios/percursos, ruas, praças, parquinhos infantis, parques, interstícios entre edificações etc. Nem todo espaço público é aberto, podendo ser uma escola, uma biblioteca, uma quadra de esportes, ou seja, demais edifícios públicos.

A existência de espaços abertos no meio urbano é uma necessidade fundamental, isso é evidenciado ao observarmos o interesse da população em participar de processos de implantação e melhoramentos de praças e parques por meio de abaixo-assinados e passeatas. Independentemente da cidade, a parte da população mais afetada pela carência desses espaços é justamente a população mais pobre, cujas possibilidades não permitem o acesso aos equipamentos e espaços de uso comunitário privado.

As praças e os parques são reconhecidos como os espaços públicos mais comuns na realidade brasileira. Praças são definidas como espaços livres públicos destinados às atividades e práticas sociais que englobam o simples caminhar até atividades políticas. Elas têm um caráter de espaço centralizador que possibilita a interação e articulação das pessoas em comunidade.

Jane Jacobs (2000) afirma que o modelo de praças mais utilizadas inclui quatro elementos: a complexidade relacionada às atividades proporcionadas pelo espaço e pela multiplicidade dos seus usos; a centralidade como um local de encontro destacado e reconhecido por todos; a insolação relacionada à sombra das árvores; e a delimitação espacial relativa às dimensões necessárias ao cumprimento das funções do espaço público.

Segundo Kevin Lynch (1997), a praça, com seus diversos significados funcionais e morfológicos, representava o espaço de maior vitalidade urbana, compreendida como espaço referencial, atuando como marco visual e como ponto focal na organização da

cidade. Essa condição ainda existe no imaginário urbano, apesar de apresentar transformações significativas, representando nós de confluência social essenciais ao cotidiano da cidade. Não se pode pensar na praça, enquanto espaço livre público, como um objeto isolado, mas como um elemento intrínseco à cidade. As praças são lugares para ver e ser visto, para comprar e fazer negócios, para passear e fazer política, ou seja, espaços onde as pessoas atuam de forma individual e coletiva.

Para Silvio Macedo e Francine Sakata (2002) parque urbano é um espaço livre público estruturado por vegetação e dedicado ao lazer da massa urbana, que atende a uma gama de solicitações de lazer, tanto esportivas quanto culturais, não somente lazer contemplativo. A existência de vegetação arbórea é fundamental, pois é ela que diferencia o parque das demais áreas verdes, além dos tipos de uso, funções e morfologia.

O parque urbano é um espaço estruturado por elementos naturais, como vegetação, relevo, águas, destinado ao convívio social múltiplo, tendo como base o lazer e possibilitando diversas formas de interação entre as pessoas, compatibilizando ações de conservação ambiental. Sua função primordial varia de acordo com as condições locais, podendo ser recreativo ou de conservação.

Segundo o Ministério do Meio Ambiente, parque urbano é uma área verde com função ecológica, estética e de lazer, mas com uma extensão maior que as praças e jardins públicos. De acordo com o art. 8º, § 1º, da Resolução CONAMA n. 369/2006, considera-se área verde de domínio público "o espaço de domínio público que desempenhe função ecológica, paisagística e recreativa, propiciando a melhoria da qualidade estética, funcional e ambiental da cidade, sendo dotado de vegetação e espaços livres de impermeabilização".

Segundo Bèguin (1991), a maquinaria do conforto idealizado pela cultura dominante, controlava o comportamento social nos parques públicos, pois este era considerado como espaço extensivo da casa. Corroborando com essas ideias, Panzini (2013) indica que a abertura dos parques ao público urbano “foi consolidando um modelo cultural: encontrar-se, passear de acordo com um ritual codificado, exibir a pompa e as roupas foram costumes que passaram dos primeiros parques aristocráticos para os parques urbanos”.

Embora as praças e os parques tenham sido planejados segundo a ótica das elites, também foram criados estes equipamentos nas periferias das cidades, sob o marco conceitual do higienismo, buscando melhores condições sanitárias associadas à existência de árvores e espaços onde elas pudessem ser plantadas, com vistas à purificação do ar e o combate de doenças e epidemias.

No século XX ocorrem as conquistas na área social, tais como: redução da jornada de trabalho, descanso semanal remunerado, férias anuais, aposentadoria, entre outras. Estas conquistas possibilitaram o aparecimento do tempo livre e do acesso ao lazer e ao turismo, apesar de extensas camadas da população que não tinham acesso a um mínimo de bem estar material. A população urbana ultrapassa a rural e o homem das cidades perde paulatinamente o contato com o mundo natural. A vegetação é completamente alterada no sítio urbano, existindo apenas na forma de arborização (paisagismo) de algumas ruas e praças ou nos quintais de algumas periferias ou bairros mais abastados. Os parques urbanos são em número e área reduzidos, e muitos não cumprem as funções ambientais relacionadas à conservação de espécies de fauna e flora nativa, produção de água, controle de erosão, entre outras.

A partir da segunda metade do século XX, os parques e áreas livres de uso comum, outrora inseridos nos ideais da cidade industrial, ganham novas configurações e passam a assumir um caráter de resistência no confronto de diferentes percepções da vida urbana e, embora não tenham se libertado dos pressupostos higienistas, procuram responder à diversidade cultural, paisagística e ambiental.

A reestruturação urbana proposta para Barcelona (Espanha), por conta das Olimpíadas de 1992, configurou um modelo denominado “Plano Barcelona 2000”, que se tornou um paradigma para as intervenções urbanas em todo mundo. Esse plano introduziu nos espaços públicos urbanos o protagonismo do poder público, prevendo intervenções estratégicas. Os parques urbanos foram transformados em um instrumento urbanístico fundamental para o resgate da cidade democrática contemporânea, seriamente ameaçada pela dissolução, fragmentação e privatização dos espaços, nos quais as atividades de lazer têm um papel fundamental para elevar os cidadãos em uma perspectiva crítica, criativa e libertadora (ABRAHÃO, 2008, p. 44/45).

No início do século XXI, os espaços livres de uso público vêm assumindo os pressupostos da cidade sustentável, na qual a presença da vegetação é um componente relacionado à qualidade de vida, integrando território e paisagem em uma malha que produz benefícios sociais e culturais para a coletividade. As propostas de praças de esporte e lazer, os parques de entretenimento, os lugares para manifestação política, as áreas verdes, entre outras são essenciais para o bem-estar de todos.

As praças e parques urbanos mudaram suas funções ao longo da história, sendo atualmente uma das maiores expressões de luta pelo direito à cidade, proporcionando a convivência e interação entre as pessoas, práticas de lazer e turismo, atividades ecológicas e de expressão da verdadeira cidadania e consolidação da vida democrática.

3.1 A complexa implementação dos espaços públicos

De acordo com a Conferência Habitat III, no Documento Temático 11 Espaço Público (ONU, 2015), os espaços públicos, nos últimos trinta anos, se metamorfosearam e estão sendo altamente comercializados e substituídos por edifícios semi públicos ou privados, o que resulta a exclusão social e a separação de classes. Observa-se o declínio da utilização dos espaços públicos em decorrência de inúmeras razões, entre elas: o aumento do total de taxas de criminalidade, a supervalorização do terreno urbano, a revolução tecnológica da comunicação e a priorização no uso do transporte motorizado. Como resposta ao aumento da violência, houve um crescimento de condomínios verticais e horizontais fechados e shoppings centers, cercados por muros e instalações de segurança de alta tecnologia, em quase todas as cidades da América Latina.

Segundo Lewis Mumford (1998) o surgimento do transporte motorizado no século XX acarretou grandes impactos na relação da cidade e os espaços públicos. O veículo passa a ser o principal protagonista no desenho das cidades. O planejamento de acordo com o transporte individual trouxe grandes danos para a cidade: “ hoje, o meio mais popular e eficaz de destruir uma cidade é a introdução de autoestradas expressas de muitas pistas, especialmente as elevadas no núcleo central” (MUMFORD,1998, p.47).

Para François Ascher (1998) os atuais modos de produção do território e do urbano são regidos por lógicas generalizantes que transcendem as peculiaridades socioculturais, ambientais e econômicas locais. Porém, a produção do espaço continua replicando paradigmas, por exemplo: proliferação de espaços alheios às preexistências; ocupações em áreas de risco, de preservação ambiental ou pertencentes ao Estado; contraposição entre centralidades e periferias; enfraquecimento dos valores históricos, do patrimônio, da memória coletiva e do próprio tecido urbano tradicional; degradação ambiental.

A complexidade e intensificação do processo de urbanização trouxeram um crescimento exagerado de novas edificações, um aumento da densidade e os problemas de tráfego de veículos. O processo urbano de privatização, fragmentação

e dissolução contribuem para o desaparecimento dos espaços públicos como espaços de cidadania.

Os circuitos de consumo de bens materiais e simbólicos, como shopping centers e hipermercados, se multiplicaram e desenharam uma configuração urbana que alterou o mercado de terras e valores imobiliários, provocando redistribuições demográficas e deslocamentos populacionais, mas também redefinindo as dinâmicas locais da economia popular.

As novas realidades do trabalho e do não-trabalho modificaram os espaços urbanos e a experiência social, refazendo o jogo de referências entre trabalho e moradia, alterando a própria experiência urbana. É um outro traçado urbano, seguindo a nova geografia dos empregos e as novas polaridades e segmentações entre os reduzidos empregos estáveis e os diversos empregos precários.

O universo das periferias pobres é também redesenhado por um intrincado e multifacetado jogo de atores, com práticas que mobilizam redes e circuitos muito diferentes nas suas extensões, vinculações e implicações nas dinâmicas locais. São eles: “entidades sociais” e suas parcerias com os poderes locais para a implementação de programas sociais diversos; ONGs com suas vinculações em redes de extensões variadas; partidos políticos e seus agenciamentos locais; movimentos de moradia e suas articulações políticas; associações comunitárias ancoradas na história local; igrejas e congregações evangélicas que vêm se proliferando com práticas associativas em torno de suas comunidades de fiéis. (TELLES, 2010, pag. 69-70)

Esse cenário de redefinição das referências e mediações da trama social, práticas urbanas, seus circuitos e deslocamentos, faz crescer a pobreza, o desemprego e a precariedade urbana. Como nos ensina Alba Zaluar (2004), é preciso investigar a linha de sombra que perpassa a cidade inteira, em que se articulam a sedução encantatória do moderno mercado de consumo e o bloqueio de chances promissoras no mercado de trabalho, as práticas ilícitas que atravessam a dita economia informal, com suas capilaridades nas práticas cotidianas e nas tramas da sociabilidade popular, exigindo a construção de parâmetros descritivos para colocar em perspectiva realidades urbanas em mutação.

A arquitetura das cidades reflete, entre outras coisas, a realidade política e socioeconômica delas. Nesse sentido, a propagação dos ambientes privados não democráticos refletiu no abandono dos espaços públicos, sendo imperiosa a sua reconquista.

> "A vida das pessoas se modifica com a mesma rapidez com que se reproduz a cidade. O lugar da festa, do encontro quase desaparecem; o número de brincadeiras infantis nas ruas diminui – as crianças quase não são vistas; os pedaços da cidade são vendidos, no mercado, como mercadorias; árvores são destruídas, praças transformadas em concreto.[...] Os habitantes parecem perder na cidade suas próprias referências.[...] O mundo dos homens é cada vez mais o mundo da mercadoria e do que é possível comprar. A relação das pessoas – mediada pelo dinheiro – passa pela relação das coisas.[...]" (CARLOS, 2018, p. 19)

As incorporadoras sempre estão em busca de terrenos disponíveis, utilizando de estratégias junto ao poder público para retirar a população nativa em busca da especulação imobiliária. A verticalização das cidades significa o anonimato e o distanciamento das pessoas, prejudicando a convivência nos espaços públicos.

As cidades são postas como mercadoria no modelo neoliberal do planejamento estratégico. A lógica da empresa é imposta na cidade, a qual estará sempre em competitividade no mercado imobiliário. As imagens são criadas e elaboradas de forma que atraia o máximo de investidores, porque ao projetar a cidade já focam os capitais que serão injetados nas áreas específicas da malha urbana.

> "Em síntese, pode-se afirmar que, transformada em coisa a ser vendida e comprada, tal como a constrói o discurso do planejamento estratégico, a cidade não é apenas uma mercadoria mas também, e sobretudo, uma mercadoria de luxo, destinada a um grupo de elite de potenciais compradores: capital internacional, visitantes e usuários solváveis". (VAINER, 2000, p.83)

Richard Sennet (2016), em seu livro O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade, discute sobre a morte do espaço público, na medida em que a cultura do narcisismo vai avançando no interior da cultura social. A morte do espaço público pode estar relacionada ao fato da pessoa, ao se isolar num veículo e exercer o direito de se movimentar sem ser interrompido, passa a não perceber o espaço à sua volta.

Diversos estudos hoje objetivam compreender a função, significado, importância e mutações do espaço público. Ele é o espaço da cidade pertencente a todos, através do qual a conhecemos, caminhando e observando, devendo promover a cultura urbana e práticas sociais para o exercício da cidadania, diversidade e democracia.

> “As cidades latino-americanas estão estigmatizadas com o ponto de vista europeu dominante. A partir do discurso hegemônico, essas cidades sofrem, intensamente, de deficiências crônicas motivadas por uma coleção de desastres justapostos: a congestão galopante, o excessivo protagonismo dos automóveis, as fraturas irreparáveis do território, a agorafobia que favorece a proliferação de áreas cercadas, o abandono do espaço público e, supostamente o mais grave, um crescimento interminável de dinâmicas informais que obstruem qualquer tentativa reguladora”. (PERAN, 2011, p.60)

Atualmente as cidades estão sofrendo algumas mutações, sendo fragmentadas em prol dos interesses geopolíticos e econômicos, atreladas à produção flexível, à gestão neoliberal e ao planejamento urbano estratégico. Elas não têm respondido as demandas por espaços que promovam o encontro, transformando o espaço público em simples passagem. Marc Augé (2006) define que os não lugares se apropriaram das cidades, extinguindo a função do encontro e da socialização, podendo provocar uma perda de nós mesmos como grupo e sociedade e prevalecer apenas o indivíduo.

> “Se definirmos o não lugar não como um espaço empiricamente identificável (um aeroporto, um hipermercado ou um monitor de televisão), mas como o espaço criado pelo olhar que o toma como objeto, podemos admitir que o não lugar de uns (por exemplo, os passageiros em trânsito num aeroporto) seja o lugar de outros (por exemplo, os que trabalham nesse aeroporto) ”. (AUGÉ, 2006, p. 116)

Na contemporaneidade observa-se a aceleração do tempo e a virtualização do espaço, transformando o uso e a vivência, assim como as pessoas: “todos nós temos a impressão de estarmos sendo colonizados, mas sem que saibamos ao certo por quem” (AUGÉ, 1998, p. 7). De certa forma, os “não lugares” podem provocar uma perda de nós mesmos como grupo e sociedade e prevalecer apenas o indivíduo isolado.

Nesses tempos de capitalismo globalizado, as transformações se superpõem em velocidade cada vez mais acelerada, o passado parece se esvanecer na experiência social, ao mesmo tempo em que o futuro se torna indiscernível pela imprevisibilidade e aleatoriedade de fatos, acontecimentos e circunstâncias que parecem operar apenas sob a lógica do mercado e seus imperativos. É como se vivêssemos um presente inteiramente capturado pelas urgências do momento, e não nos restasse muito mais do que a sua gestão cotidiana, ou seja, apenas viver no presente imediato.

Essa efemeridade se reflete na construção urbana por conta do esfacelamento das referências cognitivas e normativas que devem pautar o debate e suas polêmicas

internas. Parece que se perderam as conexões que articulam o econômico, o político e o social, sendo que a economia se sobrepõe radicalmente aos demais campos do conhecimento.

Outro aspecto relevante na dinâmica da cidade contemporânea, especialmente na implantação dos espaços públicos, é o que se convencionou chamar de cultura do medo. Em uma realidade urbana marcada pela segregação e auto segregação, o medo de sofrer violência ou ser vítima de crime é um fenômeno marcante dos tempos atuais, diretamente relacionado às desigualdades sociais e econômicas.

Atualmente a paisagem urbana é marcada por muros, grades, câmeras, cercas elétricas, serviços de vigilância privada, policiamento ostensivo, entre outros, que refletem um paradoxo: quanto maior a expansão dos mecanismos de controle social e segurança, maior a sensação de insegurança da sociedade.

Ensina Pastana (2005) que a cultura do medo consiste no somatório de valores, comportamentos e senso comum que, relacionado à questão da criminalidade, reproduz a ideia hegemônica de insegurança, consolidando o autoritarismo e a negação de princípios democráticos. Esta cultura produz transformações nas relações sociais, desde a esfera da produção econômica até o imaginário individual e coletivo, impactando o cotidiano das pessoas e suas relações entre si e com o espaço público.

Segundo Zygmunt Bauman (2009), hoje se vive nas sociedades mais seguras que já existiram, contudo, as pessoas se sentem amedrontadas, em pânico. Isso se reflete não apenas no “medo dos crimes e dos criminosos”, mas em uma recusa do exercício das interações sociais e dos mecanismos de solidariedade humana. Afirma o autor que a sensação de insegurança coincide com o ressurgimento do rótulo das “classes perigosas”, atribuído à uma massa de desempregados, subempregados, desocupados e egressos do sistema prisional que são vistos como pessoas descartáveis sob a lógica dos valores neoliberais. Não se acredita na reinserção social das pessoas que praticaram delitos, devendo o Estado se limitar à aplicação de medidas de contenção, em um cenário de incentivo aos mecanismos de repressão e violência policial.

A mídia exerce um grave e relevante papel como catalisadora do medo na sociedade contemporânea. O processo de produção da informação reproduz a concepção dominante sobre a violência e os criminosos, onde a realidade dos fatos é desprestigiada em favor de uma abordagem sensacionalista, na busca por maiores índices de audiência. As notícias sobre criminalidade são tratadas com ênfase e de forma reiterada, fazendo surgir nas pessoas a sensação de que aqueles acontecimentos são predominantes no cotidiano, sem considerar as estatísticas e pesquisas sobre o assunto.

Zygmunt Bauman (2001) define a “modernidade líquida” caracterizada pelo esvaziamento do espaço público, pela expansão do espaço privado e pelo aumento da segregação socioespacial, decorrentes da sobrevalorização econômica. Para o autor o papel da cidade no século XXI está baseado na cultura do medo, que se tornou uma prática discursiva apoiada por interesses hegemônicos dos meios políticos, econômicos e de comunicação de massa. Como consequência, enfatiza o declínio das interações sociais e do contato com a natureza, resultando no abandono dos espaços públicos.

O processo de fragmentação da cidade, pautado na desvalorização do espaço público, gerou os “enclaves fortificados”, como os shoppings centers e condomínios fechados, que consistem em espaços privatizados e monitorados para consumo, trabalho, moradia e lazer das classes privilegiadas, que adaptam seus comportamentos em decorrência do medo. A ideia de um ambiente totalmente seguro é o principal atrativo desses locais, que supostamente estão imunes à prática de crimes e, ainda, impedem o acesso de “pessoas indesejadas”.

O comportamento urbano pautado no medo impulsionou o consumismo desenfreado, pois nestes espaços segregados as pessoas são expostas a toda uma gama de produtos, serviços e necessidades, muitas vezes supérfluos, que refletem um modo de vida individualista e excludente, fomentado pela propaganda comercial. As aspirações consumidoras são muito superiores à capacidade econômica da maioria da população, criando-se barreiras não somente físicas entre as pessoas, mas também culturais e psicológicas, onde os laços comunitários são fortemente enfraquecidos e as interações no espaço público cada vez mais desprestigiadas.

Na cidade contemporânea o interesse e a maneira de experenciar o espaço urbano estão em constantes transformações em razão das inúmeras transições vivenciadas pelo usuário, principalmente sendo resultado da evolução tecnológica, que tem provocado as mudanças dos hábitos de viver em sociedade. Após o surgimento da internet, a chegada dos computadores e posteriormente dos smartphones, o espaço virtual passou a ser parte fundamental no dia a dia do cidadão. Essas novas práticas de agregação social e de comunicação foram responsáveis pela transformação das relações interpessoais estabelecidas entre os indivíduos.

A tendência da atual revolução tecnológica é desagregar as formas estabilizadas dos lugares especializados, sejam eles a casa, trabalho, supermercado, etc. Observamos que tudo está em constante mudança e o ritmo da vida é ultrapassado, ou seja, o ser humano não consegue acompanhar o novo tempo. Marc Augé (2006) aponta que os "não lugares" podem provocar uma perda de nós mesmos como grupo e sociedade, prevalecendo agora apenas o indivíduo "solitário".

Se nós mesmos nos perdemos dentro dessa avalanche de conhecimentos, a relação com o outro é extremamente reduzida, se não anulada. Observa-se que as pessoas não dispõem de tempo para parar e vivenciar os lugares, sempre estão de passagem. Segundo Marc Augé (2006) "O não lugar é o espaço dos outros sem a presença dos outros, o espaço constituído em espetáculo".

Paola Berenstein (2016) aponta que o urbanista precisaria buscar se perder na cidade, experimentá-la através dos erros de percurso, preocupando-se em vivenciar o espaço urbano na prática, ao invés de adentrar no projeto virtualizado teorizado. O principal objetivo seria o arquiteto urbanista compreender o cotidiano, as reais necessidades daquele espaço específico de forma a propor algo que corresponda as expectativas e a identidade do lugar.

> "O urbanista errante – que, como no caso do arquiteto urbano, seria sobretudo uma postura com relação ao urbanismo enquanto disciplina e prática – seria aquele que busca o estado de espírito errante, que experimenta a cidade através das errâncias, que se preocupa mais com as práticas, ações e percursos, do que com as representações gráficas, planificações ou projeções, ou seja, com os mapas e planos, com o culto do desenho e da imagem. [...] o devir errante do urbanista poderia ser visto como o contrário de um modelo urbanístico. A errância urbana seria uma apologia da experiência da cidade, que poderia ser praticada por qualquer um. A

> questão central do devir errante do urbanista também estaria na experiência ou prática urbana ordinária, diretamente relacionada com a questão do cotidiano". (JACQUES, 2016, p.118)

Michel de Certeau (2012) faz uma distinção entre espaço e lugar no urbanismo: "O espaço estaria em relação ao lugar da mesma forma que a palavra quando é pronunciada. Em suma, o espaço é um lugar praticado". Certeau se apoiava na tradição fenomenológica que remete a noção de espaço a uma relação singular no mundo, à dimensão existencial de um lugar habitado, de forma que a atividade qualifica o espaço. Ele concentrava sua atenção nos espaços públicos: as calçadas, as esplanadas, as praças, onde há trânsito e densidade.

A cidade como lugar de desejo é também abordada por Certeau, que valorizava nela o quadro de itinerários múltiplos. Para o autor, o espaço praticado se encarnava no caminhar de seus habitantes. São os gestos, as práticas, as artes de fazer e as narrativas do cotidiano que constituem os verdadeiros arquivos urbanos.

O espaço público, desde sua primeira concepção, indica ser um lugar de livre acesso a todos, um espaço democrático e que cumpra seu papel social. Porém, com as novas tecnologias de comunicação, constatamos um distanciamento entre as pessoas através de relações essencialmente virtuais, em detrimento da vivência e da troca de experiências reais. Em razão disso, restam prejudicadas as verdadeiras interações entre as pessoas com o ambiente da cidade.

O ambiente comum da cidade necessita ser um lugar que atraia as atenções dos usuários de maneira que sintam vontade de explorá-lo. O indivíduo deve ser o protagonista desse lugar, podendo assim interagir, transformar, modificar e usufruir intensamente o espaço, reagindo a novos estímulos e consequentemente assumindo um novo papel.

Com objetivo de se adequar aos novos anseios e solicitações da cidade contemporânea, algumas metrópoles já estão passando por essa ressignificação dos espaços públicos. Essa mudança vem ocorrendo em Medellín, Copenhague, Barcelona e em Curitiba, onde se aplicam o planejamento urbano responsável através de intervenções que enfatizam a vivacidade, acessibilidade, a cultura pedonal e ciclista, transporte coletivo sustentável, diversidade de usos, ruas e bairros

multifuncionais e enfraquecendo a cultura do individualismo e das experiências apenas virtuais.

3.2 A função dos espaços públicos em Goiânia

O projeto para a cidade de Goiânia aconteceu em um período de transformação da arquitetura e do urbanismo no Brasil. Atílio Corrêa Lima, encarregado da concepção do plano urbanístico, destaca-se a relevância da monumentalidade, arborização, topografia e zoneamento. A topografia fundamentou o partido urbanístico enfatizando o centro administrativo, e, através dele, se pode observar todos os pontos da cidade.

> "Corrêa Lima deixa evidente que para atender plenamente à vida moderna o plano de uma cidade deveria ter em conta a independência econômica da cidade, além de se preocupar com outros elementos. O zoning é encarado no urbanismo moderno deste período como a grande ferramenta para o satisfatório sucesso do planejamento urbano. [...] Corrêa Lima entende que o zoneamento deveria ser aplicado de uma forma que não limitasse em demasia a liberdade do proprietário e, por isso, mesmo abraçando o ideário moderno, o zoning em Goiânia não foi tão rigoroso. A cidade foi dividida em cinco grandes zonas com os usos separados: a praça central concentrando toda a estrutura administrativa do Estado e Município; um setor comercial na confluência da Avenida Pedro Ludovico (futura Avenida Goiás, um dos três eixos principais que nascem da praça central) com a Avenida Anhanguera; a região norte da cidade, no outro extremo do eixo principal, próximo à estação ferroviária, está em posição de destaque fazendo um contraponto com o próprio palácio em um dos polos visuais da principal perspectiva elaborada pelo arquiteto [...] "(VIEIRA, 2011, p. 58, 59).

Goiânia foi prevista para uma população de 50 mil habitantes, mas a área da cidade não foi fixada para esse número, possibilitando sua extensão (MANSO, 2001). Em 1935 Attílio rompeu o contrato com o governo do estado de Goiás e os trabalhos foram assumidos pela empresa Coimbra Bueno & Cia Ltda, de propriedade dos irmãos Abelardo Coimbra Bueno e Jerônimo Coimbra Bueno.

O governo passou a concentrar em suas mãos as áreas urbanas e rurais, com objetivo de impedir a especulação imobiliária já prevista desde a época. Porém, logo após inicia-se as tendências especulativo imobiliárias que vinham determinando as demandas e alterações no plano da cidade, principalmente com a atuação dos irmãos Coimbra Bueno.

O governo de Goiás, então, contrata o engenheiro carioca Armando Augusto de Godoy para a revisão do plano de Attílio, no qual permanece o instinto urbanista moderno para a capital, tendo como influência outro modelo de cidade: a cidade-jardim na concepção de Ebenezer Howard, autor da proposta da Cidade Jardim em 1898.

Godói, ao fixar o espaço de Goiânia dentro de um perímetro fechado e limitar sua população, desestrutura a ideia de expansão da cidade, como propusera Attílio. O traçado do Setor Sul, com suas vias curvas e quadras fechadas em si mesmas, apresenta-se desconectada do projeto de Attílio que tinha um desenho claro e funcional. Godói não considerou a realidade econômica, social e política, como consequência assistimos a desfiguração e abandono do referido bairro.

Segundo Maria Oliveira (2005) no período de 1950 a 1964, ocorreu o avanço acelerado no número de loteamentos feitos pela iniciativa privada em Goiânia. Em 1964 a 1975, houve um rápido crescimento populacional que impulsionou a multiplicação dos loteamentos de forma descontrolada e sem restrições. De 1975 a 1992, a implantação dos conjuntos habitacionais induziu a expansão urbana, a alteração no sistema viário da cidade e interligou eixos e regiões. Após os anos 1992, inicia-se a proliferação dos condomínios fechados na capital, provocando o deslocamento da camada de alta renda para as áreas periféricas e o aumento de áreas segregadas.

O desenvolvimento de Goiânia segue a característica de cidade verticalizada, principalmente a partir do Plano Diretor de 2007, por opção da Prefeitura. Para os técnicos, o aumento da densidade é mais favorável ao município, por reduzir os custos de infraestrutura e mobilidade, trazendo o conceito de cidade compacta, com o objetivo de adensar, principalmente nos eixos de transporte. Para o novo Plano Diretor pretendem que se tenha uma verticalização linear, ao longo dos eixos da capital, e não mais espalhada como ocorreu a partir de 2007.

Embora seja uma cidade jovem, com 86 anos de fundação, possui população estimada em 1,5 milhão de habitantes (IBGE/2019), sendo marcada por relações urbanas multifuncionais que extrapolam seus limites municipais, tendo uma Região Metropolitana formada por outras 20 cidades. A capital vem passando por transformações significativas, tais como: problemas de trânsito, inchaço das periferias, falta de postos de trabalho, violência urbana, déficit habitacional, aumento da pobreza e de moradores de rua, entre outros.

Problemas relativos à acessibilidade urbana são um desafio atual da metrópole Goiânia e sua Região Metropolitana, exigindo uma gestão compartilhada dos

interesses em comum, bem como das especificidades de cada cidade. A ocupação desenfreada do solo, a falta de prioridade ao transporte público, ao ciclista e ao pedestre nos deslocamentos urbanos são alguns dos principais fatores que dificultam a promoção da acessibilidade (Ministério das Cidades, 2007; Ipea, 2001).

Segundo Boareto (2003) o sistema de transporte coletivo tem perdido passageiros que optaram por motocicletas e automóveis em seus deslocamentos, agravando as condições de acessibilidade e mobilidade urbana. Ferraz (1998) relata que o transporte coletivo contribui significativamente para a garantia da democracia da mobilidade, pois facilita o deslocamento das pessoas, reduz congestionamentos, facilita a dinâmica do trabalho e melhora o uso e a ocupação do solo urbano. A equidade e a integração do território são fundamentais para promoção da acessibilidade e mobilidade, devendo os espaços urbanos estarem devidamente interligados e dotados de infraestrutura, considerando os contextos local e metropolitano.

Percebe-se mudanças expressivas no uso e na apropriação do espaço público goianiense decorrente do fluxo crescente do tráfego, juntamente com algumas intervenções, que tornaram as praças e canteiros centrais apenas em ambientes de passagem e não como lugares de convivência e interação. Como ensina Ana Fani Carlos (2018), a priorização do transporte motorizado muda radicalmente a paisagem da cidade e de suas ruas e avenidas, priorizando o movimento e transformando-se em local de deslocamento, o que importa é o percurso e não mais o espaço. A metrópole é transformada para ser vista em movimento, como alusão à velocidade do mundo moderno, isolando e segregando os espaços antes destinados ao uso público. Segundo Schor (1999) o automóvel é um importante referencial do capital e das transformações urbanas do século XX, ocupando o espaço, o tempo, os valores e as prioridades da vida cotidiana nas grandes cidades.

Goiânia continua se expandindo de forma desordenada e dispersa, mesmo sendo uma capital planejada. A capital vem sofrendo com o declínio dos espaços públicos e está sendo refém de uma intensa especulação imobiliária e financeira. Por se tratar de uma capital em crescimento, o espaço público está diretamente ligado à lógica de consumo. Grande parte dos espaços ditos “públicos” não atendem de forma eficiente

a população, e em alguns casos resultam na extensão do quintal dos condomínios verticais.

Os espaços públicos de Goiânia vêm perdendo grande parte de seus usos em razão da inadequação dos projetos, falta de manutenção, ausência de mobiliário adequado, dificuldades de acesso e má distribuição na malha urbana, provocando a perda gradual da identidade cívica na cidade. Além disso, as novas configurações sociais, o surgimento crescente de novos bairros e a busca por ambientes privados destinados ao consumo contribuíram para o esvaziamento dos espaços públicos da capital.

Observa-se um considerável crescimento do número de condomínios horizontais fechados em Goiânia. De acordo com a Associação das Empresas do Mercado Imobiliário de Goiás - ADEMIGO, a capital já possui 255 (duzentos e cinquenta e cinco) condomínios horizontais (2018), o que representa 70% do total existente no estado. Bernardes e Soares (2007) consideraram Goiânia a terceira capital do país em número de condomínios fechados, proporcionalmente ao número de habitantes.

Os condomínios fechados horizontais representam uma modificação no conceito do uso do solo urbano promovida pelos empreendedores imobiliários, onde o “habitar” é transformado em um estilo de vida que representa status e evidencia as diferenças sociais que marcam o tecido urbano da capital, especialmente porque esses equipamentos urbanos são instalados em áreas periféricas, onde a precariedade da paisagem externa predomina. O diferencial dos condomínios horizontais em relação aos verticais é no espaço destinado para equipamentos de uso coletivo, como praças, lagos, mercados, playgrounds, quadras esportivas, campos de futebol existentes nos primeiros, o que possibilita a seus moradores uma vida intramuros, dissociada da dinâmica da vida social extramuros.

Os modelos de condomínios fechados e shoppings centers, embora sejam importantes do ponto de vista econômico, não podem ser referências no desenvolvimento urbano, pois provocam a segregação e exclusão de pessoas, resultando no aumento da violência, no enfraquecimento do comércio de rua, no surgimento de áreas públicas deterioradas e terrenos em desuso, o fomento da especulação imobiliária, a expropriação de mais valia sobre o território, dentre outros problemas.

As desigualdades na paisagem da capital, que funcionam como causa ou efeito de outros problemas urbanos, geram um círculo vicioso de difícil resolução. Segundo Relatório do Fórum Urbano Mundial da Organização das Nações Unidas (ONU, 2010), Goiânia é a cidade primeira colocada no Brasil e a décima no mundo em desigualdade na distribuição de renda. A pesquisa foi baseada no Índice Gini, que compara os 20% mais pobres com os 20% mais ricos, alcançando o primeiro grupo 3,34% e o segundo 63,06% da riqueza em Goiânia.

Segundo Flávio Villaça (2007) a segregação urbana é promovida pelos extratos mais privilegiados da sociedade para favorecer sua própria reprodução social ao disputar localidades capazes de comprimir seus tempos e espaços de deslocamento para dispor dos sistemas de recursos urbanos (melhores empregos, saúde, cultura, educação, consumo, lazer) de maneira mais eficiente. Para Aristides Moysés (2004), Goiânia é uma cidade fracionada e fragmentada, em razão de um planejamento urbano que se consolidou em uma visão de mundo excludente, praticada por sua elite social.

Afirma Maria Oliveira (2002) que Goiânia já surgiu com o seu espaço tomado pela lógica do valor de troca, que se traduziu na desigualdade da ocupação de seu território. Segundo Moraes (2003), Goiânia foi construída sob o prisma do urbanismo moderno e da transformação política dos anos 1930. Além disso, sua consolidação foi intensamente estruturada em conjuntos habitacionais, vilas e loteamentos semiurbanizados, ou por terrenos caracterizados como áreas de ocupação.

Goiânia surgiu como precursora para a interiorização do Brasil, sendo marcada por dinâmicas socioespaciais que provocaram um exponencial crescimento da população, formada por imigrantes de toda parte do país e de todos os extratos sociais. A capital se tornou atraente para um contingente de pessoas pobres, em busca de melhores condições de vida, mas também para executivos de grandes empresas e indústrias que se instalaram, atraídos por novos fluxos de negócios.

Schwartzman (2004) afirma que as diferenças em educação são o principal componente da desigualdade de renda, no entanto, se não existem novas oportunidades de trabalho, a expansão da educação pode funcionar apenas para distribuir os postos existentes conforme as credenciais educacionais, que dependem do capital cultural e dos recursos financeiro do indivíduo e suas famílias. Uma oferta

maior de oportunidades educacionais pode reduzir o valor das credenciais, mas não levaria, por si só, à criação de riqueza adicional.

Segundo Vera Telles (2010), grades complexas de indicadores sociais e sofisticadas cartografias urbanas fazem o traçado da pobreza no conjunto da cidade, dos pontos críticos de concentração da exclusão territorial e vulnerabilidade social à distribuição desigual dos equipamentos urbanos e serviços sociais. E no seu conjunto vão desenhando os contornos de uma cidade muito desigual, mas também heterogênea, com diferenciações importantes e compondo territórios da pobreza.

As mudanças constantes no cenário político, econômico e social influenciam diretamente no desenvolvimento urbano da capital, provocando um aumento do distanciamento entre pobres e ricos, mas fazendo-os viverem no mesmo espaço territorial, porém com usos, hábitos e interações distintas.

Percebe-se que o planejamento urbano de Goiânia se desenvolveu na busca do fortalecimento político e econômico de suas elites e, em seguida, do mercado imobiliário, o que aumentou as desigualdades e enfraqueceu o espaço público, no qual a distinção social se materializa a partir do lugar que as pessoas habitam e em suas relações na dinâmica da cidade.

Os investimentos públicos em Goiânia, realizados pelas diversas administrações, ocorreram de maneira assimétrica, privilegiando o interesse do investidor privado, especialmente em relação às áreas verdes. A maior parte dos recursos foi destinada a uma pequena parcela da cidade, ocorrendo a criação de um grande volume de bairros, setores, vilas, condomínios e shoppings centers, intensificando a percepção das desigualdades sociais e territoriais. Esta expansão está aliada a segregação e a vida intramuros, representada por edifícios multifuncionais e comerciais, condomínios horizontais e verticais fechados e uso impositivo do automóvel particular.

3.3 O marketing imobiliário

O conceito de marketing remonta às décadas de 1960 e 1970, época em que as empresas norte-americanas passaram a ser influenciadas por fortes pressões sociais e empresariais, que exigiam um maior dinamismo da cadeia de produção. A partir da década de 1980, visando estimular as vendas do crescente mercado de consumo, o termo marketing foi adotado e tornou-se expressão especializada e dominante no mercado de livre oferta e de negociação de produtos e serviços. Nesse período, a indústria, que estava relacionada somente à produção, passou a estar ligada mais às vendas e ao consumidor final, com técnicas de negociação bastante aprimoradas (DUARTE; CZAJKOWSKI JUNIOR, 2007).

A atual percepção do marketing é a de um processo social e gerencial para que pessoas e empresas possam obter aquilo que necessitam e desejam, através da criação, oferta e livre negociação de produtos e serviços de valor, segundo uma abordagem voltada ao comprador. O que se visa é criar uma imagem, uma percepção, um posicionamento na mente dos consumidores, que devem ser conquistados por determinado produto em razão de seu diferencial competitivo (KOTLER, 2000).

Nos primeiros anos da construção de Goiânia já havia uma ideia pautada pela atração de novos moradores e pela venda de lotes, tendo a capital um plano urbanístico original com elementos relacionados à conservação da natureza. Seguindo os conceitos de cidade-jardim, a capital apresentava em seu traçado amplas áreas de arborização, praças, parques e integração das edificações com jardins (GRANDE; BOAVENTURA, 2015). Esse modelo de integração e de valorização da natureza pode ser considerado uma forma inicial de publicidade, que perdurou ao longo do tempo.

Silvio Macedo e Francine Sakata (2002) afirmam que as intervenções nas cidades contemporâneas são pautadas pelo marketing urbano, que retrata a importância dos espaços para a recreação e o lazer e, sobretudo, para a preservação da natureza. Nesse contexto, a temática do parque urbano passa a assumir um papel central no desenvolvimento dos planos e projetos urbanos (MACEDO; SAKATA, 2002, p. 7). Esses lugares passam a ser tratados como vetores estratégicos de valorização e venda de imóveis dos seus arredores.

As técnicas de marketing não são utilizadas somente por empresas, mas também por instituições públicas e gestores urbanos, que passaram a adotar o city-marketing (marketing urbano) nas políticas públicas e de divulgação das cidades. Neste contexto as cidades passaram a ser encaradas como mercadorias (DUARTE; CZAJKOWSKI JUNIOR, 2007).

No atual cenário de forças entre os poderes público e privado, existe uma clara confluência de interesses entre os governos e os setores empresariais, de forma que as práticas de city marketing para “vender a cidade” se tornaram tão ou mais importantes do que realizar um planejamento urbano eficiente, respaldado nas reais necessidades da população.

Garcia (1999) salienta que o processo de valorização da imagem das cidades foi acompanhado por uma notável expansão dos órgãos de comunicação e marketing dentro das respectivas estruturas administrativas locais. Além disso, a elaboração do planejamento estratégico urbano deixou de estar vinculada exclusivamente ao poder público, mas também acompanhado por segmentos empresariais, mídia local e grupos de pesquisa. Resta questionar em que medida a valorização da imagem das cidades é, de fato, decorrência da melhora da qualidade de vida de toda a população, ou apenas um processo para incrementar os negócios.

Segundo Fábio Duarte e Sérgio Czajkwski Junior (2007) o marketing urbano valoriza de forma distorcida a dinâmica real da cidade, pois beneficia apenas determinadas áreas, provocando uma realidade urbana deformada, que destaca somente determinados espaços, como se esses fossem acessíveis a todos os cidadãos.

Os moradores da cidade passam a ser tratados como consumidores dos espaços, tendo o marketing urbano a estratégia de valorizar partes específicas da cidade, elevando os valores do solo e atribuindo uma imagem que favorece a venda dessas áreas e os investimentos externos. Segundo Fernanda Sánchez (1999), essa prática passou a ser cada vez mais expressiva na elaboração das estratégias político-econômicas de administração da cidade, visando uma grande adesão, ou aceitação social desse modelo.

Marcos Antônio Gomes (2013) relata que, em relação aos discursos utilizados para a venda dos locais enobrecidos, o Estado canaliza a atenção para ser compreendido como uma entidade que está a serviço da população. Todavia, essa ideia não ocorre na prática, pois o que se observa é a ação apenas na valorização de determinados espaços urbanos, tais como parques e áreas verdes ou de lazer, situados em locais de interesse do mercado. Já os empreendedores imobiliários almejam atingir mais especificamente os objetivos que levam à venda de imóveis. Estes, valorizados pelos parques urbanos, estão vinculados à imagem de alto estilo e de padrão de vida elevado, marcados pela tranquilidade e harmonia de um lugar que se insere no contexto do caos urbano.

A partir dos anos 1980 são implementadas em Goiânia as novas estratégias de marketing urbano, promovidas por incorporadoras e construtoras que buscavam potencializar os lucros. Essa prática é ainda bastante comum na comercialização de apartamentos de alto padrão nas intermediações de praças e parques das regiões de maior poder aquisitivo.

Marcos Antônio Gomes (2013) relata que os discursos utilizados para a venda dos locais enobrecidos indicam que se está a serviço da população, porém o que se observa é a qualificação dos equipamentos públicos da cidade em determinados espaços urbanos, tais como praças, parques e áreas verdes ou de lazer, situados em locais privilegiados. Os empreendedores imobiliários querem potencializar a venda dos imóveis valorizados pelos parques urbanos, vinculando a imagem de alto estilo e de padrão de vida elevado, marcados pela tranquilidade e harmonia, que se contrasta com a realidade de caos urbano de outras regiões da cidade.

O desenrolar do parcelamento urbano, marcado por processos segregadores relacionados à polarização social e a busca de segurança, possibilitou a instauração em Goiânia dos chamados condomínios fechados, incentivando a migração de pessoas de alto poder aquisitivo (BENARDES; SOARES JUNIOR, 2007, p. 209).

O marketing imobiliário apresenta os parques urbanos como locais especiais que simulam um espaço imune aos problemas da vida cotidiana. A ideia dos parques urbanos como lugares relacionados à qualidade de vida é, todavia, uma ferramenta do processo de especulação imobiliária, utilizada pelo poder público e agentes

privados que vendem a imagem de uma cidade bem administrada e possuidora de belezas naturais, utilizando a natureza como mercadoria ou um item de promoção de valor agregado.

O planejamento urbano em Goiânia, pautado no marketing imobiliário, trata o tema da sustentabilidade urbana de forma equivocada, pois os problemas ecológicos e sociais, aparentemente solucionados com a melhora da imagem e a atratividade da cidade, via construção de parques em regiões privilegiadas, não atende os interesses da maioria da população.

O consumo das praças e parques como espaços relacionados à qualidade de vida é mascarado pela falsa ideia de sustentabilidade, que alcança o imaginário das classes privilegiadas, que são o alvo do processo de especulação. Para tanto, são utilizadas modernas formas de dominação e manipulação cultural e paisagística que vendem a imagem de uma cidade bem administrada e possuidora de belezas naturais. Assim, a mercadoria natureza torna-se um item de promoção de valor agregado (PERES; BARBOSA, 2010).

Os índices de áreas verdes em Goiânia, como indicadores das qualidades de vida e ambiental, são utilizados como representação da eficácia do poder público, propagando a ideia de qualificação da cidade. No entanto, a implantação desses equipamentos em áreas privilegiadas faz parte de um programa imobiliário para valorizar determinados espaços urbanos da capital em detrimento de outros.

Considerações Finais

Ao analisar Goiânia sob o aspecto do direito à cidade, no tocante aos espaços públicos de lazer (praças e parques), verificamos graves distorções entre as diferentes regiões da capital, o que evidencia a segregação social e territorial. As praças e parques são alocados de forma desproporcional à população, visando privilegiar interesses mercadológicos que não satisfazem o interesse coletivo.

Os recursos públicos não são destinados de forma equilibrada para atender todas as regiões da capital, gerando áreas públicas de qualidade e ricas em infraestrutura em poucos bairros privilegiados, em detrimentos de muitos outros. Não se coloca em prática o que é estabelecido no Plano Diretor, não prevê a utilização do território integrado de forma a qualificar o espaço público e garantir o convívio entre distintas populações e potencializar infraestruturas já existentes.

Os princípios da justiça urbana e da gestão democrática da cidade são deixados para trás, diante de uma gestão estratégica excludente, que nega o direito à cidade a maior parte da população. A capital está cada vez mais submissa ao mercado imobiliário, às grandes empresas e suas estratégias de marketing, o que vem gerando segregação, conflitos e desigualdade.

Parte da população goianiense vive refém de shoppings centers e condomínios fechados verticais ou horizontais, visando aparentemente mais segurança e melhor qualidade de vida. No entanto, tal comportamento é fruto do medo exacerbado reproduzido pela mídia, e por valores individualistas e elitistas que atendem apenas os interesses privados do mercado imobiliário.

Os poderes públicos na capital são omissos na formulação de políticas que favoreçam os reais interesses da cidade, quais sejam: equidade social; planejamento urbano inclusivo e participativo voltado ao cidadão; valorização das relações de comunidade e vizinhança; requalificação e disposição de novos espaços públicos; recuperação dos espaços intersticiais e residuais da malha urbana; apoio aos movimentos sociais e culturais; respeito à diversidade; valorização da mobilidade, priorizando pedestre, ciclista e transporte coletivo.

Ao invés de atender ao interesse público, observamos que as autoridades permitem a exclusão e o espraiamento da malha urbana da cidade, concentrando os

investimentos nas regiões de maior poder aquisitivo, em detrimento das outras de baixa renda. Os parques públicos, praças, espaços de arte, cultura e lazer, logradouros, áreas verdes e demais equipamentos que favorecem o convívio e o bem-estar social não estão acessíveis às camadas populares.

Estes espaços públicos não devem ser apenas projetos, diretrizes, políticas e usos, mas também locais que necessitam ser representativos para o cidadão, seus desejos e anseios. Por essa razão devem transparecer a identidade local e serem bastante convidativos, com objetivo de expor a comunidade que os utiliza e compartilha. Devemos compreender que o espaço urbano não é apenas um espaço físico, mas também de ideias e ideais. O Estado tem que existir para promover a inclusão social e a discussão nesses locais, através de atividades e políticas públicas que promovam a integração das pessoas.

É certo que Goiânia possui um relevante número de equipamentos públicos de lazer (praças, parques, bosques, áreas verdes etc), no entanto são distribuídos de forma evidentemente desproporcional entre as regiões da cidade, tanto em quantidade quanto em qualidade. Verifica-se que as políticas públicas não estão voltadas ao interesse coletivo, existindo um grave desequilíbrio na aplicação dos recursos, o que se constata pela ausência e precariedade da infraestrutura urbana de lazer nos bairros populares.

Abordamos experiências cotidianas de moradores de Goiânia para encontrar referências e mediações da trama social, tempos e espaços da experiência urbana, seus circuitos e deslocamentos visando compreender a complexidade e importância dos espaços públicos de lazer. As trajetórias e cenas urbanas em que elas transcorrem oferecem indicações sobre as lógicas e dinâmicas sociais em torno do exercício da cidadania e implementação da vida democrática. Nessa pequena abordagem foi possível constatar o quanto a desigualdade social brasileira é estrutural, pois, para além dos espaços públicos pesquisados, ela também está presente nos discursos acerca dos mesmos, dando a entender que a segregação advém de causas muito profundas e arraigadas, uma vez que se encontra naturalizada na própria linguagem.

A gestão pública da cidade deve existir para atender suas funções sociais e o bem-estar dos habitantes, atendendo aos desamparados, diminuindo as desigualdades, fomentando a diversidade, incentivando as práticas desportivas e culturais e promovendo o desenvolvimento sustentável, conforme preconiza a Constituição Cidadã do Brasil de 1988. As políticas públicas devem ser planejadas e executadas de forma a atingir e englobar os espaços públicos de forma equilibrada e igualitária, sem restrições e diferenciações de tratamentos urbanísticos e paisagísticos. É através de um processo democrático que se permite na arquitetura e no urbanismo melhores possibilidades para a cidade e sua população.

Referências Bibliográficas

ARANTES, Otília B. Fiori; Vainer, Carlos; Maricato, Ermínia. *A cidade do pensamento único.* Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

ARANTES NETO, Antonio Augusto. *O espaço da diferença.* Campinas: Papirus, 2000.

ARENDIT, Ednilson José. *Expansão Urbana em Campinas: Ocupação do Solo, Conseqüências Sociais e Atuação do Poder Público Municipal*. PUC - SP, 1993.

ASCHER, François. *Metapolis: acerca do futuro da cidade.* Trad. Álvaro Domingues. Oeiras: Celta, 1998.

ASCHER, François. *Os novos princípios do urbanismo.* Coleção RG bolso, volume 4. São Paulo: Romano Guerra, 2010.

ASCHER, François. Projeto público e realizações privadas: o planejamento das cidades refloresce. Cadernos IPPUR, Rio de Janeiro, ano VIII, n. 1, p. 83-96, abr. 1994.

AUGÉ, Marc. *Por uma antropologia da mobilidade.* Tradução: Bruno César Cavalcanti, Rachel Rocha de Almeida Barros; Revisão: Maria Stela Torres B. Lameiras. Maceió: EDUFAL: UNESP, 2010.

AUGÉ, Marc. *Não Lugares introdução a uma antropologia da supermodernidade.* Campinas: Papirus, 2006.

AUGÉ, Marc. *A guerra dos sonhos*. Oeiras: Celta Editora,1998.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BERNARDES, G. D.; SOARES JÚNIOR, A. A. *Condomínios Horizontais Fechados: reflexão sobre a configuração do espaço intrametropolitano de Goiânia.* Caxambu, MG: ANPOCS, 2006.

BORJA, Jordi e MUXÍ, Zaida. *El espacio público, ciudad y ciudadanía.* Barcelona: Electa, 2003.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei Federal n. 10.257, de 10 de julho de 2001. *Estatuto da Cidade*. Diário Oficial da União, Brasília, 11 jul. 2001.

CAFRUNE, M. E. *O direito à cidade no Brasil: construção teórica, reivindicação e exercício de direitos*. Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos, Bauru, v. 4, n. 1, p. 185-206, jan. 2016.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/Edusp. 2000.

CAMPANÁRIO, Milton de Abreu. *Mercado de terras e a exclusão social na cidade de São Paulo* in: KRISCHKE, P. J. Terra de habitação versus terra de espoliação. São Paulo: Cortez, 1984.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *A cidade: o homem e a cidade, a cidade e o cidadão, de quem é o solo urbano?* 9.ed, 3ª impressão. São Paulo: Contexto, 2018.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet, tradução Carlos Alberto Medeiros* -1ed- Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 2 morar, cozinhar* / Michael de Certeau, Luce Giard, Pierre Mayol. Tradução de Ephraim F. Alves e Lúcia Endlich Orth.11ª ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

CHAVES, Vanessa. In: *Goiânia está entre as 5 cidades com mais condomínios horizontais no Brasil, diz pesquisa.* Disponível em: <https://g1.globo.com/go/goias/mercado-imobiliario/noticia/2019/05/17/goiania-esta-entre-as-5-cidades-com-mais-condominios-horizontais-no-brasil-diz-pesquisa.ghtml> Acesso em: mai. 2019.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano.* São Paulo: Editora Ática, 1989.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Trajetórias geográficas*. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DIÓGENES, Beatriz Helena Nogueira. *Dinâmicas urbanas recentes da área metropolitana de Fortaleza.* Tese (Doutorado Interinstitucional em Arquitetura e Urbanismo), Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, 2012.

DUARTE, Fábio; CZAJKOWSKI JUNIOR, Sérgio. Cidade à venda: reflexões éticas sobre o marketing urbano. Revista de Administração Pública - RAP, Rio de Janeiro, v. 41 n. 2, p 273-282, mar./ abr., 2007. Disponível em: < http://www.scielo.br/pdf/rap/v41n2/06.pdf >. Acesso em: 15 dez. 2018.

ENTRENA DURÁN, Francisco. *Cidades sem limites.* In: MACHADO, A. S. (Org.) Trabalho, economia e tecnologia: novas perspectivas para a sociedade global. São Paulo: Tendez; Bauru: Práxis, 2003. Disponível em: ,<http://www.forumglobal.de/curso/textos/tecno> Acesso em: ago.2018.

FERNANDES, Nelson Nóbrega. *Sentido espacial da renda da terra e espaço urbano.* In: Ruy Moreyra (Org.). Geografia: teoria e crítica – o saber posto em questão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1982.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. *As máscaras da cidade.* In: FERRARA, L. A. Olhar periférico: Informação, Linguagem, Percepção Ambiental. 2ª edição. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

FERRARA, Lucrécia D'Alessio. *Os significados urbanos.* São Paulo: Edusp: Fapesp, 2000.

FERRARI, Celson. *Dicionário de urbanismo*. Editora Disal, 1ª edição, São Paulo,2004.

FREITAG, Barbara. *Utopias Urbanas. Cidade dos homens.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

GEHL, Jan. *La humanización del Espacio Urbano.* Barcelona: Editorial Reverté, 2006. (RETIRAR)

GEHL, J.; GEMZOE, L. *Novos Espaços Urbanos.* Barcelnoa: Editorial Gustavo Gili, AS, 2002. (RETIRAR)

GLAESER, Edward L.; KAHN, Matthew E. *Sprawl and urban growth.* In: HENDERSON, Vernon J.; THISSE, Jacques-François. (Orgs.). Handbook of regional and urban economics. Amsterdam: North Holland, 2004, v. 4, cap. 56.

GOIÂNIA. Prefeitura Municipal. Instituto de Planejamento Municipal. Plano de Desenvolvimento Integrado de Goiânia - 2000. Goiânia, 1992.

_____. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Planejamento. Plano Diretor de Goiânia. Goiânia, 2006.

GOMES, Marcos Antônio Silvestre. *Os Parques e a Produção do Espaço Urbano*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2013.

GONÇALVES, Alexandre Ribeiro. *A construção do espaço urbano de Goiânia (1933-1968).* Tese de Mestrado. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2002.

GONÇALVES, Juliano Costa. *A especulação imobiliária na formação de loteamentos urbanos: um estudo de caso*. Rio de Janeiro: E-papers, 2010.

GOTTDIENER, Mark*. A produção social do espaço urbano.* São Paulo: EDUSP, 1997.

GROSTEIN, Marta Dora. *Metrópole e expansão urbana: a persistência de processos "insustentáveis".* São Paulo em Perspectiva, São Paulo, vol.15, n.1,jan/mar. 2001.

HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço.* São Paulo: Editora Annablume, 2005.

HARVEY, D. *Cidades rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna.* 14ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

HARVEY, David. *O neoliberalismo: história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2005.

HARVEY, David. *The Crisis of Planetary Urbanization.* In: Uneven Growth: Tactical Urbanisms for Expanding Megacities, Pedro Gadanho, Museum of Modern Art, p. 26, 2014.

JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. Tradução Carlos S. Mendes Rosa.

São Paulo: Martins Fontes, 2000.

JACQUES, Paola Berenstein. *Elogio aos Errantes: a arte de se perder na cidade.* In: JEUDY, Henri Pierre; JACQUES, Paola Berenstein (Orgs.). *Corpos e cenários: territórios urbanos e culturais*. Salvador: EDUFBA; PPG-AU/FAUFBA, 2016.

JAGER, M. 1986. *Class definition and the esthetics of gentrification: Victoriana in Melbourne.* In: Gentrification of the City, N. Smith and P. Williams (eds), 78-91. Boston, London and Sydney: Allen & Unwin.

JANOSCHKA, Michael; SEQUERA, Jorge; SALINAS, Luis. *Gentrification in Spain and Latin America i - a Critical Dialogue.* International Journal of Urban and Regional Research, vol. 38.4, p. 1234–65, july 2014.

KOWARICK, Lucio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade.* São Paulo: Centauro, 2001.

LEITE, Rogério Proença. *Contra-usos da cidade: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea*. Campinas: Ed. da Unicamp; Aracaju: Ed. da UFS, 2004.

LITMAN, Todd. *Determining Optimal Urban Expansion, Population and Vehicle Density, and Housing Types for Rapidly Growing Cities.* World Conference on Transport Research - WCTR 2016 Shanghai. 10-15 July 2016. Victoria Transport Policy Institute, Victoria.

LOJKINE, Jean. *O Estado capitalista e a questão urbana*. Tradução de E. S. Abreu. São Paulo: Martins Fontes 1997.

LÜSCHER, Regula; ROSA, Marcos; SENNET, Richard; WEILAND, Ute. *Como criar cidades juntos?.* PISEAGRAMA, Belo Horizonte, sem número, 28 out. 2015. < https://piseagrama.org/como-criar-cidades-juntos/> Acesso em ago. 2018.

LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MACEDO, Silvio Soares; SAKATA, Francine Gramacho. Parques Urbanos no Brasil = Brazilian Urban Parks. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/ Imprensa Oficial do Estado, 2002.

MANSO, Celina Fernandes Almeida. *Goiânia: uma concepção urbana, moderna e contemporânea – um certo olhar.* Goiânia: Edição do Autor, 2001.

MARCUSE, Peter. Enclaves, sim; guetos, não: a segregação e o estado. Espaço e Debates, São Paulo, v. 24, n. 45, p. 24-33, jan./jul. 2004.

MARICATO, Ermínia. *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-omega, 1982

MARICATO, Ermínia. *É preciso repensar o modelo*. São Paulo: Arquitetura e Urbanismo, Setembro/2009, Editora Pini, 2009. p. 63.

MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos. & ARANTES, Otília. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos.* Petrópolis: Vozes, 2000.

MARICATO, Ermínia. *Para entender a crise urbana.* São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARINHO, C. Metrópole construindo paisagens lugares e valores. Goiânia: Deescubra, 2005.

MARX, Karl. *Teorias da mais-valia. História crítica do pensamento econômico*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MENDES, Luís. *Gentrificação: palavra suja do urbanismo austeritário.* Lisboa, 2016. Disponível em: <https://goo.gl/SfUFkb>. Acesso em: set. 2018.

MENDONÇA, Eneida Maria Souza. *Apropriações do Espaço Público: alguns conceitos*. Estudos e Pesquisas em Psicologia, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 296-306, ago. 2007.

MOYSÉS, Aristides. Goiânia: metrópole não planejada. Goiânia: Editora UCG, 2004.

MONIZ, Ana Maria dos Ramos Alves Silva. *Espaços Intersticiais como forma de regeneração da cidade.* 124. Dissertação de Mestrado – Universidade de Lisboa, Faculdade de Arquitetura, Lisboa, 2013.

MUNFORD, Lewis. *A cidade na história: suas origens, transformações e perspectivas.* Tradução: Neil R. da Silva. 4ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NADALIN, Vanessa Gapriotti; IGLIORI, Danilo Camargo. *Evolução Urbana e Espraiamento na Região Metropolitana de São Paulo.* Texto para Discussão – IPEA/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Rio de Janeiro, n. 1481, abr. 2010.

NASCIMENTO JÚNIOR, L. *Urbanização e cidade dispersa: implicações da produção do espaço urbano no Brasil, em Moçambique e na Austrália.* Geousp – Espaço e Tempo (Online), v. 21, n. 2, p. 550-569, agosto. 2017.

NOGUEIRA, Pedro Ribeiro. 2015. *David Harvey: "Nós estamos construindo cidades para investir, não para viver"*. Disponível em: <http://portal.aprendiz.uol.com.br/2015/06/10/david-harvey-nos-estamos-construindo-cidades-para-investir-nao-para-viver>. Acesso em Jun. 2018.

OLIVEIRA, Maria das Mercedes Brandão de. *O padrão territorial de Goiânia: Um olhar sobre o processo de formação de sua estrutura urbana*. *Arquitextos,* São Paulo, ano 06, n. 065.07, Vitruvius, out. 2005. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read /arquitextos/06.065/419>. Acesso em: out. 2018.

O POPULAR. 2019. Expansão de condomínios horizontais traz comércio e serviços para mais perto de casa em Goiânia. Goiânia, 16 de novembro de 2019.

O POPULAR. 2019. Praças começam a ser adotadas por empresas. Goiânia, 23 de junho de 2019.

PAIVA, Rafael; CONCLI Raphael; BRUCOLI Rodrigo; GARCIA, Vitor. In: *Resistências e conflitos marcam a gentrificação em São Paulo.* Disponível em:

<https://paineira.usp.br/aun/index.php/2018/02/07/resistencias-e-conflitos-marcam-a-gentrificacao-em-sao-paulo/> Acesso em: out. 2018.

PANERAI, Philippe. *Análise Urbana*. Brasília: Editora UnB, 2006.

PERAN, Martí. *Notas sobre as cidades latino-americanas*. *PISEAGRAMA*, Belo Horizonte, número 02, página 60 - 61, 2011.

PERES, Maria de Lourdes Corsino. BARBOSA, Ycarim Melgaço. O imaginário na reprodução da natureza no espaço urbano: Parques Vaca Brava e Flamboyant. Contemporânea, ed. 14, v. 8, n. 1, p. 196-204, 2010. Disponível em: <http://www.contemporanea.uerj.br/pdf/ed_14/contemporanea _n14_16_corsino_barbosa.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2019.

PREFEITURA DE GOIÂNIA. Lei nº 171 de 29 de junho de 2007. *Dispõe sobre o Plano Diretor e o processo de planejamento urbano no Município de Goiânia e dá outras providências*. Prefeitura Municipal de Goiânia: 2007.

PUPPI, Ildefonso C*. Estruturação sanitária das cidades*. São Paulo: CETESB, 1981.

ROLNIK, Raquel. *A construção de uma política fundiária e planejamento urbano para o país - avanços e desafios*. 2006. Disponível em: < http://ipea.gov.br/agencia /images/stories/PDFs/politicas_sociais/ ensaio1_raquel12.pdf>. Acesso em: ago.2018.

ROLNIK, Raquel; KLINK, Jeroen. *Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias?* Novos Estudos/CEBRAP Nº 89. São Paulo, 2011.

ROLNIK, Raquel; KLINK, Jeroen. *Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias?* Novos estud. - CEBRAP, São Paulo, n. 89, p. 89-109, Mar. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/ scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002011000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: set. 2018.

ROLNIK, Raquel. *Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de Reforma Urbana no Brasil*. In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.11, n. 2, p. 31-50, nov. 2009.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. Ed. Boitempo, 2015.

ROLNIK, Raquel. *Nosso déficit não é de casas, é de cidades.* Entrevista dada ao Jornal Brasil de Fato em 22.10.2012. Disponível em: < https://raquelrolnik.wordpress.com/2012/11/06/nosso-deficit-nao-e-de-casas-e-de-cidade/> Acesso em: ago. 2018.

SÁNCHEZ, Fernanda. Políticas urbanas em renovação: uma leitura crítica dos modelos emergentes. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. n. 1, mai. 1999. Acesso em: 15 dez. 2018.

SANTOS, Milton. *O Espaço do Cidadão*. São Paulo: Editora Nobel, 1987.

SANTOS, Milton. 2000. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record

SANTOS, Milton*. A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1994.

SENNETT, Richard. *O Declínio do Homem Público: as tiranias da intimidade.* Tradução: Lygia Araújo Watanabe. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SERPA, Ângelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007.

SILVA, E. T. *Estrutura urbana e mobilidade espacial nas metrópoles.* Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

SMITH, Neil. *Gentrificação, a Fronteira e a Reestruturação do Espaço Urbano*. In: GEOUSP: Espaço e Tempo [em linha], n. 21, p.15-31. São Paulo, 2007. ISSN2179-0892. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74046/77688>. Acesso em: out. 2018.

SOUZA, Marcelo José de. *Urbanização e desenvolvimento no Brasil atual*. São Paulo: Ática, 1996.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Espaços urbanos: territorialidades e representações.* In: SPOSITO, E. S. (org). Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades. Presidente Prudente: UNESP/FCT: GAsPERR, 1999.

TELLES, Vera da Silva. *A cidade nas fronteiras do legal e ilegal*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

VARGAS, Heliana Comin. CASTILHO, Ana Luisa Howard de. *Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados.* 2ª ed. rev. e atual. Barueri, SP: Manole, 2009.

VIEIRA, Patrick di Almeida. *Attílio Corrêa Lima e o planejamento urbano: um marco moderno na conquista do sertão brasileiro.* Urbana. Dossiê: Os eruditos e a cidade, Campinas, v. 4, n. 4, p. 53- 66, mar. 2011. Acesso em: 11 jan. 2018.

VILLAÇA, Flávio. *As ilusões do plano diretor*. São Paulo, Edição do autor, 2005.

VILLAÇA, Flávio. *A segregação urbana e a justiça (ou a justiça no injusto espaço urbano).* Revista Brasileira de Ciências Criminais, ano 11, n.44, p. 241-346, jul.2003.

VILLAÇA, Flávio. Efeitos do Espaço Sobre o Social na Metrópole Brasileira. VII Encontro Nacional da ANPUR (1997). In: www.flaviovillaca.arq.br. Acesso em: 20 nov. 2018.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano.* São Paulo: Studio Nobel, 2001.

VILLAÇA, Flávio. *O que todo cidadão precisa saber sobre habitação.* São Paulo: Global, 1986.

ZUKIN, Sharon. *Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando a cultura e poder.* In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). O espaço da diferença. Campinas, SP: Papirus, 2000.

Anexo

Quadro Bairros com população e sua área de abrangência por Região de Goiânia (SEMDUS, 2013)

Região administrativa	Nome do Bairro	Área do Bairro(m²)	Área do Bairro(km²)	População	Densidade demográfica
Centro	Bro Cidade Jardim	2.841.653,70	2,84	13.319	4.687,06
Centro	Bro dos Aeroviários	877.886,48	0,88	2.863	3.261,24
Centro	Bro Feliz	207.822,74	0,21	1.382	6.649,90
Centro	Bro Industrial Mooca	119.025,60	0,12	762	6.401,98
Centro	Bro Nossa Senhora de Fátima	271.820,40	0,27	1.771	6.515,33
Centro	Bro Operário	48.243,85	0,05	111	2.300,81
Centro	Bro Rodoviário	951.404,44	0,95	3.504	3.682,98
Centro	Ch Elísios Campos	100.281,55	0,10	436	4.347,76
Centro	Ch Tocafundo	51.271,44	0,05	377	7.353,02
Centro	Cj Castelo Branco	129.932,89	0,13	862	6.634,19
Centro	Cj Guadalajara	125.489,69	0,13	1.055	8.407,07
Centro	Cj Morada Nova	18.987,52	0,02	142	7.478,60
Centro	Cj Morada Nova	223.880,58	0,22	2.113	9.438,07
Centro	Cjr Padre Pelágio	102.736,14	0,10	1.231	11.982,15
Centro	Cjr Rodoviário	60.315,89	0,06	678	11.240,82
Centro	Cjr Romildo F. R. do Amaral	84.843,04	0,08	302	3.559,51
Centro	Cjr Yara	79.264,36	0,08	466	5.879,06
Centro	Esp do Anicuns	507.706,95	0,51	1.177	2.318,27
Centro	Gleba	30.698,17	0,03	0	0,00
Centro	Gleba	52.021,63	0,05	0	0,00
Centro	Gleba	24.713,21	0,02	0	0,00
Centro	Gleba	24.642,24	0,02	0	0,00
Centro	Gleba	13.246,30	0,01	0	0,00
Centro	Gleba	23.087,83	0,02	117	5.067,60
Centro	Gleba Construída	79.415,97	0,08	0	0,00
Centro	Gleba Construída	44.296,79	0,04	0	0,00
Centro	Gleba Construída	8.940,25	0,01	62	6.934,93
Centro	Gleba Construída: Expresso São Luiz	75.863,28	0,08	30	395,45
Centro	Gleba Construída: Galpão	41.652,28	0,04	0	0,00
Centro	Gleba Construída: Indústria de laticínios - Leite GOGO	73.777,36	0,07	0	0,00
Centro	Gleba: Cemitério, Maçonaria e FAMA	453.154,95	0,45	0	0,00
Centro	Gleba: Gleba 1	55.191,63	0,06	0	0,00
Centro	Gleba: Gleba 7	40.252,93	0,04	0	0,00
Centro	Gleba: Gleba 8	82.827,75	0,08	0	0,00
Centro	Gleba: Lot. Irregular - Vl Leblonsinho	22.195,09	0,02	43	1.937,37
Centro	Gleba: Lot. Rasmussem	204.580,36	0,20	0	0,00
Centro	Grj Granja Agrícola Jacirema	426.559,31	0,43	0	0,00
Centro	Grj Santos Dumont	106.236,77	0,11	154	1.449,59
Centro	Jd Xavier	103.240,75	0,10	793	7.681,08
Centro	Lot Nova Vila	368.815,32	0,37	1.747	4.736,79
Centro	Prq Industrial de Goiânia	431.362,59	0,43	2.366	5.484,94
Centro	S Aeroporto	1.489.681,05	1,49	10.658	7.154,55
Centro	S Campinas	2.121.509,28	2,12	10.918	5.146,34
Centro	S Central	3.482.954,15	3,48	24.204	6.949,27
Centro	S Centro Oeste	917.914,01	0,92	7.334	7.989,86
Centro	S Coimbra	1.532.356,52	1,53	8.266	5.394,31
Centro	S Criméia Leste	870.297,09	0,87	5.283	6.070,34
Centro	S Criméia Oeste	865.607,95	0,87	4.041	4.668,40
Centro	S dos Funcionários	863.018,56	0,86	5.360	6.210,76
Centro	S Jardim Ana Flávia	24.695,63	0,02	189	7.653,18
Centro	S Leste Universitário	3.279.091,97	3,28	21.175	6.457,58
Centro	S Leste Vila Nova	2.085.647,93	2,09	16.460	7.892,03
Centro	S Marechal Rondon	454.340,54	0,45	2.739	6.028,52
Centro	S Morais	484.312,85	0,48	2.644	5.459,28
Centro	S Negrão de Lima	1.097.605,58	1,10	6.640	6.049,53
Centro	S Norte Ferroviário	619.211,55	0,62	3.446	5.565,14
Centro	S Norte Ferroviário II	157.261,93	0,16	682	4.336,71
Centro	S São José	1.273.139,59	1,27	0	0,00
Centro	S Sol Nascente	307.757,75	0,31	1.118	3.632,73
Centro	Vl Abajá	392.649,15	0,39	2.298	5.852,55
Centro	Vl Adélia I e III	104.965,73	0,10	596	5.678,04
Centro	Vl Aguiar	31.603,58	0,03	214	6.771,39
Centro	Vl Aurora	268.137,16	0,27	2.191	8.171,19
Centro	Vl Aurora Oeste	180.548,45	0,18	1.094	6.059,32
Centro	Vl Bethel	186.954,86	0,19	1.183	6.327,73
Centro	Vl Boa Sorte	77.833,12	0,08	772	9.918,66
Centro	Vl Canaã	50.590,55	0,05	432	8.539,14
Centro	Vl Colemar Natal e Silva	108.462,09	0,11	438	4.038,28
Centro	Vl Fernandes	14.044,38	0,01	80	5.696,23
Centro	Vl Froes	176.976,89	0,18	1.318	7.447,30
Centro	Vl Irany	171.128,19	0,17	1.109	6.480,52
Centro	Vl Isaura	228.663,53	0,23	2.274	9.944,74
Centro	Vl Isaura Extensão	12.305,71	0,01	110	8.938,94
Centro	Vl Jacaré	73.929,27	0,07	307	4.152,62
Centro	Vl Jaraguá	166.465,27	0,17	1.729	10.386,55
Centro	Vl Megale	132.470,54	0,13	826	6.235,35
Centro	Vl Monticelli	420.219,97	0,42	2.136	5.083,05
Centro	Vl Mooca	25.806,25	0,03	583	22.591,43
Centro	Vl Mooca - Complemento	44.565,24	0,04	434	9.738,53

Região administrativa	Nome do Bairro	Área do Bairro(m²)	Área do Bairro(km²)	População	Densidade demográfica
Centro	Vl Nova Canaã	400.339,22	0,40	1.985	4.958,30
Centro	Vl Ofugi	35.475,89	0,04	232	6.539,65
Centro	Vl Oswaldo Rosa	103.526,18	0,10	523	5.051,86
Centro	Vl Paraíso	155.192,51	0,16	1.252	8.067,40
Centro	Vl Perdiz	40.176,88	0,04	232	5.774,47
Centro	Vl Santa Helena	838.109,60	0,84	7.028	8.385,54
Centro	Vl Santa Isabel	121.137,37	0,12	746	6.158,30
Centro	Vl Santa Rita	216.933,06	0,22	1.094	5.043,03
Centro	Vl Santa Rita Acréscimo	132.022,18	0,13	978	7.407,85
Centro	Vl Santa Tereza	277.130,21	0,28	1.747	6.303,90
Centro	Vl Santana	101.148,51	0,10	573	5.664,94
Centro	Vl Santo Afonso	49.825,35	0,05	145	2.910,17
Centro	Vl São Francisco	80.292,50	0,08	851	10.598,75
Centro	Vl São José - Complemento	11.174,35	0,01	122	10.917,87
Centro	Vl São José - Extensão	104.851,58	0,10	327	3.118,69
Centro	Vl São Luiz	154.774,57	0,15	847	5.472,48
Centro	Vl Vera Cruz	52.210,43	0,05	395	7.565,54
Centro	Vl Viana	161.900,33	0,16	1.609	9.938,21
Centro	Vl Viandelli	33.485,54	0,03	150	4.479,55
Leste	Bro Água Branca	699.356,36	0,70	3.265	4.668,58
Leste	Bro Jardim Califórnia	496.963,19	0,50	2.714	5.461,17
Leste	Bro Santo Hilário	631.382,79	0,63	4.163	6.593,46
Leste	Bro Santo Hilário - Complemento	99.107,51	0,10	779	7.860,15
Leste	Bro Santo Hilário II	69.388,60	0,07	397	5.721,40
Leste	Ch Alto da Glória	144.174,26	0,14	0	0,00
Leste	Ch Botafogo	135.866,51	0,14	33	242,89
Leste	Ch Botafogo	247.754,62	0,25	38	153,38
Leste	Ch do Governador	343.382,07	0,34	2.216	6.453,45
Leste	Ch Santa Bárbara	184.880,65	0,18	0	0,00
Leste	Ch São Francisco de Assis	179.615,87	0,18	0	0,00
Leste	Ch São Silvestre	69.702,69	0,07	0	0,00
Leste	Cj Anhanguera	70.523,29	0,07	411	5.827,86
Leste	Cj Caiçara	253.807,88	0,25	1.712	6.745,26
Leste	Cj Fabiana	168.456,69	0,17	1.201	7.129,43
Leste	Cj Habitacional Aruanã I	277.847,10	0,28	1.817	6.539,57
Leste	Cj Habitacional Aruanã II	114.544,78	0,11	578	5.046,06
Leste	Cj Habitacional Aruanã III	156.612,78	0,16	782	4.993,21
Leste	Cj Riviera	488.234,21	0,49	3.725	7.629,54
Leste	Cjr Palmares	14.895,79	0,01	180	12.083,95
Leste	Col Santa Marta	118.961,38	0,12	328	2.757,20
Leste	Condomínio Horizontal: Condomínio: Serra Park	13.257,86	0,01	38	2.866,22
Leste	Condomínio Horizontal: Housing Flamboyant	107.671,35	0,11	317	2.944,14
Leste	Condomínio Horizontal: Privê dos Girassóis	101.035,93	0,10	726	7.185,56
Leste	Condomínio Horizontal: Res. Irisville	226.383,42	0,23	0	0,00
Leste	Condomínio Horizontal: Res. Monte Verde	114.791,76	0,11	651	5.671,14
Leste	Faz Retiro	120.832,78	0,12	0	0,00
Leste	Faz Retiro ou Petrópolis	53.749,00	0,05	0	0,00
Leste	Gleba	89.049,07	0,09	0	0,00
Leste	Gleba	379.256,04	0,38	0	0,00
Leste	Gleba	175.254,80	0,18	0	0,00
Leste	Gleba	133.024,17	0,13	0	0,00
Leste	Gleba	59.815,37	0,06	0	0,00
Leste	Gleba	61.478,28	0,06	202	3.285,71
Leste	Gleba	590.050,24	0,59	0	0,00
Leste	Gleba	88.278,57	0,09	0	0,00
Leste	Gleba	41.975,04	0,04	0	0,00
Leste	Gleba	270.409,70	0,27	0	0,00
Leste	Gleba	675.668,14	0,68	0	0,00
Leste	Gleba	10.914,44	0,01	0	0,00
Leste	Gleba	14.300,65	0,01	0	0,00
Leste	Gleba	1.513,55	0,00	0	0,00
Leste	Gleba	64.067,49	0,06	0	0,00
Leste	Gleba	276.550,48	0,28	0	0,00
Leste	Gleba	315.181,78	0,32	0	0,00
Leste	Gleba Construída	75.902,03	0,08	0	0,00
Leste	Gleba Construída	50.125,38	0,05	0	0,00
Leste	Gleba Construída	11.845,65	0,01	0	0,00
Leste	Gleba Construída	6.800,90	0,01	0	0,00
Leste	Gleba Construída	69.339,96	0,07	0	0,00
Leste	Gleba Construída	36.018,55	0,04	0	0,00
Leste	Gleba Construída	56.071,02	0,06	180	3.210,21
Leste	Gleba Construída	35.228,49	0,04	253	7.181,69
Leste	Gleba Construída	84.698,48	0,08	3.629	42.846,10
Leste	Gleba Construída	41.996,75	0,04	0	0,00
Leste	Gleba Construída	181.945,93	0,18	0	0,00
Leste	Gleba Construída	284.970,36	0,28	0	0,00
Leste	Gleba Construída: AGETOP	107.528,07	0,11	0	0,00
Leste	Gleba Construída: Arquidiocese de Goiânia	106.221,73	0,11	0	0,00
Leste	Gleba Construída: Arquidiocese de Goiânia	55.215,42	0,06	0	0,00
Leste	Gleba Construída: Arquidiocese de Goiânia	255.120,94	0,26	0	0,00
Leste	Gleba Construída: Autódromo Internacional de Goiânia	971.011,43	0,97	0	0,00
Leste	Gleba Construída: Campus II - PUC/GO	821.661,29	0,82	0	0,00
Leste	Gleba Construída: Ceasa	2.214.839,52	2,21	0	0,00

Região administrativa	Nome do Bairro	Área do Bairro(m²)	Área do Bairro(km²)	População	Densidade demográfica
Leste	Gleba Construída: Cerne	84.359,06	0,08	0	0,00
Leste	Gleba Construída: Clube	330.684,97	0,33	0	0,00
Leste	Gleba Construída: Convento Mãe Dolorosa	95.150,41	0,10	0	0,00
Leste	Gleba Construída: Faz. Guarantã	15.097,61	0,02	0	0,00
Leste	Gleba Construída: Faz. Ladeira	111.593,66	0,11	0	0,00
Leste	Gleba Construída: Galpão	185.364,90	0,19	0	0,00
Leste	Gleba Construída: Hospital Acalanto	44.320,01	0,04	0	0,00
Leste	Gleba Construída: Hospital de Doenças Tropicais - H.D.T	356.608,13	0,36	0	0,00
Leste	Gleba Construída: Irmãs Franciscanas dos Pobres	70.228,30	0,07	0	0,00
Leste	Gleba Construída: Residencial Manchester	56.581,21	0,06	0	0,00
Leste	Gleba Construída: Sede da Oi	527.480,36	0,53	0	0,00
Leste	Gleba Loteada: Parte Integrante da FAZ Ladeira	24.616,99	0,02	230	9.343,14
Leste	Gleba: Faz. Santa Cruz	170.766,60	0,17	0	0,00
Leste	Gleba: Faz. Santa Cruz - Gleba 1C - Quinhão A	245.460,04	0,25	0	0,00
Leste	Gleba: Faz. Santa Cruz - Gleba 1C - Quinhão B	119.550,11	0,12	0	0,00
Leste	Gleba: Faz. Santa Cruz - Gleba 1C - Quinhão D	57.436,34	0,06	0	0,00
Leste	Gleba: Faz. Santa Cruz - Gleba 1C - Quinhão E	29.243,32	0,03	0	0,00
Leste	Gleba: Faz. Santa Cruz - Gleba 1D - Quinhão A2	16.948,57	0,02	0	0,00
Leste	Gleba: Faz. Santa Cruz - Gleba 1D - Quinhão B2	3.820,65	0,00	140	36.642,95
Leste	Gleba: Faz. Santa Cruz - Gleba 1D - Quinhão B3	6.363,24	0,01	140	22.001,37
Leste	Gleba: Faz. Santa Cruz - Gleba 1D - Quinhão B4	2.267,14	0,00	140	61.751,74
Leste	Gleba: Faz. Santa Cruz - Gleba 1D - Quinhão B5	1.313,91	0,00	140	106.552,04
Leste	Gleba: Faz. Santa Cruz - Gleba 1D - Quinhão B6	79.183,11	0,08	140	1.768,05
Leste	Gleba: Faz. Santa Cruz - Gleba 1D - Quinhão B7	73.473,85	0,07	0	0,00
Leste	Gleba: Faz. Vau das Pombas - Gleba 2	38.974,50	0,04	0	0,00
Leste	Gleba: Faz. Vau das Pombas - Gleba 3 - CELG	38.877,15	0,04	0	0,00
Leste	Gleba: Faz. Vau das Pombas - Gleba 4 - FURNAS	91.867,23	0,09	0	0,00
Leste	Gleba: Faz. Vau das Pombas - Gleba 5 - área Anel Viário	116.193,62	0,12	0	0,00
Leste	Gleba: Faz. Vau das Pombas - Gleba 2	45.352,79	0,05	0	0,00
Leste	Gleba: Gleba 02 da Chácara Bom Retiro	96.671,31	0,10	0	0,00
Leste	Gleba: Gleba: área da SANEAGO	82.693,96	0,08	0	0,00
Leste	Gleba: Lot. Brisas do Cerrado - Proc. Nº 13912548	340.014,03	0,34	0	0,00
Leste	Gleba: Park Henedina Jungman - Proc. Nº	469.183,93	0,47	0	0,00
Leste	Gleba: Parque Municipal de Goiânia	650.219,12	0,65	219	336,81
Leste	Gleba: Parte Integrante da FAZ Botafogo	192.146,77	0,19	0	0,00
Leste	Gleba: Parte Integrante da FAZ Botafogo - Quinhão A	99.992,55	0,10	480	4.800,36
Leste	Gleba: Parte Integrante da FAZ Botafogo - Quinhão C	11.449,67	0,01	480	41.922,60
Leste	Gleba: Parte Integrante da FAZ Retiro	142.386,39	0,14	0	0,00
Leste	Gleba: Quinhão 3	50.599,81	0,05	0	0,00
Leste	Gleba: Sit. Dom Ricardo - Faz. Botafogo	181.680,15	0,18	0	0,00
Leste	Jd Abaporu	164.814,22	0,16	813	4.932,83
Leste	Jd Aroeiras	345.295,38	0,35	2.430	7.037,45
Leste	Jd Atenas	459.085,09	0,46	861	1.875,47
Leste	Jd Bela Vista	414.835,79	0,41	2.534	6.108,44
Leste	Jd Brasil	428.982,01	0,43	3.121	7.275,36
Leste	Jd Califórnia - Parque Industrial	359.657,61	0,36	572	1.590,40
Leste	Jd Conquista	130.246,96	0,13	1.539	11.816,02
Leste	Jd da Luz	494.647,78	0,49	2.299	4.647,75
Leste	Jd Dom Fernando I	202.963,36	0,20	2.689	13.248,70
Leste	Jd Dom Fernando II	112.408,97	0,11	1.262	11.226,86
Leste	Jd Lageado	73.242,28	0,07	643	8.779,08
Leste	Jd Maria Helena	214.588,17	0,21	1.087	5.065,52
Leste	Jd Mariliza	1.158.670,25	1,16	5.494	4.741,64
Leste	Jd Novo Mundo	6.469.995,45	6,47	34.021	5.258,27
Leste	Jd Novo Mundo - Extensão	24.778,12	0,02	364	14.690,38
Leste	Jd Novo Mundo II	99.155,92	0,10	943	9.510,27
Leste	Jd Paris	529.192,93	0,53	697	1.317,10
Leste	Jd Valência	525.160,02	0,53	0	0,00
Leste	Jd Verona	424.645,84	0,42	0	0,00
Leste	Lot Alphaville Flamboyant	2.470.291,30	2,47	1.623	657,01
Leste	Lot Alphaville Flamboyant/Res Arag	1.076.268,43	1,08	361	335,42
Leste	Lot Aruanã Park	105.641,86	0,11	480	4.543,65
Leste	Lot Grande Retiro	347.164,78	0,35	3.245	9.347,15
Leste	Lot Park Lozandes	1.433.763,86	1,43	283	197,38
Leste	Lot Portal do Sol I	586.271,00	0,59	1.394	2.377,74
Leste	Lot Portal do Sol II	716.685,67	0,72	1.585	2.211,57
Leste	Lot Tupynambá dos Reis	153.903,00	0,15	837	5.438,49
Leste	Lot Vila Pedroso Extensão	61.078,16	0,06	403	6.598,10
Leste	Prq Acalanto	236.252,16	0,24	1.080	4.571,39
Leste	Prq Atheneu	1.859.096,52	1,86	14.068	7.567,12
Leste	Prq das Amendoeiras	629.309,09	0,63	2.927	4.651,13
Leste	Prq das Amendoeiras I	31.878,04	0,03	204	6.399,39
Leste	Prq das Laranjeiras	824.079,23	0,82	3.597	4.364,87
Leste	Prq das Laranjeiras Acréscimo	43.763,83	0,04	201	4.592,83
Leste	Prq Santa Cruz	312.828,39	0,31	3.629	11.600,61
Leste	Res Aldeia do Vale	4.625.079,62	4,63	1.615	349,18
Leste	Res Arco Verde	96.923,81	0,10	446	4.601,55
Leste	Res Aruanã	34.107,15	0,03	10	293,19
Leste	Res Aruanã - Complemento	6.308,37	0,01	3	475,56
Leste	Res Belo Horizonte	131.219,98	0,13	478	3.642,74
Leste	Res Belo Horizonte Complemento	22.117,70	0,02	79	3.571,80
Leste	Res Brisas do Cerrado	459.590,12	0,46	346	752,84
Leste	Res Campos Verdes quinhão I	30.241,69	0,03	0	0,00

Região administrativa	Nome do Bairro	Área do Bairro(m²)	Área do Bairro(km²)	População	Densidade demográfica
Leste	Res Campos Verdes quinhão III	656.254,47	0,66	0	0,00
Leste	Res Carlos de Freitas	389.278,31	0,39	0	0,00
Leste	Res Clea Borges	87.361,85	0,09	260	2.976,13
Leste	Res Costa Paranhos	198.642,73	0,20	336	1.691,48
Leste	Res Goiânia Golfe Clube	3.783.227,93	3,78	275	72,69
Leste	Res Havaí Extensão	22.309,81	0,02	0	0,00
Leste	Res Hawaí	132.934,94	0,13	516	3.881,60
Leste	Res Jardins Milão	513.026,70	0,51	140	272,89
Leste	Res Jardins Munique	902.722,03	0,90	114	126,28
Leste	Res Lageado	941.821,43	0,94	0	0,00
Leste	Res Lucy Pinheiro	80.314,05	0,08	0	0,00
Leste	Res Mar Del Plata	135.112,99	0,14	619	4.581,35
Leste	Res Olinda	317.787,79	0,32	1.246	3.920,86
Leste	Res Ouro Preto	198.056,13	0,20	0	0,00
Leste	Res Parque Flamboyant	237.606,94	0,24	1.464	6.161,44
Leste	Res Paulo Estrela	347.161,37	0,35	0	0,00
Leste	Res Portal Petropolis	457.194,72	0,46	0	0,00
Leste	Res Português	145.197,95	0,15	503	3.464,24
Leste	Res Recanto dos Buritis	218.529,93	0,22	59	269,99
Leste	Res Rio Jordão	145.292,89	0,15	566	3.895,58
Leste	Res São Leopoldo	153.410,31	0,15	400	2.607,39
Leste	Res São Leopoldo - Complemento	146.868,56	0,15	299	2.035,83
Leste	Res Senador Paranhos	71.980,91	0,07	363	5.043,00
Leste	Res Sonho Dourado	164.593,11	0,16	740	4.495,94
Leste	Res Sonho Verde	142.849,24	0,14	952	6.664,37
Leste	Res Sonho Verde Complemento	125.472,03	0,13	534	4.255,93
Leste	Res Vale das Brisas	186.398,68	0,19	11	59,01
Leste	Res Vale do Araguaia	499.286,33	0,50	1.346	2.695,85
Leste	Res Ville de France	198.854,77	0,20	918	4.616,43
Leste	Res Ville de France 1	8.463,22	0,01	58	6.853,18
Leste	S Recanto das Minas Gerais	1.421.864,64	1,42	9.311	6.548,44
Leste	Sir Ipê	1.073.374,24	1,07	0	0,00
Leste	Sir Mansões Bernardo Sayão	1.218.965,79	1,22	235	192,79
Leste	Vl Alto da Glória	423.894,94	0,42	1.154	2.722,37
Leste	Vl Bandeirantes	210.173,81	0,21	1.703	8.102,82
Leste	Vl Concórdia	378.650,26	0,38	3.790	10.009,24
Leste	Vl Jardim Vitória	533.864,13	0,53	1.846	3.457,81
Leste	Vl Legionárias	24.106,44	0,02	173	7.176,51
Leste	Vl Maria Luiza	547.919,51	0,55	2.479	4.524,39
Leste	Vl Martins	47.131,26	0,05	170	3.606,95
Leste	Vl Martins Extensão	24.468,72	0,02	71	2.901,66
Leste	Vl Matilde	55.755,39	0,06	473	8.483,49
Leste	Vl Morais	553.368,80	0,55	3.420	6.180,33
Leste	Vl Parque Santa Maria	71.725,86	0,07	315	4.391,72
Leste	Vl Pedroso	763.857,76	0,76	5.555	7.272,30
Leste	Vl Romana	102.580,43	0,10	621	6.053,79
Leste	Vl Santa Maria Extensão	46.886,73	0,05	381	8.125,97
Noroeste	Bro Boa Vista	816.712,48	0,82	4.142	5.071,55
Noroeste	Bro da Vitória	892.270,62	0,89	5.941	6.658,29
Noroeste	Bro Floresta	1.088.178,50	1,09	5.641	5.183,89
Noroeste	Bro São Carlos	820.942,16	0,82	6.990	8.514,61
Noroeste	Bro São Domingos	937.912,72	0,94	3.013	3.212,45
Noroeste	Ch Helou	186.523,98	0,19	0	0,00
Noroeste	Ch Mansões Rosa de Ouro	604.544,66	0,60	0	0,00
Noroeste	Ch Maria Dilce	377.742,64	0,38	0	0,00
Noroeste	Ch Maria Dilce	47.217,40	0,05	0	0,00
Noroeste	Ch Maria Dilce	182.450,57	0,18	306	1.677,17
Noroeste	Cj Primavera	1.162.908,82	1,16	7.229	6.216,31
Noroeste	Condomínio Horizontal: Res. Malibu	34.404,88	0,03	88	2.557,78
Noroeste	Condomínio Horizontal: Res. Paulo Pacheco	173.541,37	0,17	539	3.105,89
Noroeste	Condomínio Horizontal: Res. Terra Nova I	72.171,13	0,07	0	0,00
Noroeste	Condomínio Horizontal: Res. Terra Nova II	96.152,18	0,10	0	0,00
Noroeste	Gleba	7.011,45	0,01	0	0,00
Noroeste	Gleba	19.001,10	0,02	0	0,00
Noroeste	Gleba	180.917,74	0,18	0	0,00
Noroeste	Gleba	225.770,24	0,23	0	0,00
Noroeste	Gleba	471.386,73	0,47	0	0,00
Noroeste	Gleba	230.961,51	0,23	0	0,00
Noroeste	Gleba	25.642,86	0,03	0	0,00
Noroeste	Gleba	21.770,46	0,02	0	0,00
Noroeste	Gleba Construída	8.760,29	0,01	0	0,00
Noroeste	Gleba Construída	42.692,50	0,04	0	0,00
Noroeste	Gleba Construída	102.746,98	0,10	0	0,00
Noroeste	Gleba Construída	52.538,42	0,05	0	0,00
Noroeste	Gleba Construída	95.076,58	0,10	0	0,00
Noroeste	Gleba Construída: Faculdades Alfa	107.183,76	0,11	0	0,00
Noroeste	Gleba Construída: Faz. São Domingus	118.273,64	0,12	0	0,00
Noroeste	Gleba Construída: Frigorífico Friboi	537.468,25	0,54	0	0,00
Noroeste	Gleba Construída: Galpão	572.778,19	0,57	0	0,00
Noroeste	Gleba Construída: Galpão	20.811,52	0,02	0	0,00
Noroeste	Gleba Construída: Galpão	23.613,09	0,02	0	0,00
Noroeste	Gleba Construída: Galpão	35.241,03	0,04	0	0,00
Noroeste	Gleba Construída: Galpão	54.137,37	0,05	0	0,00

Região administrativa	Nome do Bairro	Área do Bairro(m²)	Área do Bairro(km²)	População	Densidade demográfica
Noroeste	Gleba: Ch Recanto da Primavera - Parte integrante da Faz São Domingos	36.594,71	0,04	0	0,00
Noroeste	Gleba: Faz. Caveiras	288.336,25	0,29	0	0,00
Noroeste	Gleba: Proc. nº 37485349 - Faz. São Domingos	478.408,17	0,48	0	0,00
Noroeste	Jd Colorado	543.983,65	0,54	2.216	4.073,65
Noroeste	Jd Colorado Extensão	40.253,54	0,04	197	4.893,98
Noroeste	Jd Colorado I	122.469,22	0,12	329	2.686,39
Noroeste	Jd Colorado II	47.486,73	0,05	124	2.611,26
Noroeste	Jd Colorado Sul	24.642,26	0,02	119	4.829,10
Noroeste	Jd Curitiba	3.548.528,98	3,55	17.355	4.890,76
Noroeste	Jd das Hortências	528.833,32	0,53	2.180	4.122,28
Noroeste	Jd Fonte Nova	504.811,28	0,50	1.191	2.359,30
Noroeste	Jd Fonte Nova I	249.791,81	0,25	390	1.561,30
Noroeste	Jd Lago Azul	54.214,01	0,05	183	3.375,51
Noroeste	Jd Liberdade	334.654,38	0,33	3.248	9.705,54
Noroeste	Jd Nova Esperança	1.502.261,01	1,50	15.480	10.304,47
Noroeste	Jd Vista Bela	212.398,95	0,21	605	2.848,41
Noroeste	Lot Recanto Barravento	50.540,11	0,05	183	3.620,89
Noroeste	Lot Recreio Panorama	82.031,65	0,08	155	1.889,51
Noroeste	Prq Aeronáutico Antônio Sebba Filho	617.239,88	0,62	590	955,87
Noroeste	Prq Maracanã	1.853.526,77	1,85	208	112,22
Noroeste	Res Anglo	25.022,73	0,03	89	3.556,77
Noroeste	Res Barravento	457.138,28	0,46	1.324	2.896,28
Noroeste	Res Brisas da Mata	1.071.671,07	1,07	3.947	3.683,03
Noroeste	Res Estrela D'alva	106.541,33	0,11	142	1.332,82
Noroeste	Res Fonte das Aguas	1.324.647,11	1,32	119	89,84
Noroeste	Res Fortaleza	90.625,09	0,09	741	8.176,54
Noroeste	Res Green Park	142.512,46	0,14	1.069	7.501,10
Noroeste	Res Jardim Belvedere	83.890,02	0,08	367	4.374,78
Noroeste	Res Jardim Belvedere Expansão	56.284,27	0,06	151	2.682,81
Noroeste	Res Jardim Camargo	52.657,80	0,05	118	2.240,88
Noroeste	Res Jardim Helou	71.789,50	0,07	180	2.507,33
Noroeste	Res Jucelino Kubitschek	231.915,61	0,23	0	0,00
Noroeste	Res Mansões Paraíso	233.901,85	0,23	781	3.339,01
Noroeste	Res Maringá	147.563,93	0,15	976	6.614,08
Noroeste	Res Mirante	86.603,94	0,09	0	0,00
Noroeste	Res Privê Norte	121.342,83	0,12	758	6.246,76
Noroeste	Res Recanto do Bosque	2.841.909,36	2,84	9.908	3.486,39
Noroeste	Res Recreio Panorama	197.049,17	0,20	485	2.461,31
Noroeste	Res Recreio Panorama extensão	11.321,85	0,01	21	1.854,82
Noroeste	Res Senador Albino Boaventura	147.220,33	0,15	129	876,24
Noroeste	S Alto do Vale	563.112,29	0,56	1.764	3.132,59
Noroeste	S Candida de Morais	557.135,15	0,56	3.319	5.957,26
Noroeste	S Empresarial	416.938,92	0,42	0	0,00
Noroeste	S Estrela Dalva	1.939.304,34	1,94	7.086	3.653,89
Noroeste	S Marabá	164.637,69	0,16	473	2.872,98
Noroeste	S Marabá Extensão	73.029,19	0,07	0	0,00
Noroeste	S Morada do Sol	1.623.130,87	1,62	11.246	6.928,58
Noroeste	S Noroeste	108.362,84	0,11	148	1.365,78
Noroeste	S Novo Planalto	325.980,20	0,33	2.802	8.595,61
Noroeste	S Parque Tremendão	2.074.324,35	2,07	13.110	6.320,13
Noroeste	Sir Panorama	256.087,10	0,26	589	2.300,00
Noroeste	Sit São Domingos	552.322,68	0,55	0	0,00
Noroeste	Vl Finsocial	1.565.774,13	1,57	16.071	10.263,93
Noroeste	Vl Mutirão I	424.121,56	0,42	4.101	9.669,40
Noroeste	Vl Mutirão II	252.737,36	0,25	2.458	9.725,51
Norte	Bro Jardim Diamantina	246.243,06	0,25	1.514	6.148,40
Norte	Bro Santa Genoveva	4.297.640,68	4,30	6.078	1.414,26
Norte	Ch Califórnia	784.233,94	0,78	414	527,90
Norte	Ch Maria Dilce	68.289,34	0,07	0	0,00
Norte	Ch Nossa Senhora da Piedade	32.809,94	0,03	266	8.107,30
Norte	Ch Nossa Senhora da Piedade	494.181,55	0,49	1.623	3.284,22
Norte	Ch Retiro	698.931,73	0,70	0	0,00
Norte	Ch Retiro	471.775,15	0,47	230	487,52
Norte	Ch Rio Branco	70.543,09	0,07	139	1.970,43
Norte	Ch Samambaia	944.285,52	0,94	17	18,00
Norte	Ch Shangri-la	575.751,67	0,58	579	1.005,64
Norte	Cj Parque dos Eucaliptos	27.656,80	0,03	148	5.351,31
Norte	Cjr Campus	42.178,89	0,04	347	8.226,86
Norte	Con Bougainville	60.788,53	0,06	0	0,00
Norte	Con Cidade Universitária	95.614,32	0,10	112	1.171,37
Norte	Con Samambaia	295.046,67	0,30	168	569,40
Norte	Gleba	87.739,12	0,09	0	0,00
Norte	Gleba	355.162,86	0,36	0	0,00
Norte	Gleba	40.852,31	0,04	0	0,00
Norte	Gleba	3.270.108,38	3,27	0	0,00
Norte	Gleba	206.614,77	0,21	7	33,88
Norte	Gleba	385.362,20	0,39	0	0,00
Norte	Gleba	343.904,79	0,34	0	0,00
Norte	Gleba	97.579,53	0,10	0	0,00
Norte	Gleba	46.978,64	0,05	421	8.961,52
Norte	Gleba	186.711,46	0,19	0	0,00
Norte	Gleba	254.314,44	0,25	421	1.655,43
Norte	Gleba	290.951,53	0,29	0	0,00

Região administrativa	Nome do Bairro	Área do Bairro(m²)	Área do Bairro(km²)	População	Densidade demográfica
Norte	Gleba	405.700,26	0,41	0	0,00
Norte	Gleba	2.113.960,47	2,11	0	0,00
Norte	Gleba	253.049,47	0,25	0	0,00
Norte	Gleba	185.017,05	0,19	0	0,00
Norte	Gleba	158.543,87	0,16	0	0,00
Norte	Gleba	25.275,00	0,03	0	0,00
Norte	Gleba	681.427,06	0,68	0	0,00
Norte	Gleba	65.893,73	0,07	0	0,00
Norte	Gleba	61.301,23	0,06	0	0,00
Norte	Gleba Construída	228.159,03	0,23	0	0,00
Norte	Gleba Construída	8.119,23	0,01	0	0,00
Norte	Gleba Construída	935.473,17	0,94	0	0,00
Norte	Gleba Construída	48.792,09	0,05	0	0,00
Norte	Gleba Construída	64.419,98	0,06	0	0,00
Norte	Gleba Construída	13.081,34	0,01	0	0,00
Norte	Gleba Construída	225.943,66	0,23	0	0,00
Norte	Gleba Construída	13.978,26	0,01	0	0,00
Norte	Gleba Construída: Aeroporto Santa Genoveva	4.176.501,97	4,18	0	0,00
Norte	Gleba Construída: Campus Samambaia - UFG	1.540.670,48	1,54	0	0,00
Norte	Gleba Construída: Carrefour	184.045,15	0,18	0	0,00
Norte	Gleba Construída: Cemitério Parque	200.188,83	0,20	0	0,00
Norte	Gleba Construída: Fábrica da Antarctica	798.282,57	0,80	0	0,00
Norte	Gleba Construída: Fábrica da Arisco	411.567,81	0,41	0	0,00
Norte	Gleba Construída: Galpão	38.724,31	0,04	0	0,00
Norte	Gleba Construída: Ministério da Agricultura	981.947,42	0,98	0	0,00
Norte	Gleba Construída: SANEAGO	29.926,11	0,03	0	0,00
Norte	Gleba: Decreto nº 2383 - 03/01/2001	5.193,70	0,01	0	0,00
Norte	Gleba: Fazenda Retiro	256.401,41	0,26	0	0,00
Norte	Gleba: Fazenda Retiro - Matrícula 41.612	74.361,87	0,07	0	0,00
Norte	Gleba: Fazenda Retiro - Matrículas 41.611 e 71.040	93.322,22	0,09	0	0,00
Norte	Gleba: Gleba 1B	18.791,73	0,02	0	0,00
Norte	Gleba: Mata	73.615,02	0,07	0	0,00
Norte	Gleba: Parte Integrante da FAZ Bananal - Rádio Brasil Central	120.161,20	0,12	0	0,00
Norte	Gleba: Parte Integrante da FAZ Far-West	801.312,45	0,80	0	0,00
Norte	Gleba: Parte Integrante da FAZ João Vaz	21.075,48	0,02	1.301	61.730,49
Norte	Gleba: Parte Integrante da FAZ João Vaz	27.100,00	0,03	1.301	48.007,37
Norte	Gleba: Privê Casa Branca	87.243,00	0,09	0	0,00
Norte	Gleba: Retiro	405.822,85	0,41	0	0,00
Norte	Grj Cruzeiro do Sul	166.977,22	0,17	1.456	8.719,75
Norte	Jd Balneário Meia Ponte	2.515.075,23	2,52	15.709	6.245,94
Norte	Jd Bom Jesus	105.608,43	0,11	35	331,41
Norte	Jd Gramado	249.486,48	0,25	333	1.334,74
Norte	Jd Gramado I	163.562,22	0,16	0	0,00
Norte	Jd Gramado II	120.262,91	0,12	0	0,00
Norte	Jd Guanabara	2.595.873,39	2,60	16.387	6.312,71
Norte	Jd Guanabara II	494.380,26	0,49	5.171	10.459,56
Norte	Jd Guanabara III	535.589,35	0,54	5.308	9.910,58
Norte	Jd Guanabara IV	39.308,11	0,04	278	7.072,33
Norte	Jd Ipê	237.814,93	0,24	405	1.703,00
Norte	Jd Santa Cecília	65.705,43	0,07	79	1.202,34
Norte	Lot Goiânia 2	5.190.260,08	5,19	5.900	1.136,74
Norte	Lot Granjas Brasil	372.191,71	0,37	0	0,00
Norte	Lot Mansões Goianas	298.912,09	0,30	533	1.783,13
Norte	Lot Morada dos Sonhos	89.658,19	0,09	645	7.193,99
Norte	Lot Panorama Parque	263.328,88	0,26	4.383	16.644,59
Norte	Lot Privê Elza Fronza - 1ª Etapa	399.946,56	0,40	0	0,00
Norte	Lot Privê Elza Fronza - 2ª Etapa	226.597,39	0,23	0	0,00
Norte	Prq Balneário	177.131,83	0,18	295	1.665,43
Norte	Prq das Flores	985.391,99	0,99	2.770	2.811,06
Norte	Prq das Flores Complemento	22.992,45	0,02	17	739,37
Norte	Prq das Nações	75.629,13	0,08	235	3.107,27
Norte	Prq dos Cisnes	654.243,62	0,65	282	431,03
Norte	Res Alice Barbosa	574.874,92	0,57	994	1.729,07
Norte	Res Alice Barbosa extensão	41.780,89	0,04	0	0,00
Norte	Res Alice Barbosa I	121.786,63	0,12	0	0,00
Norte	Res Antônio Barbosa	227.295,43	0,23	119	523,55
Norte	Res Antonio Carlos Pires	723.265,41	0,72	25	34,57
Norte	Res Atalaia	41.138,90	0,04	276	6.708,98
Norte	Res Balneário	125.671,26	0,13	644	5.124,48
Norte	Res Bela Goiânia	407.437,70	0,41	0	0,00
Norte	Res Bethel	48.770,84	0,05	15	307,56
Norte	Res das Acácias	202.851,65	0,20	643	3.169,80
Norte	Res dos Ipês	94.133,28	0,09	610	6.480,17
Norte	Res Felicidade	97.582,92	0,10	1.081	11.077,76
Norte	Res Flores do Parque	904.981,73	0,90	0	0,00
Norte	Res Frei Galvão	523.382,16	0,52	0	0,00
Norte	Res Guanabara	64.722,98	0,06	880	13.596,41
Norte	Res Guarema	214.295,80	0,21	269	1.255,27
Norte	Res Hugo de Moraes	370.078,71	0,37	996	2.691,32
Norte	Res Humaita	602.998,01	0,60	644	1.068,00
Norte	Res Itália	98.574,64	0,10	271	2.749,19
Norte	Res Itamaraca	260.920,86	0,26	1.301	4.986,19
Norte	Res João Paulo II	519.503,18	0,52	221	425,41

Região administrativa	Nome do Bairro	Área do Bairro(m²)	Área do Bairro(km²)	População	Densidade demográfica
Norte	Res José Viandeli	50.663,92	0,05	123	2.427,76
Norte	Res Licardino Ney	194.556,29	0,19	485	2.492,85
Norte	Res Maria Lourença	156.695,78	0,16	983	6.273,30
Norte	Res Morada do Bosque	81.982,39	0,08	596	7.269,85
Norte	Res Morada do Ipê	64.634,34	0,06	35	541,51
Norte	Res Morumbi	282.088,59	0,28	395	1.400,27
Norte	Res Nossa Morada	125.290,39	0,13	594	4.740,99
Norte	Res Orlando de Morais	874.251,20	0,87	32	36,60
Norte	Res Perim	20.947,34	0,02	146	6.969,86
Norte	Res Perim Continuação	19.703,50	0,02	137	6.953,08
Norte	Res Portal da Mata	374.362,41	0,37	208	555,61
Norte	Res Privê Itanhangá	392.792,64	0,39	0	0,00
Norte	Res São Geraldo	47.771,42	0,05	248	5.191,39
Norte	Res Vale da Serra	51.141,90	0,05	17	332,41
Norte	Res Vale dos Sonhos I	1.201.176,51	1,20	6.835	5.690,25
Norte	Res Vale dos Sonhos II	182.557,05	0,18	324	1.774,79
Norte	S Asa Branca	137.684,41	0,14	755	5.483,55
Norte	S Gentil Meirelles	872.500,51	0,87	1.947	2.231,52
Norte	S Jaó	3.009.650,60	3,01	6.985	2.320,87
Norte	S Perim	490.401,78	0,49	3.136	6.394,76
Norte	S Progresso	481.221,60	0,48	2.828	5.876,71
Norte	S Sevene	95.456,69	0,10	463	4.850,37
Norte	S Urias Magalhães	1.654.984,82	1,65	10.533	6.364,41
Norte	S Urias Magalhães II	31.546,93	0,03	408	12.933,11
Norte	Sir Caraíbas	919.865,79	0,92	159	172,85
Norte	Sir Mansões do Campus	3.180.680,22	3,18	1.163	365,65
Norte	Sir Pindorama	363.475,23	0,36	424	1.166,52
Norte	Sir São Geraldo	181.004,53	0,18	0	0,00
Norte	Vl Clemente	200.081,97	0,20	818	4.088,32
Norte	Vl Cristina	125.394,09	0,13	824	6.571,28
Norte	Vl Cristina Continuação	74.112,13	0,07	319	4.304,29
Norte	Vl Cristina Extensão	44.029,32	0,04	92	2.089,52
Norte	Vl dos Oficiais	6.491,77	0,01	0	0,00
Norte	Vl Itatiaia	918.461,36	0,92	5.903	6.427,05
Norte	Vl Jardim Pompéia	743.918,68	0,74	4.574	6.148,52
Norte	Vl Jardim São Judas Tadeu	1.325.150,37	1,33	5.613	4.235,75
Norte	Vl Maria Dilce	252.512,01	0,25	1.093	4.328,51
Norte	Vl Maria Rosa	194.586,65	0,19	421	2.163,56
Norte	Vl Militar	685.922,02	0,69	107	155,99
Norte	Vl Nossa Senhora Aparecida	109.943,61	0,11	746	6.785,30
Norte	Vl Roriz	108.121,37	0,11	830	7.676,56
Norte	Vl Santa Cruz	22.127,90	0,02	166	7.501,84
Norte	Vlg Atalaia	169.801,98	0,17	942	5.547,64
Norte	Vlg Casa Grande	227.617,04	0,23	127	557,95
Norte	Zon Industrial Pedro Abrão	331.450,19	0,33	577	1.740,83
Oeste	Bro Capuava	1.627.857,74	1,63	8.165	5.015,79
Oeste	Bro Goiá	709.604,24	0,71	5.223	7.360,44
Oeste	Bro Goiá 2	266.901,05	0,27	1.533	5.743,70
Oeste	Bro Goiá 2 Complemento	60.026,73	0,06	197	3.281,87
Oeste	Bro Goiá IV	85.220,84	0,09	335	3.930,96
Oeste	Bro Goiá Setor Veloso	113.167,92	0,11	304	2.686,27
Oeste	Bro Ipiranga	974.912,28	0,97	1.163	1.192,93
Oeste	Bro Jardim Botânico	765.275,25	0,77	1.474	1.926,10
Oeste	Bro São Francisco	978.405,59	0,98	4.249	4.342,78
Oeste	Ch Anhanguera	633.257,84	0,63	1.134	1.790,74
Oeste	Ch Buritis	673.276,49	0,67	199	295,57
Oeste	Ch de Recreio São Joaquim	4.079.359,54	4,08	1.805	442,47
Oeste	Ch Maringá	584.809,79	0,58	0	0,00
Oeste	Ch Santa Rita	51.684,29	0,05	84	1.625,25
Oeste	Ch São José	1.199.041,39	1,20	2.160	1.801,44
Oeste	Ch Solange Parque	47.240,62	0,05	224	4.741,68
Oeste	Ch Solange Parque II	54.745,92	0,05	261	4.767,48
Oeste	Cj Vera Cruz	5.118.176,32	5,12	18.900	3.692,72
Oeste	Con Anhanguera	81.954,31	0,08	181	2.208,55
Oeste	Con das Oliveiras	43.539,32	0,04	0	0,00
Oeste	Con do Lago	394.370,15	0,39	39	98,89
Oeste	Con do Lago 2ª e 3ª Etapas	771.016,85	0,77	90	116,73
Oeste	Con Jardim das Oliveiras II	105.916,46	0,11	0	0,00
Oeste	Con Residencial Santa Rita	23.735,47	0,02	735	30.966,31
Oeste	Con Rio Branco	270.398,26	0,27	1.286	4.755,95
Oeste	Con Santa Rita	150.472,77	0,15	992	6.592,56
Oeste	Con São Joaquim	25.814,98	0,03	0	0,00
Oeste	Condomínio Horizontal: Alto Boa Vista	259.682,62	0,26	0	0,00
Oeste	Condomínio Horizontal: Conj. Res. Bertim Belchior I	80.469,29	0,08	0	0,00
Oeste	Condomínio Horizontal: Conj. Res. Bertim Belchior II	134.692,92	0,13	0	0,00
Oeste	Condomínio Horizontal: Res. Bosque dos Buritis	163.274,50	0,16	199	1.218,81
Oeste	Condomínio Horizontal: Res. Costa Verde	81.144,84	0,08	0	0,00
Oeste	Faz São José	193.719,51	0,19	0	0,00
Oeste	Gleba	206.447,78	0,21	0	0,00
Oeste	Gleba	25.960,41	0,03	0	0,00
Oeste	Gleba	34.547,08	0,03	0	0,00
Oeste	Gleba	33.497,06	0,03	0	0,00
Oeste	Gleba	30.749,84	0,03	0	0,00

Região administrativa	Nome do Bairro	Área do Bairro(m²)	Área do Bairro(km²)	População	Densidade demográfica
Oeste	Gleba	152.912,82	0,15	0	0,00
Oeste	Gleba	60.103,65	0,06	0	0,00
Oeste	Gleba	87.111,43	0,09	0	0,00
Oeste	Gleba	18.464,31	0,02	0	0,00
Oeste	Gleba	122.268,83	0,12	0	0,00
Oeste	Gleba	49.347,68	0,05	0	0,00
Oeste	Gleba	42.525,06	0,04	0	0,00
Oeste	Gleba	47.873,63	0,05	0	0,00
Oeste	Gleba	20.185,47	0,02	0	0,00
Oeste	Gleba	32.708,55	0,03	0	0,00
Oeste	Gleba	6.824,84	0,01	0	0,00
Oeste	Gleba	20.683,79	0,02	0	0,00
Oeste	Gleba	10.848,77	0,01	0	0,00
Oeste	Gleba	30.444,31	0,03	0	0,00
Oeste	Gleba	6.857,76	0,01	0	0,00
Oeste	Gleba	6.998,08	0,01	0	0,00
Oeste	Gleba	4.485,18	0,00	0	0,00
Oeste	Gleba	65.957,67	0,07	0	0,00
Oeste	Gleba	14.980,26	0,01	0	0,00
Oeste	Gleba	59.652,64	0,06	0	0,00
Oeste	Gleba	50.638,02	0,05	0	0,00
Oeste	Gleba	48.471,12	0,05	0	0,00
Oeste	Gleba	44.678,79	0,04	0	0,00
Oeste	Gleba	180.406,24	0,18	0	0,00
Oeste	Gleba	13.745,04	0,01	0	0,00
Oeste	Gleba	24.288,62	0,02	0	0,00
Oeste	Gleba	28.408,96	0,03	0	0,00
Oeste	Gleba	41.235,69	0,04	0	0,00
Oeste	Gleba	10.751,23	0,01	0	0,00
Oeste	Gleba	78.622,80	0,08	0	0,00
Oeste	Gleba	5.911,63	0,01	0	0,00
Oeste	Gleba	24.667,73	0,02	0	0,00
Oeste	Gleba	47.862,82	0,05	0	0,00
Oeste	Gleba	57.093,21	0,06	0	0,00
Oeste	Gleba	31.645,19	0,03	0	0,00
Oeste	Gleba	381.628,91	0,38	0	0,00
Oeste	Gleba	77.184,25	0,08	0	0,00
Oeste	Gleba	2.505,50	0,00	0	0,00
Oeste	Gleba	13.994,71	0,01	0	0,00
Oeste	Gleba	1.638,79	0,00	0	0,00
Oeste	Gleba	106.488,37	0,11	0	0,00
Oeste	Gleba	182.485,03	0,18	0	0,00
Oeste	Gleba	24.975,57	0,02	0	0,00
Oeste	Gleba	435.963,86	0,44	25	57,34
Oeste	Gleba	17.039,64	0,02	0	0,00
Oeste	Gleba	121.957,74	0,12	0	0,00
Oeste	Gleba	74.065,21	0,07	0	0,00
Oeste	Gleba	67.471,21	0,07	0	0,00
Oeste	Gleba	115.595,04	0,12	0	0,00
Oeste	Gleba	20.302,55	0,02	0	0,00
Oeste	Gleba	104.083,19	0,10	0	0,00
Oeste	Gleba	35.460,03	0,04	0	0,00
Oeste	Gleba	135.515,57	0,14	0	0,00
Oeste	Gleba	87.729,53	0,09	0	0,00
Oeste	Gleba	34.870,77	0,03	0	0,00
Oeste	Gleba	16.186,87	0,02	0	0,00
Oeste	Gleba Construída	37.789,80	0,04	0	0,00
Oeste	Gleba Construída	57.038,19	0,06	0	0,00
Oeste	Gleba Construída	171.426,35	0,17	0	0,00
Oeste	Gleba Construída	57.867,52	0,06	0	0,00
Oeste	Gleba Construída	37.901,48	0,04	0	0,00
Oeste	Gleba Construída	25.596,85	0,03	0	0,00
Oeste	Gleba Construída	98.108,13	0,10	0	0,00
Oeste	Gleba Construída	95.898,96	0,10	0	0,00
Oeste	Gleba Construída	42.125,90	0,04	0	0,00
Oeste	Gleba Construída	74.822,58	0,07	0	0,00
Oeste	Gleba Construída	60.154,85	0,06	0	0,00
Oeste	Gleba Construída	20.026,14	0,02	0	0,00
Oeste	Gleba Construída	16.835,33	0,02	0	0,00
Oeste	Gleba Construída	42.809,27	0,04	0	0,00
Oeste	Gleba Construída	11.453,94	0,01	0	0,00
Oeste	Gleba Construída	42.749,27	0,04	0	0,00
Oeste	Gleba Construída	63.415,63	0,06	0	0,00
Oeste	Gleba Construída	24.678,21	0,02	0	0,00
Oeste	Gleba Construída	34.085,53	0,03	0	0,00
Oeste	Gleba Construída: Aterro Sanitário	533.074,61	0,53	0	0,00
Oeste	Gleba Construída: Clube P.I.T.E.	156.159,31	0,16	0	0,00
Oeste	Gleba Construída: Dairy Partners Américas Manufatoring (Laticínios Nestlé)	208.160,45	0,21	0	0,00
Oeste	Gleba Construída: Eternit - Gleba A	167.596,72	0,17	0	0,00
Oeste	Gleba Construída: Galpão	79.117,55	0,08	0	0,00
Oeste	Gleba Construída: Galpão	59.097,19	0,06	0	0,00
Oeste	Gleba Construída: Galpão	100.584,85	0,10	0	0,00
Oeste	Gleba Construída: Gleba 1 Area 2	39.099,28	0,04	0	0,00

Região administrativa	Nome do Bairro	Área do Bairro(m²)	Área do Bairro(km²)	População	Densidade demográfica
Oeste	Gleba Construída: Gleba 1 Area 2.2	14.515,46	0,01	0	0,00
Oeste	Gleba Construída: Gleba 1 Area 2.3	8.076,41	0,01	0	0,00
Oeste	Gleba Construída: Gleba A	223.518,94	0,22	0	0,00
Oeste	Gleba Construída: Gleba B	59.474,09	0,06	0	0,00
Oeste	Gleba Construída: Gleba C	14.004,75	0,01	0	0,00
Oeste	Gleba Construída: Organização Jaime Câmara	19.521,60	0,02	0	0,00
Oeste	Gleba Construída: Transbrasiliana	50.730,55	0,05	0	0,00
Oeste	Gleba Loteada: Ch Santa Rita	28.135,88	0,03	54	1.919,26
Oeste	Gleba: Ch. Coimbra	64.422,48	0,06	0	0,00
Oeste	Gleba: Ch. Coimbra	95.116,97	0,10	0	0,00
Oeste	Gleba: Ch. do Ipê - Faz. José Martins Arruda	99.037,82	0,10	0	0,00
Oeste	Gleba: Ch. Salinas	276.400,94	0,28	0	0,00
Oeste	Gleba: Clube Monte Líbano de Goiás	42.634,21	0,04	0	0,00
Oeste	Gleba: Dr. Luiz Rassi	32.390,44	0,03	0	0,00
Oeste	Gleba: Faz São José	155.131,29	0,16	616	3.970,83
Oeste	Gleba: Faz. Caveiras - Pinguela Preta	402.780,60	0,40	0	0,00
Oeste	Gleba: Faz. Quebra Anzol	625.960,51	0,63	0	0,00
Oeste	Gleba: Faz. Quebra Anzol	34.869,86	0,03	0	0,00
Oeste	Gleba: Gleba 1	30.562,77	0,03	0	0,00
Oeste	Gleba: Gleba 1 Area 2.1	2.198,92	0,00	0	0,00
Oeste	Gleba: Gleba 2	18.758,73	0,02	0	0,00
Oeste	Gleba: Gleba 2	31.965,32	0,03	0	0,00
Oeste	Gleba: Gleba 2	52.373,13	0,05	0	0,00
Oeste	Gleba: Gleba 2B	22.420,40	0,02	0	0,00
Oeste	Gleba: Gleba 2B.1	12.191,95	0,01	0	0,00
Oeste	Gleba: Gleba 2B.2	3.744,37	0,00	0	0,00
Oeste	Gleba: Gleba 2B.3	24.057,56	0,02	0	0,00
Oeste	Gleba: Gleba 3	35.185,45	0,04	0	0,00
Oeste	Gleba: Gleba 3C	3.804,68	0,00	0	0,00
Oeste	Gleba: Gleba 3D	4.102,25	0,00	0	0,00
Oeste	Gleba: Gleba 3E	2.108,71	0,00	0	0,00
Oeste	Gleba: Q-03	173.465,77	0,17	0	0,00
Oeste	Gleba: Quinhão 1 - nº 123958/1¬CRI	28.003,98	0,03	0	0,00
Oeste	Gleba: Quinhão 9	65.406,59	0,07	0	0,00
Oeste	Gleba: Quinhão1A	147.232,91	0,15	0	0,00
Oeste	Gleba: Res. Parque Oeste	20.888,28	0,02	0	0,00
Oeste	Gleba: Sit. Santa Clara	402.602,14	0,40	0	0,00
Oeste	Gleba: Sit. São Luiz	174.667,09	0,17	0	0,00
Oeste	Jd Aritana	114.774,56	0,11	646	5.628,42
Oeste	Jd Bonanza	289.286,46	0,29	782	2.703,20
Oeste	Jd Clarissa	335.152,20	0,34	934	2.786,79
Oeste	Jd Corte Real	29.770,58	0,03	42	1.410,79
Oeste	Jd das Rosas	245.742,42	0,25	2.205	8.972,81
Oeste	Jd Imperial	123.841,91	0,12	278	2.244,80
Oeste	Jd Leblon	220.254,21	0,22	812	3.686,65
Oeste	Jd Leblon II	102.591,79	0,10	190	1.852,00
Oeste	Jd Marques de Abreu	321.245,13	0,32	859	2.673,97
Oeste	Jd Mirabel	190.894,43	0,19	1.411	7.391,52
Oeste	Jd Novo Petrópolis	104.259,36	0,10	400	3.836,59
Oeste	Jd Pampulha	142.786,62	0,14	137	959,47
Oeste	Jd Petrópolis	2.072.335,93	2,07	4.586	2.212,96
Oeste	Jd Real	284.758,28	0,28	918	3.223,79
Oeste	Jd Real Extensão	310.825,34	0,31	709	2.281,02
Oeste	Jd São José	958.755,36	0,96	1.318	1.374,70
Oeste	Lot Araguaia Park	83.494,03	0,08	547	6.551,37
Oeste	Lot Capuava Residencial Privê	46.318,42	0,05	30	647,69
Oeste	Lot Carolina Parque	359.384,11	0,36	1.486	4.134,85
Oeste	Lot Carolina Parque Extensão	214.532,39	0,21	1.095	5.104,12
Oeste	Lot Lorena Parque	277.185,82	0,28	1.693	6.107,82
Oeste	Lot Lorena Parque Extensão	32.376,18	0,03	0	0,00
Oeste	Lot Quinta da Boa Vista Fechado	678.447,80	0,68	0	0,00
Oeste	Lot Solange Parque - Extensão	13.898,40	0,01	29	2.086,57
Oeste	Lot Solange Parque Complemento	32.117,33	0,03	51	1.587,93
Oeste	Lot Solange Parque I	475.476,48	0,48	2.523	5.306,26
Oeste	Lot Solange Parque II	172.671,28	0,17	964	5.582,86
Oeste	Lot Solange Parque III	83.439,61	0,08	415	4.973,66
Oeste	Lot Tropical Verde	342.052,42	0,34	838	2.449,92
Oeste	Lot Tropical Ville	257.400,56	0,26	715	2.777,77
Oeste	Prq Bom Jesus	544.860,30	0,54	616	1.130,57
Oeste	Prq Buriti	284.339,28	0,28	1.198	4.213,28
Oeste	Prq Eldorado Oeste	894.008,92	0,89	3.881	4.341,12
Oeste	Prq Eldorado Oeste Extensão	58.883,98	0,06	254	4.313,57
Oeste	Prq Industrial João Braz	1.948.714,18	1,95	8.940	4.587,64
Oeste	Prq Industrial João Braz 2	53.024,55	0,05	34	641,21
Oeste	Prq Industrial Paulista	286.108,49	0,29	779	2.722,74
Oeste	Prq Paraíso	87.238,17	0,09	579	6.637,00
Oeste	Res 14 Bis	83.888,10	0,08	307	3.659,64
Oeste	Res 14 Bis - Extensão	22.645,32	0,02	59	2.605,39
Oeste	Res Ana Moraes	105.191,69	0,11	517	4.914,84
Oeste	Res Anicuns	39.970,96	0,04	243	6.079,41
Oeste	Res Beatriz Nascimento	340.859,03	0,34	315	924,14
Oeste	Res Buena Vista I	586.680,31	0,59	514	876,12
Oeste	Res Buena Vista II	94.002,29	0,09	9	95,74

Região administrativa	Nome do Bairro	Área do Bairro(m²)	Área do Bairro(km²)	População	Densidade demográfica
Oeste	Res Buena Vista III	909.736,33	0,91	773	849,70
Oeste	Res Buena Vista IV	742.357,20	0,74	966	1.301,26
Oeste	Res Carla Cristina	119.831,86	0,12	462	3.855,40
Oeste	Res Cidade Verde	401.303,02	0,40	548	1.365,55
Oeste	Res Coronel álvaro Alves Júnior	270.152,83	0,27	179	662,59
Oeste	Res Della Pena	321.766,70	0,32	551	1.712,42
Oeste	Res Della Penna Extensão	28.913,01	0,03	0	0,00
Oeste	Res Dezopi	57.936,10	0,06	94	1.622,48
Oeste	Res Dom Rafael	175.219,66	0,18	443	2.528,26
Oeste	Res Goiânia Viva	832.649,96	0,83	7.504	9.012,19
Oeste	Res Goyaz Park	119.048,26	0,12	225	1.889,99
Oeste	Res Jardim Leblon	158.972,44	0,16	884	5.560,71
Oeste	Res Jardins do Cerrado 1	300.783,91	0,30	806	2.679,66
Oeste	Res Jardins do Cerrado 10	378.685,35	0,38	180	475,33
Oeste	Res Jardins do Cerrado 11	125.867,24	0,13	74	587,92
Oeste	Res Jardins do Cerrado 2	270.552,64	0,27	111	410,27
Oeste	Res Jardins do Cerrado 3	453.502,80	0,45	1.884	4.154,33
Oeste	Res Jardins do Cerrado 4	645.940,46	0,65	2.875	4.450,87
Oeste	Res Jardins do Cerrado 5	527.948,15	0,53	191	361,78
Oeste	Res Jardins do Cerrado 6	572.220,52	0,57	192	335,53
Oeste	Res Jardins do Cerrado 7	849.220,87	0,85	375	441,58
Oeste	Res Jardins do Cerrado 8	786.766,72	0,79	217	275,81
Oeste	Res Jardins do Cerrado 9	239.277,51	0,24	109	455,54
Oeste	Res João Bueno	502.797,94	0,50	0	0,00
Oeste	Res Junqueira	211.829,12	0,21	757	3.573,64
Oeste	Res Lírios do Campo	143.074,46	0,14	282	1.971,00
Oeste	Res London Park	317.540,79	0,32	592	1.864,33
Oeste	Res Luana Park	69.884,03	0,07	337	4.822,28
Oeste	Res Luana Park - Continuação	47.217,77	0,05	344	7.285,39
Oeste	Res Mendanha	123.416,59	0,12	243	1.968,94
Oeste	Res Monte Pascoal	666.183,49	0,67	1.298	1.948,41
Oeste	Res Monte Pascoal I	273.105,71	0,27	467	1.709,96
Oeste	Res Mundo Novo 1	598.268,66	0,60	923	1.542,79
Oeste	Res Mundo Novo 2	504.785,36	0,50	496	982,60
Oeste	Res Mundo Novo 3	460.248,51	0,46	384	834,33
Oeste	Res Noroeste	11.016,55	0,01	38	3.449,36
Oeste	Res Nova Aurora	247.019,34	0,25	337	1.364,27
Oeste	Res Nunes de Morais 1ª Etapa	137.816,53	0,14	387	2.808,08
Oeste	Res Nunes de Morais 2ª Etapa	29.760,22	0,03	126	4.233,84
Oeste	Res Nunes de Morais 3ª Etapa	26.105,94	0,03	135	5.171,24
Oeste	Res Park Solar	283.880,62	0,28	666	2.346,06
Oeste	Res Parque Mendanha	319.760,19	0,32	279	872,53
Oeste	Res Parque Oeste	68.857,12	0,07	107	1.553,94
Oeste	Res Petrópolis	427.272,98	0,43	373	872,98
Oeste	Res Pilar dos Sonhos	215.804,97	0,22	385	1.784,02
Oeste	Res Ponta Negra	68.232,87	0,07	91	1.333,67
Oeste	Res Portal Anhanguera	153.682,89	0,15	0	0,00
Oeste	Res Portinari	274.818,85	0,27	520	1.892,16
Oeste	Res Primavera	240.622,95	0,24	1.129	4.691,99
Oeste	Res Real	10.683,71	0,01	18	1.684,81
Oeste	Res Recanto das Garças	207.404,66	0,21	911	4.392,38
Oeste	Res San Marino	202.569,54	0,20	0	0,00
Oeste	Res Santa Maria	12.290,36	0,01	210	17.086,56
Oeste	Res São Bernardo	107.797,54	0,11	182	1.688,35
Oeste	Res São Marcos	697.758,44	0,70	1.522	2.181,27
Oeste	Res Serra Azul I	266.368,41	0,27	1.298	4.872,95
Oeste	Res Serra Azul II	144.845,41	0,14	259	1.788,11
Oeste	Res Solar Ville	998.048,77	1,00	3.473	3.479,79
Oeste	Res Tempo Novo	215.255,08	0,22	820	3.809,43
Oeste	Res Tuzimoto	243.447,12	0,24	0	0,00
Oeste	Res Ytapuã	185.286,67	0,19	391	2.110,24
Oeste	S Barra da Tijuca	272.957,36	0,27	468	1.714,55
Oeste	S Carolina Park Complemento	165.565,74	0,17	0	0,00
Oeste	S das Nações	142.835,73	0,14	391	2.737,41
Oeste	S das Nações Extensão	347.763,27	0,35	415	1.193,34
Oeste	S Maysa Extensão	275.725,66	0,28	919	3.333,02
Oeste	S Santos Dumont	1.532.914,17	1,53	8.706	5.679,38
Oeste	Sit Garavelo	215.428,80	0,22	0	0,00
Oeste	Vl João Vaz	895.303,94	0,90	4.772	5.330,03
Oeste	Vl Regina	399.713,82	0,40	2.143	5.361,34
Oeste	Vl Rizzo	267.290,36	0,27	701	2.622,62
Oeste	Vlg Maringá	116.017,80	0,12	76	655,07
Sudoeste	Bro Anhanguera	358.576,70	0,36	1.612	4.495,55
Sudoeste	Bro Recreio do Funcionário Publico	364.408,28	0,36	315	864,42
Sudoeste	Bro Santa Rita	51.379,19	0,05	605	11.775,19
Sudoeste	Ch Bonanza	186.976,89	0,19	0	0,00
Sudoeste	Ch Dona Gê	67.754,39	0,07	194	2.863,28
Sudoeste	Ch Salinos	374.831,35	0,37	0	0,00
Sudoeste	Ch Vilage Santa Rita	109.236,24	0,11	0	0,00
Sudoeste	Cj Baliza	176.700,05	0,18	818	4.629,31
Sudoeste	Cj Habitacional Madre Germana 2	746.777,77	0,75	5.164	6.915,04
Sudoeste	Cjr Cachoeira Dourada	242.494,14	0,24	1.985	8.185,76
Sudoeste	Con das Esmeraldas	1.195.255,42	1,20	3.664	3.065,45

Região administrativa	Nome do Bairro	Área do Bairro(m²)	Área do Bairro(km²)	População	Densidade demográfica
Sudoeste	Con Santa Rita - 2ª etapa	49.445,07	0,05	45	910,10
Sudoeste	Con Santa Rita - 6ª etapa	26.027,27	0,03	341	13.101,64
Sudoeste	Con Santa Rita - 7ª etapa	99.152,19	0,10	35	352,99
Sudoeste	Con Santa Rita - 8ª etapa	58.790,49	0,06	10	170,10
Sudoeste	Con Santa Rita - 9ª etapa	23.555,62	0,02	50	2.122,64
Sudoeste	Con Santa Rita - 4ª Etapa	45.904,02	0,05	0	0,00
Sudoeste	Con Santa Rita Irregular	23.415,02	0,02	36	1.537,47
Sudoeste	Con Setor Amin Camargo	400.485,37	0,40	1.157	2.888,99
Sudoeste	Condomínio Horizontal: Con. Marlene	139.617,98	0,14	0	0,00
Sudoeste	Condomínio Horizontal: Conj. Res. Alto Oriente	146.303,40	0,15	0	0,00
Sudoeste	Condomínio Horizontal: Res. Atibaia	137.076,42	0,14	423	3.085,87
Sudoeste	Condomínio Horizontal: Residencial Bosque Sumare	14.530,16	0,01	25	1.720,56
Sudoeste	Condomínio Horizontal: Vilage Green Park	34.873,94	0,03	25	716,87
Sudoeste	Gleba	739.044,41	0,74	0	0,00
Sudoeste	Gleba	46.142,61	0,05	0	0,00
Sudoeste	Gleba	79.108,55	0,08	0	0,00
Sudoeste	Gleba	80.183,77	0,08	0	0,00
Sudoeste	Gleba	37.280,93	0,04	0	0,00
Sudoeste	Gleba	123.041,52	0,12	0	0,00
Sudoeste	Gleba	28.110,50	0,03	0	0,00
Sudoeste	Gleba	64.490,57	0,06	0	0,00
Sudoeste	Gleba	103.754,98	0,10	0	0,00
Sudoeste	Gleba	26.606,42	0,03	0	0,00
Sudoeste	Gleba	123.152,10	0,12	0	0,00
Sudoeste	Gleba	81.039,92	0,08	0	0,00
Sudoeste	Gleba	110.986,05	0,11	0	0,00
Sudoeste	Gleba	219.710,99	0,22	0	0,00
Sudoeste	Gleba	71.832,78	0,07	0	0,00
Sudoeste	Gleba	38.764,74	0,04	0	0,00
Sudoeste	Gleba	136.182,04	0,14	16	117,49
Sudoeste	Gleba	65.913,83	0,07	0	0,00
Sudoeste	Gleba	43.850,37	0,04	0	0,00
Sudoeste	Gleba	49.236,59	0,05	0	0,00
Sudoeste	Gleba	40.454,06	0,04	174	4.301,18
Sudoeste	Gleba	74.258,04	0,07	0	0,00
Sudoeste	Gleba	202.736,61	0,20	0	0,00
Sudoeste	Gleba	75.471,16	0,08	0	0,00
Sudoeste	Gleba	48.398,68	0,05	0	0,00
Sudoeste	Gleba	506.030,20	0,51	0	0,00
Sudoeste	Gleba	142.066,75	0,14	0	0,00
Sudoeste	Gleba	25.820,67	0,03	0	0,00
Sudoeste	Gleba	15.528,27	0,02	0	0,00
Sudoeste	Gleba	10.048,57	0,01	0	0,00
Sudoeste	Gleba Construída	502.833,42	0,50	0	0,00
Sudoeste	Gleba Construída	142.149,53	0,14	0	0,00
Sudoeste	Gleba Construída	22.589,30	0,02	0	0,00
Sudoeste	Gleba Construída	30.521,39	0,03	0	0,00
Sudoeste	Gleba Construída	147.158,76	0,15	0	0,00
Sudoeste	Gleba Construída	50.051,04	0,05	0	0,00
Sudoeste	Gleba Construída	7.256,81	0,01	0	0,00
Sudoeste	Gleba Construída	66.188,02	0,07	56	846,07
Sudoeste	Gleba Construída	95.905,21	0,10	0	0,00
Sudoeste	Gleba Construída	332.710,55	0,33	0	0,00
Sudoeste	Gleba Construída	1.652.612,47	1,65	72	43,57
Sudoeste	Gleba Construída	34.132,56	0,03	0	0,00
Sudoeste	Gleba Construída	19.463,84	0,02	178	9.145,17
Sudoeste	Gleba Construída	691.241,86	0,69	0	0,00
Sudoeste	Gleba Construída	505.029,86	0,51	0	0,00
Sudoeste	Gleba Construída: Ch. 26	28.774,60	0,03	0	0,00
Sudoeste	Gleba Construída: Clube	109.147,29	0,11	0	0,00
Sudoeste	Gleba Construída: Clube	124.263,58	0,12	25	201,19
Sudoeste	Gleba Construída: Clube	343.081,87	0,34	25	72,87
Sudoeste	Gleba Construída: Faz. Piracanjuba	281.525,43	0,28	0	0,00
Sudoeste	Gleba Construída: Faz. Santa Rita	356.076,25	0,36	0	0,00
Sudoeste	Gleba Construída: Galpão	129.811,91	0,13	0	0,00
Sudoeste	Gleba Construída: Galpão	32.362,17	0,03	0	0,00
Sudoeste	Gleba: Faz. Piracanjuba	22.695,35	0,02	0	0,00
Sudoeste	Gleba: Gleba 01 - Parte integrante da Fazenda Santa Rita	441.156,00	0,44	0	0,00
Sudoeste	Gleba: Gleba 1	238.034,29	0,24	0	0,00
Sudoeste	Gleba: Gleba 1	13.753,31	0,01	0	0,00
Sudoeste	Gleba: Gleba 2	28.882,48	0,03	0	0,00
Sudoeste	Gleba: Gleba 2	33.833,03	0,03	0	0,00
Sudoeste	Gleba: Mata	20.707,59	0,02	0	0,00
Sudoeste	Gleba: Parte Integrante da FAZ Santa Rita	65.228,04	0,07	0	0,00
Sudoeste	Gleba: Quinta do Rio Dourados	2.217.713,75	2,22	0	0,00
Sudoeste	Jd Alphaville	241.966,58	0,24	635	2.624,33
Sudoeste	Jd Alphavilly I	67.912,04	0,07	0	0,00
Sudoeste	Jd Ana Lúcia	482.531,18	0,48	3.636	7.535,26
Sudoeste	Jd Atlântico	2.252.060,93	2,25	6.165	2.737,49
Sudoeste	Jd Caravelas	381.266,06	0,38	4.598	12.059,82
Sudoeste	Jd Caravelas 1ª Etapa	467.263,98	0,47	4.598	9.840,26
Sudoeste	Jd Eli Forte	107.539,88	0,11	558	5.188,77
Sudoeste	Jd Eli Forte - Complemento	28.901,90	0,03	106	3.667,58

Região administrativa	Nome do Bairro	Área do Bairro(m²)	Área do Bairro(km²)	População	Densidade demográfica
Sudoeste	Jd Europa	2.203.211,51	2,20	11.487	5.213,75
Sudoeste	Jd Gardênia	497.229,06	0,50	594	1.194,62
Sudoeste	Jd Ipanema	306.685,24	0,31	561	1.829,24
Sudoeste	Jd Itaipú	1.200.733,55	1,20	4.815	4.010,05
Sudoeste	Jd Madri	832.034,72	0,83	1.571	1.888,14
Sudoeste	Jd Madri Complemento	87.317,20	0,09	164	1.878,21
Sudoeste	Jd Planalto	847.373,31	0,85	4.883	5.762,51
Sudoeste	Jd Presidente	1.461.457,18	1,46	5.431	3.716,15
Sudoeste	Jd Presidente - Extensão	34.070,85	0,03	147	4.314,54
Sudoeste	Jd Presidente - Extensão I	13.152,04	0,01	58	4.409,96
Sudoeste	Jd Presidente - Extensão II	3.774,24	0,00	17	4.504,22
Sudoeste	Jd Presidente - Extensão III	12.734,99	0,01	59	4.632,91
Sudoeste	Jd Sônia Maria	109.425,67	0,11	257	2.348,63
Sudoeste	Jd Tancredo Neves	97.113,74	0,10	987	10.163,34
Sudoeste	Jd Vila Boa	916.889,22	0,92	6.569	7.164,44
Sudoeste	Lot Alphaville Residencial	763.968,79	0,76	2.985	3.907,23
Sudoeste	Lot Celina Park	484.286,98	0,48	2.267	4.681,11
Sudoeste	Lot Faiçalville	3.773.404,19	3,77	8.631	2.287,32
Sudoeste	Lot Moinho dos Ventos	1.097.194,62	1,10	1.604	1.461,91
Sudoeste	Prq Anhanguera	638.553,95	0,64	2.729	4.273,72
Sudoeste	Prq Anhanguera II	396.342,25	0,40	4.696	11.848,35
Sudoeste	Prq das Paineiras I	23.883,05	0,02	46	1.926,05
Sudoeste	Prq das Paineiras II Etapa	26.390,12	0,03	49	1.856,76
Sudoeste	Prq das Paineiras III Etapa	26.186,65	0,03	56	2.138,49
Sudoeste	Prq das Paineiras IV Etapa	25.243,93	0,03	51	2.020,29
Sudoeste	Prq Oeste Industrial	2.619.567,21	2,62	6.046	2.308,01
Sudoeste	Prq Oeste Industrial - Prolongamento	117.682,41	0,12	6.046	51.375,56
Sudoeste	Prq Oeste Industrial Extensão	10.136,73	0,01	60	5.919,07
Sudoeste	Prq Santa Rita	1.101.861,94	1,10	4.498	4.082,18
Sudoeste	Res Alphaville	35.952,73	0,04	0	0,00
Sudoeste	Res Ana Clara	247.878,35	0,25	523	2.109,91
Sudoeste	Res Aquários	70.413,60	0,07	100	1.420,18
Sudoeste	Res Aquários II	81.765,70	0,08	119	1.455,38
Sudoeste	Res Barcelona	102.448,82	0,10	303	2.957,57
Sudoeste	Res Brasil Central	247.651,76	0,25	0	0,00
Sudoeste	Res Campos Dourados	546.042,48	0,55	1.726	3.160,93
Sudoeste	Res Canadá	508.904,92	0,51	1.703	3.346,40
Sudoeste	Res Center Ville	842.483,10	0,84	2.354	2.794,12
Sudoeste	Res Eldorado	301.173,17	0,30	5.096	16.920,50
Sudoeste	Res Eldorado Expansão	48.483,74	0,05	651	13.427,18
Sudoeste	Res Eli Forte	298.350,21	0,30	1.918	6.428,69
Sudoeste	Res Eli Forte - Extensão	140.268,56	0,14	512	3.650,14
Sudoeste	Res Escocia	637.503,85	0,64	0	0,00
Sudoeste	Res Espanha	190.487,72	0,19	27	141,74
Sudoeste	Res Fidélis	293.464,65	0,29	917	3.124,74
Sudoeste	Res Flamingo	119.089,09	0,12	392	3.291,65
Sudoeste	Res Florida	322.146,22	0,32	102	316,63
Sudoeste	Res Forte Ville - Extensão	211.905,36	0,21	632	2.982,46
Sudoeste	Res Forteville	379.191,07	0,38	1.201	3.167,27
Sudoeste	Res Granville	968.572,20	0,97	2.264	2.337,46
Sudoeste	Res Itaipú	1.954.463,92	1,95	8.599	4.399,67
Sudoeste	Res Itaipú I	77.925,13	0,08	363	4.658,32
Sudoeste	Res Jardim Florença	538.676,38	0,54	1.261	2.340,92
Sudoeste	Res Jardins Lisboa	574.949,96	0,57	52	90,44
Sudoeste	Res Kátia	401.978,60	0,40	291	723,92
Sudoeste	Res Linda Vista	108.058,13	0,11	399	3.692,46
Sudoeste	Res Manhattan	40.755,42	0,04	958	23.506,08
Sudoeste	Res Monte Carlo	167.865,27	0,17	1.256	7.482,19
Sudoeste	Res Porto Seguro	151.351,12	0,15	530	3.501,79
Sudoeste	Res Prive Atlântico	283.515,93	0,28	1.279	4.511,21
Sudoeste	Res Privê Ilhas do Caribe	21.566,21	0,02	409	18.964,86
Sudoeste	Res Real Conquista	1.389.476,34	1,39	5.217	3.754,65
Sudoeste	Res Rio Verde	247.880,02	0,25	1.087	4.385,19
Sudoeste	Res Santa Fé	809.494,40	0,81	1.825	2.254,49
Sudoeste	Res Santa Fé I	1.139.654,98	1,14	1.618	1.419,73
Sudoeste	Res Santa Rita - 4ª etapa	124.330,93	0,12	229	1.841,86
Sudoeste	Res Sevilha	42.630,72	0,04	59	1.383,98
Sudoeste	Res Solar Bougainville	512.668,92	0,51	1.732	3.378,40
Sudoeste	Res Talismã	113.884,93	0,11	288	2.528,87
Sudoeste	Res Talismã I	90.295,91	0,09	0	0,00
Sudoeste	Res Valência	116.556,68	0,12	0	0,00
Sudoeste	Res Vereda dos Buritis	751.361,78	0,75	2.126	2.829,53
Sudoeste	Res Village Santa Rita I	39.368,11	0,04	108	2.743,34
Sudoeste	Res Village Santa Rita II	46.671,84	0,05	128	2.742,55
Sudoeste	Res Village Santa Rita III	69.959,11	0,07	160	2.287,05
Sudoeste	Res Village Santa Rita IV	97.605,88	0,10	476	4.876,76
Sudoeste	S Andréia	252.860,13	0,25	1.116	4.413,51
Sudoeste	S Cristina	242.000,40	0,24	985	4.070,24
Sudoeste	S dos Dourados	54.791,46	0,05	317	5.785,57
Sudoeste	S dos Dourados Extensão	6.831,50	0,01	317	46.402,69
Sudoeste	S Garavelo	769.773,53	0,77	4.586	5.957,60
Sudoeste	S Grajaú	465.536,90	0,47	1.817	3.903,02
Sudoeste	S Maria Celeste	68.572,49	0,07	443	6.460,32

Região administrativa	Nome do Bairro	Área do Bairro(m²)	Área do Bairro(km²)	População	Densidade demográfica
Sudoeste	S Novo Horizonte	1.066.075,31	1,07	9.302	8.725,46
Sudoeste	S OrientVille	514.470,77	0,51	1.735	3.372,40
Sudoeste	S Rio Formoso	574.275,71	0,57	4.043	7.040,17
Sudoeste	S Solar Santa Rita	310.405,66	0,31	907	2.921,98
Sudoeste	S Sudoeste	2.327.639,73	2,33	14.995	6.442,15
Sudoeste	S Três Marias	611.342,29	0,61	923	1.509,79
Sudoeste	S Três Marias I	323.441,56	0,32	0	0,00
Sudoeste	S Ulisses Guimarães	57.692,72	0,06	319	5.529,29
Sudoeste	S União	478.390,63	0,48	4.101	8.572,49
Sudoeste	Vl Adélia	107.802,56	0,11	287	2.662,27
Sudoeste	Vl Alpes	358.632,69	0,36	3.872	10.796,56
Sudoeste	Vl Alvorada	148.727,58	0,15	1.373	9.231,64
Sudoeste	Vl Anchieta	65.899,39	0,07	519	7.875,64
Sudoeste	Vl Bela	110.617,70	0,11	1.255	11.345,38
Sudoeste	Vl Luciana	73.509,07	0,07	469	6.380,17
Sudoeste	Vl Lucy	266.581,22	0,27	1.571	5.893,14
Sudoeste	Vl Mauá	528.795,03	0,53	2.848	5.385,83
Sudoeste	Vl Rezende	232.184,04	0,23	1.481	6.378,56
Sudoeste	Vl Rosa	1.504.906,53	1,50	2.039	1.354,90
Sudoeste	Vl Santa Rita - 5ª Etapa	159.192,03	0,16	1.311	8.235,34
Sudoeste	Vl São Paulo	109.679,90	0,11	134	1.221,74
Sudoeste	Vlg Santa Rita	189.560,74	0,19	680	3.587,24
Sudoeste	Vlg Veneza	120.671,58	0,12	255	2.113,17
Sul	Bro Alto da Glória	286.149,97	0,29	5.049	17.644,59
Sul	Bro da Serrinha	322.402,24	0,32	1.201	3.725,16
Sul	Bro Jardim América	6.381.943,86	6,38	41.012	6.426,26
Sul	Bro Jardim das Esmeraldas	285.726,06	0,29	1.625	5.687,27
Sul	Bro Nova Suiça	734.785,50	0,73	7.155	9.737,54
Sul	Cj Vila Isabel	22.080,70	0,02	122	5.525,19
Sul	Gleba Construída: Fábrica Auad	72.672,95	0,07	0	0,00
Sul	Gleba: Jardim Botânico Chico Mendes	732.077,90	0,73	0	0,00
Sul	Jd Goiás	3.723.124,18	3,72	11.851	3.183,08
Sul	Jd Goiás - área I	123.783,38	0,12	0	0,00
Sul	Jd Santo Antônio	852.066,83	0,85	2.559	3.003,29
Sul	Lot Areião I	103.101,20	0,10	553	5.363,66
Sul	Prq Amazônia	4.328.476,74	4,33	20.907	4.830,11
Sul	S Areião II	79.929,00	0,08	442	5.529,91
Sul	S Bela Vista	714.300,48	0,71	10.761	15.065,09
Sul	S Bueno	4.160.509,73	4,16	39.394	9.468,55
Sul	S dos Afonsos	33.411,39	0,03	186	5.566,96
Sul	S Marista	2.308.099,76	2,31	6.801	2.946,58
Sul	S Oeste	2.742.370,11	2,74	26.519	9.670,10
Sul	S Pedro Ludovico	3.784.241,16	3,78	24.890	6.577,28
Sul	S Sul	3.299.259,06	3,30	11.296	3.423,80
Sul	Vl Americano do Brasil	113.465,18	0,11	761	6.706,90
Sul	Vl Divino Pai Eterno	23.359,44	0,02	264	11.301,64
Sul	Vl Maria José	115.447,21	0,12	976	8.454,08
Sul	Vl Redenção	724.602,07	0,72	5.713	7.884,33
Sul	Vl Santa Efigênia	110.973,57	0,11	420	3.784,68
Sul	Vl São João	148.075,93	0,15	1.356	9.157,46
Sul	Vl São Tomaz	11.982,06	0,01	100	8.345,81
Sul	Vl Teófilo Neto	37.553,42	0,04	217	5.778,43

Fonte: MUBDG v.23 – 2012
Elaboração: Prefeitura de Goiânia - SEMDUS/DIUG/DVPRD/DVESE